



We
Choose
Earth

EDP Brasil
Demonstrações Financeiras
2023

Lucro Líquido: R\$ 1,2 bilhão	EBITDA: R\$ 4,7 bilhões	Ativo Total: R\$ 37,4 bilhões	ROL: R\$ 17,8 bilhões
----------------------------------	----------------------------	----------------------------------	--------------------------



brasil.edp.com

EDP – Energias do Brasil S.A.
Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

CARTA DO PRESIDENTE

2023 foi um ano repleto de momentos históricos na EDP Brasil, em especial a conclusão da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). Um investimento de mais de R\$ 6 bilhões do Grupo EDP no Brasil, consolidando parte da estratégia para acelerar e reforçar a posição no país, uma vez que os ativos da Companhia possuem alto valor agregado e estratégico, além de demonstrar a confiança da EDP na economia brasileira, em suas instituições e no ambiente regulatório estável e estruturado do país.

Eficiência operacional em Distribuição, Geração e Transmissão

A Distribuição, uma das principais avenidas de crescimento da EDP no Brasil, realizou, em 2023, investimentos na ordem de R\$ 1,662 bilhão nas áreas de concessão da EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, com destaque para a construção e energização de 5 novas subestações. O norte dos investimentos coloca os 3,9 milhões de clientes atendidos como foco para tomadas de decisões, priorizando a qualidade do serviço, a segurança das pessoas, a sustentabilidade, a inovação e a tecnologia.

Outro marco importante foi a realização do 24º Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (Sendi), maior evento de distribuição de energia elétrica da América Latina, que em 2023 teve a EDP Espírito Santo como empresa anfitriã e contou com um público de mais de 3 mil participantes, além de promover a troca de experiências entre as distribuidoras de energia elétrica.

Adicionalmente, em outubro, tivemos a Revisão Tarifária da EDP São Paulo, ocasião em que os investimentos realizados no período tarifário foram considerados eficientes e reconhecidos praticamente na sua integralidade pelo órgão regulador, atingindo a glosa de 0,28%.

Na Geração e na Transmissão, o destaque é para a excelência operacional, com o atingimento da marca de 13 anos sem acidentes de trabalho pela UHE Lajeado, conquista que reforça a nossa cultura de segurança, bem como a modernização de cinco subestações no estado de Goiás, investimentos que demonstram o compromisso da EDP em se fazer presente na região e ampliar a confiabilidade e segurança do sistema elétrico do estado. Destaca-se também, o início, em setembro, das obras do Lote 2 (Leilão 02/2022) no Estado de Rondônia, que demandará investimentos na ordem de R\$ 290 milhões.

Foco no modelo EDP de Geração Solar Distribuída

Na EDP Brasil, a geração solar distribuída tem se tornado prioridade em nossa estratégia: já construímos mais de 50 usinas, com capacidade instalada total de mais de 170 MWp, projetos que representam uma enorme oportunidade para acelerar a transição energética junto aos nossos clientes. Conscientes do potencial brasileiro para a modalidade, somado ao nosso compromisso com a transição energética, temos o objetivo de chegar a 530 MWp de capacidade instalada até 2026, o que representa um crescimento de 520% em relação à 2022 e um investimento de R\$ 2,3 bilhões.

Liderança em ESG

O ano de 2023 representou o fortalecimento da agenda ESG dentro e fora da organização. Cientes da capacidade do setor elétrico em transformar a vida das pessoas, em 2023 executamos um total de 98 projetos, que impactaram 1 milhão de pessoas, com investimentos de mais de R\$ 23 milhões. Os destaques envolvem um portfólio de projetos sociais voltados para os pilares de atuação “Transição Energética Justa” e “Educação”, agendas prioritárias e perenes na nossa estratégia.

Por fim, mas não menos importante, do ponto de vista ambiental, como parte da estratégia global de liderar a transição energética, realizamos a venda da termelétrica à carvão, a UTE Pecém, operação essa que representa um importante passo em direção à meta de ser “coal free” até 2025 e 100% verde até 2030.

Assim, gostaria de encerrar com um enorme agradecimento a todos os nossos stakeholders, internos e externos, que nos ajudaram a construir tamanhas conquistas durante o ano de 2023. Com vosso compromisso e apoio, em um ano repleto de mudanças, atingimos a excelência e simplificação dos processos, bem como uma maior sinergia entre as plataformas do Grupo EDP no Brasil. Permaneço confiante de que 2024 será um ano importante para o constante desenvolvimento da EDP, cada vez mais global, sustentável e inovadora.

Obrigado,
João Marques da Cruz

1. PERFIL CORPORATIVO

A EDP Energias do Brasil (“EDP Brasil”), controlada pela EDP Portugal (“Grupo EDP”), uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Trading, Transmissão, Clientes e Outros. No segmento de Geração, controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidroelétricas) em 4 estados do país (Mato Grosso, Tocantins, Pará e Amapá) e detém 2,0 GW de capacidade instalada. No segmento de Distribuição, atua com duas distribuidoras nos estados de São Paulo e Espírito Santo, além de possuir participação de 29,90% no capital social da Celesc, em Santa Catarina. No segmento de Trading, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016 e atualmente possui 5 concessões de transmissão, totalizando 15 subestações próprias, 12 de acesso e 24 linhas que totalizam mais 1.300 km de extensão. Além do portfólio em operação comercial, estão em fase de construção e licenciamento mais um nova subestação própria e 515 km de linhas de transmissão. No segmento de Clientes, atua por meio da EDP Smart, marca lançada em 2019 que reúne todo o portfólio de serviços oferecidos para clientes empresariais e residenciais, com soluções integradas nas áreas de comercialização no mercado livre, comercialização varejista, eficiência energética, energia solar, mobilidade elétrica e serviços para o consumidor final.

1.1 Alterações de Natureza Societária

Em 02 de março, o Grupo EDP, acionista controladora da EDP Brasil e EDP International Investments and Services, S.L. (“EDP Internacional”), na qualidade de veículo ofertante, protocolo perante a CVM, pedido de registro de oferta pública para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas, direta e indiretamente, pelo Grupo EDP e por aquelas mantidas em tesouraria. Posteriormente em 30 de agosto, a EDP Brasil, aprovou o resgate para posterior cancelamento de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação no mercado, que representavam 21.494.341 ações, sem modificação do capital social da EDP Brasil, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei da S.A.

Em 01 de agosto, a EDP Brasil, na qualidade de única acionista da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (“Porto do Pecém”), aprovou aumento de capital social da Porto do Pecém, mediante a conferência da totalidade da sua participação acionária na Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A (“PPTM”) e na Porto do Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (“PO&M”) - a saber, 1.682.009 de ações ordinárias da PPTM e 3.526.683 de ações ordinárias da PO&M, representativas, em ambos os casos, de 50% do capital social votante das companhias - para a integralização das ações emitidas no referido aumento de capital da Porto do Pecém. Como resultado da Reorganização Societária, a Porto do Pecém passou a ser titular das Ações PPTM e das Ações PO&M e a EDP Brasil se tornou acionista indireta da PPTM e da PO&M.

Em 21 de setembro, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a EDP - Transmissão Goiás S.A. (“EDP Goiás”), aprovou o grupamento das 329.725.474 ações ordinárias de emissão da EDP Goiás, na proporção de 20.000 ações para 1 ação, sem modificação do valor do capital social, resultando em 16.486 ações ordinárias e sem valor nominal, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas titulares de ações em número que não era múltiplo de 20.000 ou que eram titulares de menos de 20.000 ações tiveram o prazo de 30 dias a partir da Assembleia Geral para ajustar suas posições mediante negociação privada das ações e assinatura no Livro de Registro de Transferência de Ações localizado na sede da EDP Goiás, de modo que suas ações não gerassem frações após o processo de grupamento. Transcorrido o referido prazo de 30 dias para ajuste de posições, sem manifestação dos acionistas, as frações de ações resultantes do grupamento foram identificadas, separadas e adquiridas pela EDP Goiás para manutenção em tesouraria, nos termos do art. 45, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, passando a Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. a ser detentora da totalidade do capital social da EDP Goiás.

Em 31 de outubro, a EDP Brasil realizou o signing para alienação da totalidade das ações das empresas Mata Grande Transmissora de Energia Ltda e EDP Transmissão SP-MG S.A. para Edify Empreendimentos e Participações S.A.

Em 29 de novembro, a EDP Ventures Brasil S.A e demais acionistas alienaram a totalidade das ações da Blue Sol Participações S.A para Energia I SPE S.A. Em 22 de dezembro, a EDP Brasil, titular da totalidade das ações de emissão da Porto do Pecém, alienou para Mercurio GF I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e Cacos Fundo De Investimento em Participações Multiestratégia, 80% do capital social da Porto do Pecém.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1 Alterações Regulatórias

Decreto nº 11.835/2023 - Governança CCEE

Dispõe sobre alterações na estrutura de funcionamento e governança da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), alterando o Decreto nº 5.177/2004, o Decreto nº 6.353/2008 e o Decreto nº 10.707/2021.

Portaria Ministerial nº 737/2023 - GM/MME - Diretrizes renovação das concessões de distribuição

Divulga, para Consulta Pública, a Nota Técnica nº 14/2023/SAER/SE, que apresenta proposta de diretrizes para o tratamento das concessões de distribuição de energia elétrica com vencimento previsto entre 2025 a 2031. Trata-se do marco inicial sobre a renovação das concessões das distribuidoras, incluindo a EDP Espírito Santo (“EDP ES”) e EDP São Paulo (“EDP SP”).

3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes²	Outros³	Eliminações	Consolidado⁴
	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Receita Líquida¹	1.048.105	953.441	9.534.686	3.046.909	1.288.196	5.667	671.819	-	(944.384)	15.604.439
Receita de Construção	-	-	1.662.362	-	555.068	-	-	-	-	2.217.430
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(29.240)	-	-	-	-	(29.240)
Gastos Não-Gerenciáveis	(154.545)	(186.318)	(5.915.030)	(2.882.173)	-	-	(532.697)	-	940.508	(8.730.255)
Margem Bruta	893.560	767.123	3.619.656	164.736	1.258.956	5.667	139.122	-	(3.876)	6.844.944
Gastos Gerenciáveis⁵	(213.152)	(271.946)	(3.344.040)	(21.472)	(824.464)	(770.678)	(124.229)	(5.297)	(10.079)	(5.585.357)
PMSO	(57.146)	(118.138)	(956.398)	(18.293)	(268.838)	(135.056)	(88.723)	(5.105)	1.442	(1.646.255)
Provisões	(4.954)	(1.174)	(204.351)	(2.559)	(1.678)	(1.201)	(1.386)	-	-	(217.303)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	86	1.692	(144.274)	1.232	2.206	(38.193)	311	181	-	(176.759)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	(144.454)	-	(13.078)	21.745	(135.787)
EBITDA	831.546	649.503	2.314.633	145.116	990.646	(313.237)	49.324	(18.002)	19.311	4.668.840
Depreciação e Amortização	(151.138)	(154.326)	(376.655)	(1.852)	(1.086)	(596.228)	(34.431)	(373)	(11.521)	(1.327.610)
Resultado das Participações Societárias	75.910	351	-	98.330	-	1.878.573	-	173.371	(1.961.749)	264.786
Resultado Financeiro Líquido	(106.099)	(175.915)	(770.576)	(79.491)	(362.291)	104.197	(970)	(298.476)	-	(1.689.621)
IR e Contribuição Social	(191.594)	(42.776)	(312.473)	(13.143)	(137.360)	99.280	(5.612)	74.434	(2.044)	(531.288)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	458.625	276.837	854.929	148.960	489.909	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.385.107
Participações de Minoritários	(205.806)	-	-	-	(6.716)	-	-	-	-	(212.522)
Lucro Líquido do Exercício	252.819	276.837	854.929	148.960	483.193	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.172.585

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros³	Eliminações	Consolidado⁴
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022
Receita Líquida¹	1.338.909	1.390.778	9.139.651	3.314.744	1.160.232	4.400	552.635	-	(1.508.076)	15.393.273
Receita de Construção	-	-	1.541.530	-	446.090	-	-	-	-	1.987.620
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(93.238)	-	-	-	-	(93.238)
Gastos Não-Gerenciáveis	(261.497)	(646.578)	(5.612.244)	(3.165.334)	-	-	(412.011)	-	1.497.327	(8.600.337)
Margem Bruta	1.077.412	744.200	3.527.407	149.410	1.066.994	4.400	140.624	-	(10.749)	6.699.698
Gastos Gerenciáveis⁵	(250.789)	(1.157.512)	(3.045.730)	(25.966)	(544.823)	(181.162)	(115.684)	(10.101)	(478.402)	(5.810.169)
PMSO	(72.741)	(127.442)	(881.194)	(22.345)	(100.213)	(130.755)	(92.047)	(9.515)	21.905	(1.414.347)
Provisões	(1.461)	(223)	(205.176)	(443)	(1.282)	(3.457)	(409)	-	-	(212.451)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	(994)	(113.584)	-	(29.415)	10.466	-	-	-	(133.527)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	326.252	-	-	-	326.252
EBITDA	1.003.210	615.541	2.327.453	126.622	965.499	167.025	58.634	(9.515)	11.156	5.265.625
Depreciação e Amortização	(176.587)	(1.028.853)	(304.246)	(3.178)	2.762	(17.535)	(33.694)	(586)	(500.307)	(2.062.224)
Resultado das Participações Societárias	58.642	-	-	18.621	-	842.448	-	135.329	(841.076)	213.964
Resultado Financeiro Líquido	(179.566)	(60.758)	(518.891)	(75.249)	(386.543)	27.112	(22.363)	(250.343)	-	(1.466.601)
IR e Contribuição Social	(188.078)	(177.764)	(418.574)	(11.062)	(156.896)	2.387	(14.025)	63.435	162.540	(738.037)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	517.621	(651.834)	1.085.742	55.754	424.822	1.021.437	(11.448)	(61.680)	(1.167.687)	1.212.727
Participações de Minoritários	(182.558)	-	-	-	(8.731)	-	-	-	-	(191.289)
Lucro Líquido do Exercício	335.063	(651.834)	1.085.742	55.754	416.091	1.021.437	(11.448)	(61.680)	(1.167.687)	1.021.438

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros³	Eliminações	Consolidado⁴
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	-21,7%	-31,4%	4,3%	-8,1%	11,0%	28,8%	21,6%	n.d.	-37,4%	1,4%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	7,8%	n.d.	24,4%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,6%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-68,6%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-68,6%
Gastos Não-Gerenciáveis	-40,9%	-71,2%	5,4%	-8,9%	n.d.	n.d.	29,3%	n.d.	-37,2%	1,5%
Margem Bruta	-17,1%	3,1%	2,6%	10,3%	18,0%	28,8%	-1,1%	n.d.	-63,9%	2,2%
Gastos Gerenciáveis⁵	-15,0%	-76,5%	9,8%	-17,3%	51,3%	325,4%	7,4%	-47,6%	-97,9%	-3,9%
PMSO	-21,4%	-7,3%	8,5%	-18,1%	168,3%	3,3%	-3,6%	-46,3%	-93,4%	16,4%
Provisões	239,1%	426,5%	-0,4%	477,7%	30,9%	-65,3%	238,9%	n.d.	n.d.	2,3%
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	n.d.	n.d.	27,0%	n.d.	n.d.	29,8%	-97,0%	n.d.	n.d.	32,4%
Ganho na Alienação de Investimento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
EBITDA	-17,1%	5,5%	-0,6%	14,6%	2,6%	n.d.	-15,9%	89,2%	n.d.	-11,3%
Depreciação e Amortização	-14,4%	-85,0%	23,8%	-41,7%	n.d.	3300,2%	2,2%	-36,3%	-97,7%	-35,6%
Resultado das Participações Societárias	29,4%	n.d.	n.d.	428,1%	n.d.	123,0%	n.d.	28,1%	133,2%	23,8%
Resultado Financeiro Líquido	-40,9%	189,5%	48,5%	5,6%	-6,3%	284,3%	-95,7%	19,2%	n.d.	15,2%
IR e Contribuição Social	1,9%	-75,9%	-25,3%	18,8%	-12,5%	4059,2%	-60,0%	17,3%	n.d.	-28,0%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	-11,4%	n.d.	-21,3%	167,2%	15,3%	14,8%	n.d.	56,5%	65,2%	14,2%
Participações de minoritários	12,7%	n.d.	n.d.	n.d.	-23,1%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,1%
Lucro Líquido do Exercício	-24,5%	n.d.	-21,3%	167,2%	16,1%	14,8%	n.d.	56,5%	65,2%	14,8%

¹ Não considera receita de construção. ² Considera EDP Smart Energia e EDP Smart Serviços. ³ Considera PCH Santa Leopoldina e EDP Ventures. ⁴ Considera eliminações intragrupo. ⁵ Gastos Gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.



...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

3.1 Margem Bruta

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Receita Operacional Líquida	15.575.199	15.300.035	1,8%
Gastos Não Gerenciaíveis	(8.730.255)	(8.600.337)	1,5%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.025.547)	(6.916.376)	1,6%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.554.069)	(1.290.764)	20,4%
Outros	(150.639)	(393.197)	-61,7%
Margem Bruta	6.844.944	6.699.698	2,2%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção. A Margem Bruta aumentou 2,2% no ano, decorrente de:

(i) Distribuição: aumento de R\$ 92,2 milhões, decorrente do crescimento de mercado em ambas as distribuidoras e do efeito tarifa na EDP SP;

(ii) Transmissão: aumento de R\$ 192 milhões, decorrente da incorporação da EDP Transmissão Norte 2 ocorrida em março de 2023, além da contabilização da totalidade dos reajustes tarifários da EDP Transmissão Litoral Sul, Mata Grande Transmissora de Energia e EDP Goiás. Entretanto, esse aumento foi mitigado pelo efeito da contabilização da totalidade da revisão tarifária da EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG, considerando seu período de concessão, conforme interpretação do Ofício CVM nº 004/2020;

(iii) Hídrica: redução de R\$ 183,9 milhões, em função do desinvestimento da UHE Mascarenhas, ocorrido em 2022. Além disso, a melhora do cenário hidrológico e do nível dos reservatórios ocasionou redução dos preços no mercado spot;

(iv) Pecém: aumento de R\$ 23 milhões, decorre do reajuste anual dos contratos de venda por IPCA, ocorrido anualmente em novembro;

(v) Trading: aumento de R\$ 15,3 milhões, decorrente do aumento do volume de transações de compra e venda de energia, combinado com a redução do risco de crédito; e

(vi) Clientes: redução de R\$ 1,5 milhão, decorre de efeito não recorrente contabilizado em 2022. No entanto, apesar da redução em relação ao ano anterior, o segmento apresentou aumento da base de projetos de energia fotovoltaica e da capacidade instalada.

3.7 Lucro Líquido

Formação do Lucro Líquido (R\$ milhões)

O Lucro Líquido foi de R\$ 1,2 bilhão, aumento de R\$ 14,8%, resultante dos efeitos acima mencionados. O Lucro Líquido ajustado foi de R\$ 1,5 bilhão, aumento de 10,2%.

Itens em R\$ Mil ou %	2023	2022	Var
Lucro	1.172.585	1.021.438	14,8%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(231.698)	(253.596)	-8,6%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(483.189)	(416.090)	16,1%
EBITDA Regulatório Transmissão	333.989	85.931	288,7%
Mais valia - Desinvestimento¹	135.787	(326.252)	-141,6%
Imparidade	541.520	1.221.000	-55,6%
Lucro Líquido Ajustado Recorrente	1.468.994	1.332.432	10,2%

¹ No 4T23, alienação de 80% da Pecém e no 4T22, realização do closing de Energest (Mascarenhas).

3.8 Endividamento

3.8.1 Dívida Bruta

A Companhia finalizou o ano com Dívida Bruta de R\$ 13,0 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,2 bilhão. A Companhia realizou sete captações de recursos em suas Controladas no período, sendo elas na EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e EDP Goiás, com o objetivo de reforçar o caixa e garantir capital de giro para suas operações, além da Pequena Central Hidrelétrica SL e EDP Transmissão SP-MG, ambas para refinanciar o funding de aquisição, e por último, na EDP Trading, com a finalidade de garantir o financiamento do projeto da EDP Litoral Sul (Lote Q).

Dívida Bruta (R\$ milhões)

Composição da Dívida Bruta Consolidada (R\$ milhões)

Nota: Não considera eliminações intragrupo

Composição da Dívida Bruta Consolidada (R\$ milhões)

Cronograma de Vencimento da Dívida¹ (R\$ milhões)

Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures.

Cronograma de Vencimento da Dívida¹ (R\$ milhões)

Dívida Bruta por Indexador em 31/12/2023

Nota: Inseridos no CDI estão consideradas as captações em dólar com swap para CDI.

3.8.2 Dívida Líquida

A Dívida Líquida, considerando a geração operacional e os dispêndios de caixa no período, foi de R\$ 9,6 bilhões, redução de 4,6% em relação a 2022. A relação Dívida Líquida/EBITDA dos ativos consolidados foi de 2,1 vezes e de 2,2 vezes considerando a participação em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. Excluindo os efeitos não caixa dos últimos 12 meses, a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seria de 2,3 vezes.

Evolução da Dívida Líquida/EBITDA (R\$ milhões)

Nota: Considera proporção da participação detida pela EDP nos projetos não consolidados. O caixa considera disponibilidade e títulos e valores mobiliários.

3.9 Variação do Imobilizado

Total	2023	2022	Var
Distribuição	1.662.362	1.541.530	7,8%
EDP São Paulo	818.691	858.872	-4,7%
EDP Espírito Santo	843.671	682.658	23,6%
Geração	72.186	91.471	-21,1%
Enerpeixe	14.710	6.225	136,3%
Energest	-	1.142	-100,0%
Lajeado / Investco	21.390	7.166	198,5%
Pecém	36.086	76.938	-53,1%
Transmissão	570.086	449.506	26,8%
Solar	352.912	156.092	126,1%
Outros	40.248	28.344	42,0%
Total	2.697.794	2.266.943	19,0%
Geração não consolidado	37.384	21.843	71,2%
Total	2.735.178	2.288.786	19,5%

Nota: Os investimentos realizados no segmento de solar referem-se às movimentações de tangível e intangível. Os investimentos totalizaram R\$ 2,7 bilhões, aumento de 19,5%. Na Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 1,7 bilhão, aumento de 7,8%, sendo o mais relevante destinado a expansão do sistema elétrico na EDP ES, com crescimento de 34%. Já na EDP SP, os investimentos em combate às perdas se destacaram, apresentando aumento de 22% em relação ao ano anterior. Na Transmissão, os investimentos atingiram R\$ 570,1 milhões, aumento de 26,8%, devido ao avanço das obras na EDP Transmissão Norte e das obras de reforço e melhoria na EDP Goiás. Na Geração, o total investido foi de R\$ 72,2 milhões, redução de 21,1%, decorrente da venda da UHE Mascarenhas, minimizado por maiores investimentos em manutenções na usina de Pecém. No segmento Solar, os investimentos foram de R\$ 352,9 milhões, crescimento de R\$ 196,8 milhões, devido a expansão do segmento e entrega de projetos de geração distribuída.

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2023. A PwC não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas não financeiras. Em 2023, a PwC e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

brasil.edp.com

continua...

Certificado por IBICT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publegal.diariodenoticias.com.br/>

Certificado por IBICT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

...continuação						
EDP Energias do Brasil S.A.						
BALANÇO SOCIAL ANUAL FORMULÁRIO IBASE						
1 - Base de Cálculo	2023 (R\$ mil)			2022 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)	17.792.629,00			17.287.656,00		
Resultado operacional (RO)	3.606.016,00			3.417.364,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)	536.875,29			504.628,09		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	68.140,83	12,69%	0,38%	64.941,57	12,87%	0,38%
Encargos sociais compulsórios	140.967,79	26,26%	0,79%	128.422,82	25,45%	0,74%
Previdência privada	7.726,63	1,44%	0,04%	6.803,05	1,35%	0,04%
Saúde	51.336,95	9,56%	0,29%	50.234,19	9,95%	0,29%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	31,38	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	11.110,27	2,07%	0,06%	9.674,23	1,92%	0,06%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.648,02	0,68%	0,02%	4.256,31	0,84%	0,02%
Creches ou auxilio-creche	2.980,31	0,56%	0,02%	2.679,29	0,53%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	60.534,10	11,28%	0,34%	64.670,23	12,82%	0,37%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	6.340,64	1,18%	0,04%	5.437,98	1,08%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	352.816,92	65,72%	1,98%	337.119,67	66,81%	1,95%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	4.989,00	0,14%	0,03%	2.917,90	0,09%	0,02%
Cultura	11.018,00	0,31%	0,06%	9.544,00	0,28%	0,06%
Saúde e saneamento	876,00	0,02%	0,00%	336,20	0,01%	0,00%
Esporte	5.102,00	0,14%	0,03%	2.736,40	0,08%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	65,00	0,00%	0,00%
Outros	1.413,00	0,04%	0,01%	1.256,00	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	23.398,00	0,65%	0,13%	16.855,50	0,49%	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	23.398,00	0,65%	0,13%	16.855,50	0,49%	0,10%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	231.023	6,41%	1,30%	253.998	7,43%	1,47%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente*	231.022,98	6,41%	1,30%	253.998,34	7,43%	1,47%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	■ não possui metas □ cumpre de 0 a 50% □ cumpre de 51 a 75% □ cumpre de 76 a 100%			■ não possui metas □ cumpre de 0 a 50% □ cumpre de 51 a 75% □ cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	3.366			3.337		
Nº de admissões durante o período	332			465		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	12.415			8.626		
Nº de estagiários(as)	126			155		
Nº de empregados(as) acima de 50 anos	308			342		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	788			770		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17%			21%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**	1.126			1.057		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**	15%			16%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	74			70		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	37,40			47,22		
Número total de acidentes de trabalho***	20,00			28,00		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	58.059	4.100	6.025	41.714	4.451	4.539
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	98.45%	100,00%	82,54%	99,43%	99,00%	68,50%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	10.283.704,00			10.229.717,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 57% acionistas: 5% colaboradores: 6% retido: 9% terceiros: 24%			governo: 61% acionistas: 9% colaboradores: 6% retido: 3% terceiros: 21%		

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)											
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.792.587	971.534	3.435.221	4.197.196	Fornecedores	26	45.691	42.471	1.675.031	1.486.113
Títulos e valores mobiliários	6			4.173	1.952	Debêntures	27	25.297	22.308	2.529.730	1.412.755
Títulos a receber	17	19.101	3.329	15.930		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28	613.090		2.405.167	1.678.112
Contas a receber	7			2.692.617	2.445.137	Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3	24.131	8.918	249.718	164.823
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	125.258	99.731	244.680	238.560	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9			138.838	211.838
Outros tributos compensáveis	9	88.624	61.416	421.928	456.679	Outros tributos a recolher	9	61.484	148.346	535.640	433.864
PIS e COFINS diferidos	10.1			112.160	139.427	Outros tributos diferidos	10				1.079
Empréstimos a receber	11	183.115				PIS e COFINS diferidos	10.1			174.129	161.454
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3	24.131	8.918	35.474	13.463	Dividendos	14	283.894	558.012	476.724	731.665
Dividendos	14	461.356	516.028	90.270	71.004	Benefícios pós-emprego	29			100.712	79.566
Estoques	12			405.001	275.722	Encargos setoriais	30			110.435	110.439
Cauções e depósitos vinculados	13		350	4.156	19.782	Uso do bem público	31			44.135	46.082
Ativos financeiros setoriais	8			35.269	80.687	Provisões	32			64.851	87.946
Ativos da concessão	22			497.570	700.042	Passivos financeiros setoriais	8			690.007	1.039.653
Compromissos futuros	15			883.965	1.347.737	Compromissos futuros	15			668.438	1.120.243
Outros créditos	16	25.154	30.049	302.698	316.639	Outras contas a pagar	16	114.600	98.880	467.334	386.453
		2.719.326	1.691.355	9.181.112	10.304.027			1.168.187	878.935	10.330.889	9.152.085
Ativos não circulantes mantidos para venda	18	516.552		3.068.492		Passivos não circulantes mantidos para venda	18			2.248.376	
Total do Ativo Circulante		3.235.878	1.691.355	12.249.604	10.304.027	Total do Passivo Circulante		1.168.187	878.935	12.579.265	9.152.085
Não circulante						Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	4.392	4.197	19.906	6.697	Debêntures	27		25.985	6.312.320	7.822.488
Títulos a receber	17	71.003	28.004	44.589		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28			1.783.543	3.127.081
Ativo financeiro indenizável	21			7.320.523	5.706.847	Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3			20.537	157.815
Ativos da concessão	22			5.685.172	7.483.925	Outros tributos a recolher	9	487	6.055	251.652	272.352
Contas a receber	7			157.979	227.962	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	105.694	203.646	977.753	1.174.637
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9			63.944	99.234	PIS e COFINS diferidos	10.1	270	210	494.378	737.883
Outros tributos compensáveis	9			507.037	433.092	Benefícios pós-emprego	29			733.637	699.450
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10			293.495	558.280	Encargos setoriais	30			3.689	2.098
PIS e COFINS diferidos	10.1			87.172	87.368	Uso do bem público	31			452.308	484.370
Empréstimos a receber	11	155.458	316.408	14.218	14.689	Provisões	32	58.556	27.941	697.136	669.067
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3			218.197	66.824	Provisão para passivo a descoberto	19	27.791	38	330	4.070
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	635.300	241.980			Passivos financeiros setoriais	8			338.727	117.094
Cauções e depósitos vinculados	13	17.684	16.503	512.107	471.746	Compromissos futuros	15			560.125	524.899
Ativos financeiros setoriais	8			221.357	72.641	Outras contas a pagar	16	24.623	26.108	156.029	160.044
Compromissos futuros	15			780.646	754.187	Total do Passivo Não circulante		217.421	289.983	12.782.164	15.953.348
Outros créditos	16	13.933	19.914	78.563	30.522	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		897.770	627.006	16.004.905	16.014.014	Capital social	33.1	6.002.716	5.502.716	6.002.716	5.502.716
Investimentos	19	8.014.392	9.450.419	2.508.394	2.409.755	Reservas de capital	33.3	117.288	127.375	117.288	127.375
Propriedades para investimentos	23	9.484	9.484	51.569	63.858	Reservas de lucros	33.3	5.376.486	5.953.946	5.376.486	5.953.946
Imobilizado	24	63.666	60.510	3.226.774	4.656.890	Outros resultados abrangentes	33.3.5	(596.696)	(546.220)	(596.696)	(546.220)
Intangível	25	64.212	56.055	3.384.217	3.552.648	Ações em tesouraria	33.4		(311.906)		(311.906)
		8.151.754	9.576.468	9.170.954	10.683.151			10.899.794	10.725.911	10.899.794	10.725.911
Total do Ativo Não circulante		9.049.524	10.203.474	25.175.859	26.697.165	Participações não controladores	33.5			1.164.240	1.169.848
TOTAL DO ATIVO		12.285.402	11.894.829	37.425.463	37.001.192	Total do Patrimônio líquido		10.899.794	10.725.911	12.064.034	11.895.759
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.285.402	11.894.829	37.425.463	37.001.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas	34	5.667	4.400	17.792.629	17.287.655
Custos	35				
Custo do serviço de energia elétrica				(8.603.188)	(8.209.071)
Custo da produção da energia elétrica				(133.261)	(319.394)
Custo de operação				(1.565.264)	(1.428.642)
Custo do serviço prestado a terceiros				(2.248.505)	(2.096.826)
		-	-	(12.550.218)	(12.053.933)
Lucro bruto		5.667	4.400	5.242.411	5.233.722
Despesas e Receitas operacionais	35				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(161.235)	(159.814)
Despesas gerais e administrativas		(154.089)	(148.290)	(616.071)	(716.534)
Ganho (Perda) na alienação de investimentos		(144.454)	326.252	(135.787)	326.252
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas		(616.589)	(32.872)	(988.088)	(1.480.225)
		(915.132)	145.090	(1.901.181)	(2.030.321)
Resultado das participações societárias	19	1.878.573	842.448	264.786	213.964
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		969.108	991.938	3.606.016	3.417.365
Resultado financeiro	36				
Receitas financeiras		143.018	60.520	725.745	666.223
Despesas financeiras		(38.821)	(33.408)	(2.415.366)	(2.132.824)
		104.197	27.112	(1.689.621)	(1.466.601)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.073.305	1.019.050	1.916.395	1.950.764
Tributos sobre o lucro	37				
Imposto de renda e contribuição social correntes				(434.777)	(569.626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		99.280	2.387	(96.511)	(168.411)
		99.280	2.387	(531.288)	(738.037)
Lucro líquido do exercício		1.172.585	1.021.437	1.385.107	1.212.727
Atribuível aos acionistas controladores		1.172.585	1.021.437	1.172.585	1.021.438
Atribuível aos acionistas não controladores				212.522	191.289
Resultado por ação atribuível aos acionistas	38				
Resultado básico por ação (reais/ações)					
ON		2,07178	1,80473	2,07178	1,80473
Resultado diluído por ação (reais/ações)					
ON		2,08976	1,80601	2,08976	1,80601
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		1.172.585	1.021.437	1.385.107	1.212.727
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(31.847)	64.354
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		(50.476)	107.964	(30.228)	66.489
Imposto de renda e contribuição social diferidos				10.828	(21.880)
		(50.476)	107.964	(51.247)	108.963
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Hedge de fluxos de caixa				1.166	(1.514)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(395)	514
		-	-	771	(1.000)
Resultado abrangente do exercício		1.122.109	1.129.401	1.334.631	1.320.690
Atribuível aos acionistas controladores		1.122.109	1.129.401	1.122.109	1.129.401
Atribuível aos acionistas não controladores				212.522	191.289
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Geração do valor adicionado		37.965	356.642	24.220.496	23.979.533
Receita operacional		6.236	4.642	20.363.053	20.382.575
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(125.789)	(159.814)
Receita relativa à construção de ativos próprios		26.481	24.757	382.988	275.906
Receita de Construção				2.365.914	2.036.378
Remuneração dos Ativos da concessão				842.864	730.566
Atualização do Ativo financeiro indenizável				351.058	384.236
Outras receitas		5.248	327.243	40.408	329.686
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(292.390)	(119.835)	(13.673.568)	(12.657.105)
Custos da energia comprada				(7.720.465)	(7.536.473)
Encargos de uso da rede elétrica				(1.714.823)	(1.425.354)
Materiais		(18.340)	(804)	(410.069)	(336.111)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica				(135.951)	(317.565)
Serviços de terceiros		(77.704)	(72.759)	(757.363)	(694.069)
Custo de construção da infraestrutura				(2.227.111)	(1.987.620)
Outros custos operacionais		(196.346)	(46.272)	(707.786)	(359.913)
Valor adicionado bruto		(254.425)	236.807	10.546.928	11.322.428
Retenções					
Depreciações e amortizações		(596.228)	(17.535)	(1.338.468)	(2.060.461)
Valor adicionado líquido produzido		(850.653)	219.272	9.208.460	9.261.967
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		189.704	104.497	810.044	753.787
Resultado da equivalência patrimonial		1.878.584	842.448	265.200	213.964
Valor adicionado total a distribuir		1.217.635	1.166.217	10.283.704	10.229.718
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		51.442	52.706	437.094	414.244
Benefícios		6.020	6.384	130.112	127.045
FGTS		3.375	5.995	34.002	42.464
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(46.455)	45.425	3.619.896	3.971.007
Estaduais		16	(39)	2.218.782	2.290.860
Municipais		1.348	1.186	15.921	15.538
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		38.821	33.408	2.434.537	2.149.827
Aluguéis		656	(285)	17.777	6.006
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio			651.239		651.239
Participações dos não controladores				178.282	191.289
Dividendos		278.489		278.489	
Partes beneficiárias				34.889	31.083
		333.712	796.019	9.399.781	9.890.602
Lucros retidos		883.923	370.198	883.923	339.116
		1.217.635	1.166.217	10.283.704	10.229.718
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)									
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
Aumento/Redução de capital de subsidiárias						-	-	2.600	2.600
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.592)				(1.592)	(1.592)	1.592	-
Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022			(676.817)			(676.817)			(676.817)
Dividendos destinados a não controladores						-		(168.248)	(168.248)
Opções de ações outorgadas		(1.917)		6.160		4.243			4.243
Alienação de ações de tesouraria		(1.950)				(1.950)			(1.950)
Recompra de ações em tesouraria				(227.532)		(227.532)			(227.532)
Lucro líquido do exercício						1.021.437	1.021.437	191.289	1.212.726
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			51.072			(51.072)	-		-
Reserva de retenção de lucros			166.669			(166.669)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(651.239)	(651.239)		(651.239)
Dividendo adicional proposto			152.457			(152.457)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					107.964		107.964		107.964
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.502.716	127.375	5.953.946	(311.906)	(546.220)	-	10.725.911	1.169.848	11.895.759
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.502.716	127.375	5.953.946	(311.906)	(546.220)	-	10.725.911	1.169.848	11.895.759
Aumento de capital - AGOE de 11/04/2023	500.000		(500.000)			-	-		-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.586)				(1.586)	(1.586)	1.586	-
Dividendos adicionais - AGOE de 11/04/2023			(152.457)			(152.457)			(152.457)
Dividendos destinados a não controladores						-		(219.716)	(219.716)
Opções de ações outorgadas		(3.763)				(3.763)			(3.763)
Alienação de ações de tesouraria		(4.738)		12.636		7.898			7.898
Recompra de ações em tesouraria				(519.829)		(519.829)			(519.829)
Cancelamento de ações em tesouraria			(819.099)	819.099		-			-
Lucro líquido do exercício						1.172.585	1.172.585	212.522	1.385.107
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			58.629			(58.629)	-		-
Reserva de retenção de lucros			432.955			(432.955)	-		-
Dividendos complementares obrigatórios						(278.489)	(278.489)		(278.489)
Dividendo adicional proposto			402.512			(402.512)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					(50.476)		(50.476)		(50.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.002.716	117.288	5.376.486	-	(596.696)	-	10.899.794	1.164.240	12.064.034
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									



...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto

1.1 Operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.

A partir do dia 21 de agosto de 2023, as ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Nota 4.7).

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação			
			31/12/2023	31/12/2022	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Geração						
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-	60,00	-
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral	-	40,78	-	40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86	-	55,86	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) (Nota 4.6.4)	Controlada	integral	20,00	-	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	-
Comercialização						
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Transmissão						
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG) (Nota 18.2)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora) (Nota 18.2)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	Controlada	integral	-	100,00	-	99,9989
EDP Transmissão Norte 2 S.A. (EDP Transmissão Norte 2)	Controlada	integral	100,00	-	-	-
Clientes						
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart SPE 1 Ltda. (EDP Smart SPE 1) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 2 Ltda. (EDP Smart SPE 2) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 3 Ltda. (EDP Smart SPE 3) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 4 Ltda. (EDP Smart SPE 4) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 5 Ltda. (EDP Smart SPE 5) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 6 Ltda. (EDP Smart SPE 6) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 7 Ltda. (EDP Smart SPE 7) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 8 Ltda. (EDP Smart SPE 8) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 9 Ltda. (EDP Smart SPE 9) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 10 Ltda. (EDP Smart SPE 10) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 11 Ltda. (EDP Smart SPE 11) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 12 Ltda. (EDP Smart SPE 12) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 13 Ltda. (EDP Smart SPE 13) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar II SPE Ltda. (Energia Solar II)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia I SPE S.A. (Energia I)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Energia II SPE S.A. (Energia II)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Outros						
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-	29,90	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Comercializadora de equipamentos y materiales Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	-	50,00
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM) (Nota 4.6.3)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Porto do Pecém	-	-	50,00	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM) (Nota 4.6.3)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Porto do Pecém	-	-	50,00	-
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol) (Nota 4.18)	Controlada	por equivalência patrimonial	-	100,00	-	40,00

1.1.1 Constituição de controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada EDP Smart SPE V constituiu treze novas controladas indiretas, sendo controladas diretas da EDP Smart Serviços (Nota 1.1). As referidas controladas indiretas foram constituídas com finalidade de viabilizar projetos do grupo EDP - Energias do Brasil, alinhados com o Plano Estratégico da Companhia.

1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance

A EDP - Energias do Brasil é uma Companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Após dois anos consecutivos em 1º lugar no ranking geral do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, com a OPA (Nota 4.7), a Companhia manteve seus compromissos com a agenda ESG a partir da integração dos temas sociais e ambientais em seu Plano de Negócios 2023-2026. A Companhia mantém objetivos estratégicos que passa pelos temas da descarbonização do portfólio, investimento social nas comunidades em que atua e aceleração de uma cadeia de fornecimento sustentável.

A Companhia também manteve seu *score* em nível de Liderança no CDP (*Carbon Disclosure Project*), *disclosure* focado no tema das alterações climáticas e que demanda estratégia sólida de gestão da temática e melhoria nos indicadores de desempenho que envolvem a emissão de carbono.

2 Outorgas

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 daquele decreto, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos na Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Também é estabelecido que, extinta a concessão, a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 31 de dezembro de 2023 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm) (Nota 4.4)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(i)
Geração										
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	123,30	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AV	392,95	211,30	21/12/1987	28/10/2045	20 anos	(ii)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	266,60	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	479,90	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(i)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
Transmissão										
Operação comercial										
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término		Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão Aliança	484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
EDP Transmissão SP-MG (Nota 18.2)	375 km 744 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
	11 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
EDP Goiás	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
Mata Grande Transmissora (Nota 18.2)	113 km	Serviço Público	Concessão	MA	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
					LT 230kV	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
Em fase de projeto/construção										
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término		Prorrogação	Indenização
Transmissão										
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
EDP Transmissão Norte 2	188 km	Serviço Público	Concessão	RO	LT 230kV; 2 SE 230kV	31/03/2023	31/03/2053	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.

(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

Adicionalmente, a coligada Celesc, na qual a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detém o controle das seguintes outorgas:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão
Distribuição							
Celesc Distribuição S.A. - Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGAS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054
	UHE: Palmeiras, Bracinho, Salto e Cedros	Produtor Independente	Concessão	SC	54,28	36,24	06/11/2053
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)
Total					115,27	70,16	

Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Final da concessão	Potência instalada (MW)	Acrescimento de potência (MW)	Potência final (MW)	Status
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	Análise MME/ ANEEL
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
CGH Marim	São José/SC	(i)	1,00	1,00	Em construção	
CGH Caveiras	Lages/SC	(i)	3,83	5,57	9,40	Licenciamento Ambiental
Total			43,11	34,82	77,93	

As informações apresentadas acima foram extraídas das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023, divulgadas ao mercado em 10 de novembro de 2023.

(i) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

2.1 Contratos de concessão de Distribuição, Geração e Transmissão

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

• Distribuição

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, desconto, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pelas distribuidoras.

Concessionários: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

• Geração

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; acompanhamento de execução das obras e exploração das suas instalações diretamente ou através de prepostos de órgãos conveniados, os quais terão livre acesso às obras, instalações e equipamentos vinculados à concessão; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário; a observância das normas legais e contratuais; a utilização e o destino da energia, bem como a qualidade e a comercialização do produto.

Concessionários: manter, permanentemente, os equipamentos e instalações da unidade geradora em perfeitas condições de funcionamento, com adequada estrutura de operação e conservação dos bens e instalações; condições gerais de segurança e salubridade dos operadores, eventuais visitantes e populações adjacentes ao empreendimento.

• Transmissão

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; revisar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, desconto, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pelas transmissoras.

Concessionários: deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão cumprindo todas as exigências dos órgãos responsáveis pelos licenciamentos; manter atualizado o registro e inventário dos bens vinculados à concessão e a documentação técnica dos equipamentos e instalações; e cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares e as instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão

A ICPC 01 (R1), aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Com base na análise individual dos contratos de concessão e autorização divulgados no quadro acima, a Companhia concluiu que esta interpretação é aplicável aos contratos de concessão das controladas de distribuição e transmissão.

Já os contratos das controladas de geração apresentam características que não atendem aos requisitos de enquadramento da ICPC 01, principalmente, pelo fato do preço de venda da energia produzida não ser totalmente regulado, em sua essência, pelo Poder Concedente, uma vez que parte relevante da receita auferida pelas usinas ser proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Desta forma, estes contratos estão sob o escopo do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
- Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração, 1 assento no Conselho Fiscal e 1 assento no Comitê de Auditoria Executivo (Nota 20.2) e a Companhia detém 20,00% da participação no capital total e 33,33% de participação no capital votante da Porto do Pecém (Nota 4.6), possuindo assentos no Conselho de Administração e Diretoria.
- As datas das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, e a recém controlada adquirida Blue Sol (Nota 4.18), o cálculo de equivalência patrimonial utiliza o balancete da referência com dois meses de defasagem.
- Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes. Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo acordos contratuais, conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas demonstrações financeiras.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

• Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.9.

• Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas controladas identificaram que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Teste de redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas avaliaram a evidência de desvalorização dos ativos não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual representativa do conjunto.

Nesta base, para efeito dos testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

- Unidades geradoras de caixa: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart SPE, Enerpeixe, Lajeado, Investco, CEJA, Cachoeira Caldeirão e São Manoel;
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo, tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: prazo de concessão, considerando sua renovação, quando aplicável, exceto EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções (10 anos) e EDP Smart SPE; e
- Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M+ (3,46% a.a.) e IPCA+ (3,47% a.a.).

Em 30 de junho de 2023, a Administração da coligada Porto do Pecém reclassificou todos os ativos e passivos a serem vendidos como "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 4.6.2). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Para a controlada indireta EDP Smart Soluções, considerando a intenção de alienação, a Administração da controlada EDP Smart Serviços reclassificou todos os ativos e passivos a serem vendidos como "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 4.19). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro		IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IFRS 17 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17</i> (2020) e <i>Initial Application of IFRS 17</i> e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores. Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)		IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado
Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando nas discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.				

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2023, a Companhia e as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
EDP - Energias do Brasil	Cédula de Câmbio MUFG	out/23	fev/24	600.000	CDI + 1,25% a.a.	Capital de Giro
Total em moeda nacional				600.000		
Em moeda estrangeira						
EDP Espírito Santo	4131 - ITAÚ SWAP	jul/23	jul/25	83.318 USD	USD + 6,788%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
EDP Espírito Santo	4131 - SCOTIABANK SWAP	ago/23	jul/25	60.815 USD	USD + 7,057%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
Santa Leopoldina	4131 - SCOTIABANK SWAP	dez/23	dez/25	172.413 USD	USD + 6,27%	Refinanciamento do funding de aquisição
Total em moeda estrangeira				316.546 USD		
Coligada (não consolidada nesta demonstração financeira (Nota 20.2))						
Em moeda nacional						
Porto do Pecém	Cessão de Direitos Creditórios	dez/23	set/27	1.200.000	12,0568%	Refinanciamento
Total em moeda nacional				1.200.000		

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 27, 28 e 39.1.3.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia e em suas controladas

Publicação	Descrição	Status
Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET de 21 de fevereiro de 2022	A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios - TS 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos PRORET, relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores.	Foram recebidas contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuirão. A ANEEL encorreu a TS 002/2022 e deverá abrir a Consulta Pública - CP para dar continuidade ao tema em 2024.
DSP nº 453 de 27 de fevereiro de 2023	Em 27 de fevereiro de 2023, foi publicado o Despacho nº 453, que anuiu previamente o Contrato de Compra e Venda de Ativos a ser firmado entre a controlada EDP São Paulo e a controlada indireta EDP Goiás.	A operação da venda de torres de emergência entre as controladas EDP São Paulo e EDP Goiás foi aprovada pela ANEEL. Adicionalmente, houve adequação do pleito de anuidade prévia para a operação de compra e venda de torres entre as referidas devido alteração no valor anuído.
DSP nº 848 de 4 de abril de 2023	Em 4 de abril de 2023 foi publicado o DSP nº 848, acatando parcialmente o pedido de reconsideração da RAP ciclo 2022/2023 publicada na Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022.	Pleito da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, acatado parcialmente, com o reconhecimento de R\$2.847. Os valores foram reconhecidos via Parcela de Ajuste na Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Nota 4.11).
REN nº 1.062 de 4 maio de 2023	Em 4 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.062, alterando a REN nº 1.030/2023, que estabelece procedimentos relacionados à prestação e à remuneração de serviços ancilares. Com a alteração as usinas solares, fotovoltaicas e térmicas também podem prestar serviço ancilar de suporte de reativos e serem remuneradas a Tarifa de Serviços Ancilares - TSA.	A alteração possibilita que a coligada Porto do Pecém preste serviço ancilar de suporte de reativos e receba TSA.
REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	As UHEs das controladas de geração estão atendendo as exigências estabelecidas quanto à segurança de barragens, sob o risco de sofrer penalidades que podem chegar a 2% da receita das controladas de geração.
Portaria - PRT nº 2.283 de 12 de junho de 2023	A PRT foi publicada em 12 de junho de 2023, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e aprovar o projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 02 do Leilão nº 02/2022-ANEEL (Contrato de Concessão nº 02/2023), de titularidade da controlada EDP Transmissão Norte 2.	A PRT entrou em vigor na data da publicação, possibilitando economia nos custos da obra em decorrência da isenção no pagamento de encargos na controlada.
Consulta Pública - CP nº 152 de 22 de junho de 2023	Em 22 de junho de 2023, foi aberta a Consulta Pública nº 152/2023, do Ministério de Minas e Energia (MME), para o recebimento de contribuições da sociedade para elaboração de diretrizes para o tratamento das concessões de distribuição de energia elétrica com vencimentos entre 2025 e 2031.	
DSP nº 2.401 de 19 de julho de 2023	Em 19 de julho de 2023, foi publicado o Despacho nº 2.401 que autoriza a controlada indireta EDP Goiás, Contrato de Concessão nº 63/2001, a implantar as melhorias em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida.	O investimento estimado na EDP Goiás é de R\$31.359 com RAP de R\$4.963. Esses reforços serão implantados no Plano de Negócio - PN 2024.
Ato Declaratório - ADC nº 160 de 20 de julho de 2023	Em 20 de julho de 2023, foi publicado o ADC nº 160/23 que concede à controlada EDP Transmissão Norte 2, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022.	O impacto estimado na controlada EDP Transmissão Norte 2 com o benefício REIDI é de R\$23.158.
Termo de Compromisso nº 15/2023 celebrado entre a controlada EDP Transmissão Aliança e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, para a compensação Ambiental referente à implantação do empreendimento do lote 21 do leilão ANEEL nº 005/2016, em cumprimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000.		O valor destinado é de R\$914 fixado em fevereiro de 2019, com vigência até março 2024.
REN nº 2.832 de 16 de agosto de 2023	Em 16 de agosto de 2023, foi publicada a REN nº 2.832 que autoriza a controlada indireta EDP Goiás, Contrato de Concessão nº 063/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida.	A controlada indireta estima o investimento de R\$17.578 e RAP de R\$2.774. Pleito para o reconhecimento de R\$13.388 referente às Conexões de Transformadores protocolados junto a ANEEL.
DSP nº 3.223 de 06 de setembro de 2023	Em 06 de setembro de 2023, foi publicado o DSP nº 3.223 que fixa a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.	Para a controlada EDP Espírito Santo foi definido valor da TFSEE Anual de R\$5.791.
REN nº 1.041 de 23 de setembro de 2022	A REN nº 1.041/2022, aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.	A REN altera a metodologia de cálculo da TUST, aprimorando o sinal locacional da componente tarifária, vigente desde julho de 2023. Essa norma impactou as controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão, CEJA e as controladas Enerpeixe e Lajeado após o fim do ciclo de estabilização da TUST.
Portaria nº 2.712 de 15 de dezembro de 2023	Em 15 de dezembro 2023 foi publicada a Portaria nº 2.712/SNTEP/ MME/2023, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI dos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo reforços da controlada indireta EDP Goiás. (Despacho ANEEL nº 2.832, de 10 de agosto de 2023).	A controlada indireta EDP Goiás obteve o REIDI que traz benefícios tributários ao projeto.
Despacho nº 4.832 de 15 de dezembro de 2023	Em 15 de dezembro de 2023 foi publicado Despacho nº 4.832, anuindo previamente ao pedido para celebração de Contratos de Compra e Venda de Ativos entre a controlada indireta Investco, vendedora, e as controladas EDP Transmissão SP-MG, e EDP Transmissão Aliança, compradoras, conforme proposta apresentada.	A controlada indireta Investco está aguardando anuidade da ANEEL para alienação de quatorze Torres de Emergência Triangulares - TET, através da celebração dos contratos de compra e venda de ativos.

4.3 Lei Complementar - LC nº 194

A Lei Complementar - LC nº 194, de 23 de junho de 2022 e o Ofício ANEEL nº 54, de 22 de julho de 2022, endereçado ao Confaz e COTEPE/ICMS, consideram, entre outras informações, a inclusão de energia elétrica como bem e serviço essencial e indispensável, trazendo limitadores da alíquota de ICMS para recolhimento, bem como outras providências.

A Administração das controladas de distribuição aplicou a redução da alíquota de ICMS nas transações abrangidas pela referida LC.

Em 10 de fevereiro de 2023 foi publicada, pelo Supremo Tribunal Federal, decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 7195/DF concedendo pedido liminar para suspender os efeitos do artigo 2º da referida LC, no que tange à exclusão da incidência do ICMS sobre o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Os efeitos da decisão são imediatos a partir da data da publicação, mantendo-se, portanto, a aplicação da redução da alíquota do ICMS, mas restabelecendo a base de cálculo para incluir o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

4.4 Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022

A partir de 1º de janeiro de 2023, as controladas e controladas em conjunto da Companhia estão em conformidade com as novas garantias físicas conforme Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, aprovada pela Portaria Normativa nº 709/2022. Segue abaixo as novas garantias físicas:

Energia assegurada (MWm)
2022
2023
Enerpeixe
Investco
CEJA
Cachoeira Caldeirão
280,5
505,1
222,0
129,7
266,6
479,9
211,3
123,3

4.5 Distribuidoras - Alteração no regime de tributação

Para o exercício de 2023 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo alteraram o regime de tributação, anteriormente apurado pelo Lucro Real Trimestral, para Lucro Real Anual.

4.6 Porto do Pecém - Coligada

4.6.1 Porto do Pecém - Redução de capital

A coligada Porto do Pecém deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 31 de outubro de 2022, pela redução de seu capital social no montante de R\$875.000 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a participação da EDP - Energias do Brasil no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada ao: (i) recebimento da quitação e liberação das garantias do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0354.1 e respectivos instrumentos acessórios, celebrados entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e (ii) transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da Assembleia, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A.

A redução foi por meio de restituição à Companhia, em moeda corrente, no dia 26 de janeiro de 2023.

4.6.2 EDP - Energias do Brasil - Transferência para Ativo Mantido para Venda e reconhecimento de redução no valor recuperável (impairment) da coligada Porto do Pecém

Em junho de 2023 a Companhia reclassificou todos os ativos e passivos da coligada Porto do Pecém a ser vendida como "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 18.1). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Para apuração do valor justo da Porto Pecém foi considerada a Abordagem de Mercado (*Market Approach*). Este método baseia-se nos preços praticados em transações efetivas e nas cotações de venda disponíveis para ativos similares na data de avaliação. Conforme definido pela norma o método utilizado prece e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos - como, por exemplo, um negócio - idêntico ou comparável (Nota 35.6).

4.6.3 Porto do Pecém - Reestruturação societária

A partir de 31 de maio de 2023 a coligada Porto do Pecém passou a deter o controle compartilhado das companhias Pecém TM e Pecém OM.

A reestruturação societária foi dividida em partes:

(i) Transferência de controle acionário: Em 1º de agosto de 2023, a coligada Porto do Pecém, em AGE, aprovou o aumento de seu capital social no montante de R\$9.546, mediante a emissão de 11.252.689 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante a transferência do controle acionário entre a Companhia e a coligada Porto do Pecém, a totalidade das participações societárias detidas na Pecém TM e Pecém OM, sem gerar ganhos ou perdas entre as partes envolvidas, sendo: (i) 1.682.009 ações ordinárias de emissão da Pecém TM, sem valor nominal; e (ii) 3.526.683 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Pecém OM.

(ii) Absorção de prejuízos acumulados: A Porto do Pecém deliberou, em AGE realizada em 1º de agosto de 2023, pela redução de seu capital social no montante de R\$506.167 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, além da absorção integral dos prejuízos acumulados das demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a participação da EDP - Energias do Brasil no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada a: (i) publicação do extrato da ata na versão impressa e digital do jornal "O Estado"; e (ii) transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da Assembleia, nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/76.

(iii) Redução de Capital: A Porto do Pecém deliberou, em AGE realizada em 20 de setembro de 2023, pela redução de seu capital social no montante de R\$300.500, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a participação da EDP - Energias do Brasil no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada a: (i) publicação do extrato da ata na versão impressa e digital do jornal "O Estado"; e (ii) transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da Assembleia, nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/76. A redução foi no dia 20 de novembro de 2023.

(iv) Conversão em ações: A Porto do Pecém deliberou, em AGE realizada em 1º de dezembro de 2023, o grupamento das suas ações, na proporção de 952,100524 ações ordinárias para cada ação ordinária passando de 2.380.251.310 ações para 2.500.000 ações, sendo: (i) 500 em ações ordinárias ("ON"); (ii) conversão de 1.000.000 ações preferenciais classe A ("PNA"), entre suas características destacam: sem valor direito a voto, não são resgatáveis e a participação da distribuição de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) emissão de 500.000 ações preferenciais da classe B ("PNB"), entre suas características destacam: não tem direito a voto, serão resgatadas semestralmente a partir de 15 de fevereiro de 2025 e farão jus a dividendos prioritários, fixos à taxa de IPCA+ 15% a.a. com pagamentos trimestrais a partir de 15 de agosto de 2024. Classificadas como Títulos a receber conforme nota 17.

4.6.4 EDP - Energias do Brasil - Alienação de 80% do capital social da coligada Porto do Pecém

Em 20 de setembro de 2023 a Companhia assinou o contrato de compra e venda com as empresas Mercurio GF I Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura e Cactus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para formalizar a alienação de 80% do capital social da coligada Porto do Pecém, detentora da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e das subsidiárias Pecém PM e Pecém OM que estão situadas no estado do Ceará.

Em 22 de dezembro de 2023 a Companhia concluiu a venda, uma vez que foram atendidas todas as condições precedentes.

A transação foi concluída em linha com os termos e condições previamente divulgados no valor total de R\$461.631 tendo recebido pelos 80% do capital da coligada, na referida data. A apuração desta operação está apresentada na nota 18.1.

4.7 Oferta Pública de Aquisição - OPA

4.7.1 OPA de Ações da Companhia

Em 02 de março de 2023, a Companhia divulgou Fato relevante que, na referida data recebeu, comunicação de sua acionista controladora EDP - Energias de Portugal S.A., informando que, conforme aprovado pelos órgãos societários competentes da EDP - Energias de Portugal S.A. e da EDP International Investments and Services, S.L., na qualidade de veículo ofertante, foi realizado, naquela data, protocolo perante a CVM de pedido de registro de oferta pública para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas, direta e indiretamente, pela EDP - Energias de Portugal S.A. e por aquelas atualmente mantidas em tesouraria, para fins de:

- (i) obtenção da conversão de registro da Companhia na CVM de emissora de valores mobiliários categoria "A" para "B", nos termos do artigo 9º e seguintes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022; e
- (ii) saída da Companhia do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3, se atingidos os respectivos quóruns regulamentares, conforme cada caso, nos termos da Resolução CVM 85 e do regulamento do Novo Mercado, com o objetivo de simplificação da estrutura corporativa e organizacional da EDP - Energias de Portugal S.A., conferindo assim maior flexibilidade na gestão financeira e operacional das suas operações no Brasil, e alinhado com a sua estratégia de foco em energias renováveis e redes de eletricidade.

O preço atribuído pela Companhia para cada ação objeto da OPA será de R\$24,00 por ação, a ser pago à vista e em moeda corrente nacional, equivalente a um prêmio de 22,26% sobre o preço de fechamento por ação do pregão de 01 de março de 2023, de R\$19,63. O Preço por Ação poderá ser ajustado, ainda, (i) por dividendos ou juros de capital próprio eventualmente declarados pela Companhia; ou (ii) em decorrência da aprovação de grupamento ou desdobramento de ações de emissão da Companhia, de acordo, inclusive, com os termos que serão previstos no Edital da OPA.

A Companhia definiu a Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., na qualidade de empresa avaliadora independente responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação utilizando como data-base 31 de dezembro de 2022, nos termos do parágrafo 4º do artigo 4º da Lei das S.A., do artigo 9º e do inciso I, do artigo 22 da Resolução CVM 85.

Adicionalmente, em 01 de junho de 2023, a Companhia divulgou ao mercado, por meio de um fato relevante, no âmbito da OPA para fins de cancelamento de registro de companhia aberta na categoria A e conversão para categoria B e saída do Novo Mercado da B3, que na referida data, recebeu a comunicação de sua acionista controladora, EDP - Energias de Portugal S.A., na qualidade de controladora da EDP International Investments and Services S.L., sociedade

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.7.2 Ajuste do preço por Ação na OPA em razão de distribuição de dividendos

Conforme informado em 02 de março de 2023, a Companhia atribuiu o preço de R\$24,00 por ação objeto da OPA, sujeito a ajustes em razão de dividendos ou JSCP declarados pela Companhia antes da realização do leilão da OPA. Considerando que, em 11 de abril de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia - AGOE a declaração de dividendos (exceto JSCP já declarados) no valor de R\$152.457, equivalente a R\$0,269366954 por ação, a serem pagos aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia na data-base da AGOE, o novo preço por ação da OPA passou a ser de R\$23,73 por ação.

4.7.3 Exclusão da negociação de ações ordinárias no Mercado de Valores Latinoamericanos (Latibex)

Em 27 de março de 2023, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que na presente data, foi apresentado requerimento ao Mercado de Valores Latinoamericanos (Latibex) para exclusão da negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia (Nota 4.7). A Companhia engajou o Banco Santander S.A. para a coordenação do processo de deslistagem da Latibex (Entidade Agente) e a Auriga Global Investor Sociedade de Valores S.A. como instituição intermediária (Especialista) como agente facilitador, àqueles investidores que tenham adquirido ações de emissão da Companhia na Latibex e que foram alienadas em momento anterior à exclusão da negociação na Latibex, que o desinvestimento de sua participação acionária foi realizado em condições de mercado, seguindo o valor de cotação praticado no segmento de bolsa de valores da B3.

4.7.4 Resultado do Leilão referente à OPA

Em 11 de julho de 2023, a Companhia comunicou ao mercado o resultado do Leilão que a controladora da Companhia adquiriu 185.169.240 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 31,86% do seu capital social total. As ações foram adquiridas pelo preço de R\$23,73 totalizando o valor de R\$4.394.066. Com a liquidação do Leilão, que ocorreu em 14 de julho de 2023 sobrou em circulação 55.899.225 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 9,58% do seu capital social total. Considerando a aquisição realizada no Leilão, a controladora da Companhia passou a deter 510.895.234 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 87,91% do seu capital social total. Tendo sido alcançado o quórum para Conversão de Registro conforme previsto no artigo 22, inciso II, da Resolução CVM nº 85/2022 e no item 3.4 do edital da OPA e, consequentemente, o quórum para Saída do Novo Mercado conforme previsto no artigo 43, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e no item 3.5 do Edital, foram tomadas as medidas necessárias para a Conversão de Registro da Companhia e exclusão de negociação das suas ações da B3, sendo que as ações ordinárias de emissão da Companhia foram sendo negociadas no segmento básico da B3 a partir de 12 de julho de 2023 até a efetiva Conversão de Registro, que ocorreu no dia 21 de agosto de 2023.

4.7.5 Conversão do Registro de companhia aberta de Categoria “A” para “B” e Data de Corte do Resgate Compulsório das ações remanescentes em circulação da Companhia

Em 22 de agosto de 2023, a Companhia comunicou ao mercado por meio do Fato relevante que a CVM deferiu, em 21 de agosto de 2023, por meio do Ofício nº265/2023/CVM/SEP/GEA-1, a conversão do registro de categoria da Companhia, que passa a ser registrada como companhia aberta na categoria “B”. Dessa forma, as ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas na B3 a partir desta data.

4.7.6 Aprovação do Resgate Compulsório das ações remanescentes em circulação, após conclusão da OPA

Em 30 de agosto de 2023 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada nesta data, o resgate compulsório das 21.494.341 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 3,70% do seu capital social total, remanescentes em circulação, nos termos do item 9.1.1 do edital da OPA e do disposto no artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A. O preço do resgate compulsório será idêntico ao preço por ação de R\$23,73, ajustado pela taxa SELIC acumulada, *pro rata temporis*, desde 14 de julho de 2023, data de liquidação da OPA, até a data do efetivo pagamento do preço do resgate. O preço de resgate foi pago aos acionistas da Companhia com base na posição acionária registrada em 29 de agosto de 2023, considerando que o último dia de negociação das ações de emissão da Companhia no ambiente de negociação da B3 foi em 21 de agosto de 2023. Considerando a aprovação do resgate compulsório, fica encerrado antecipadamente o período de três meses contados da data do Leilão para que os acionistas que desejassem vender suas ações objeto da OPA que não foram alienadas no Leilão, previsto no item 8.1.1 do edital da OPA e objeto do aviso aos acionistas divulgado em 11 de julho de 2023.

4.8 Encerramento do Programa de Recompra de Ações

Em 07 de março de 2023, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que diante do protocolo de pedido de registro de oferta pública para aquisição de ações da Companhia junto à CVM por sua acionista controladora, EDP - Energias de Portugal, S.A. (Nota 4.7), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral o encerramento do programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado pelo seu Conselho de Administração em 25 de outubro de 2021, conforme Fato relevante na data referida. O Programa de Recompra teve como objetivo aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da Administração da Companhia, o valor de negociação das ações da Companhia não refletia o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Por meio do Programa de Recompra, a Companhia recomprou 15.287.400 ações ordinárias de emissão da Companhia.

4.9 EDP Trading - Reestruturação societária

Em 14 de março de 2023 a controlada EDP Trading efetuou a transferência de controle acionário da companhia EDP Transmissão Norte 2 para EDP - Energias do Brasil, passando a totalidade das participações societárias, a valor contábil, e o total de 1.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 cada.

4.10 Transmissoras - Conclusão dos reforços em transmissão

EDP Goiás
Conclusão do reforço da instalação de transmissão de energia elétrica para implantação do setor de 138kV - 230/138kV - (6+1R)x33,33 MVA na SE Itapaci, aprovado pela Resolução autorizativa nº 8.614 de 27 de fevereiro de 2020, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$12.670 (valor atualizado para o ciclo 2023/2024).

Conclusão do reforço da instalação na Xavantes em setembro de 2023 na EDP Goiás, aprovado pela Resolução autorizativa nº 11.645 de 12 de abril de 2022, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$16.033 (valor atualizado para o ciclo 2023/2024).

EDP Transmissão Litoral Sul

Conclusão da instalação do 2º transformador 230/138-13,8kV, 150MVA na SE Tubarão Sul, aprovado pela Resolução autorizativa nº 9.975 de 11 de maio de 2021, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$3.296 (valor atualizado para o ciclo 2022/2023).

4.11 Transmissoras - Reajustes e revisão tarifárias

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. A RAP foi reajustada considerando os efeitos do IPCA e de alteração na componente de financiamento do WACC, conforme previsto no Contrato de Concessão. A parcela de reajuste inerente ao IPCA é considerada um componente de contraprestação variável e, portanto, com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (Nota 34), foi efetuada a revisão deste componente no cálculo do Ativo de Contrato e os efeitos apropriados em Receitas. Com relação a alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP das controladas EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG, esta é considerada uma alteração contratual e seus efeitos apropriados em Outros Resultados em Despesas Operacionais (Nota 34). A RAP das controladas de transmissão de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	RAP 2023 REH nº 3.216	RAP 2022 REH nº 3.067
EDP Transmissão Aliança	241.729	239.182
EDP Transmissão Litoral Sul	63.173	60.781
EDP Transmissão SP-MG	282.480	277.590
Mata Grande Transmissora	10.544	10.145
EDP Goiás (*)	340.111	289.005
	938.037	876.703

(*) A RTP de 2023 da RAP da controlada indireta EDP Goiás foi postergada em decorrência da decisão da Diretoria, consubstanciada no DSP nº 402/2023, impactando as transmissoras prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

4.12 EDP Espírito Santo - Reajuste Tarifário Anual

Em 01 de agosto de 2023 a ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida nesta data, aprovou o Reajuste Tarifário Anual da controlada EDP Espírito Santo aplicado a partir de 07 de agosto de 2023.

O efeito médio percebido pelos consumidores será de 3,55%, sendo 0,46% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 4,80% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

Durante o processo de reajuste tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela “B”), enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela “A”) e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes.

A Parcela “B” foi ajustada em -0,1%, ficando em linha com a homologada em 2022, resultando em R\$1.407. Essa atualização contou com o IGP-M de -7,72% apurado para o período tarifário e o Fator X de 0,86%.

Os itens que mais impactaram as novas tarifas foram: (i) a redução dos custos que remuneram a distribuidora (Parcela “B”); (ii) as geradoras (compra de energia); (iii) a elevação dos custos de transmissão e encargos setoriais; e (iv) fim de medidas de mitigação tarifária adotadas em 2022, tal como a reversão dos créditos de PIS e COFINS.

O ajuste dos itens financeiros incluído pela ANEEL neste processo foi de R\$10.738 negativo, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela controlada EDP Espírito Santo no período tarifário de 2022 a 2023, além da reversão dos créditos residuais de PIS e COFINS no valor de R\$15.831.

4.13 Santa Leopoldina

4.13.1 Aquisição adicional de ações da EDP Goiás

Entre os meses de maio e agosto de 2023, a controlada Santa Leopoldina adquiriu ações da controlada indireta EDP Goiás, sendo ao todo, 3.213 ações ordinárias. Dessa forma, a controlada Santa Leopoldina passou a deter 329.723.712 ações, que representam 99,9999% do capital social total da controlada indireta EDP Goiás.

4.13.2 Grupamento de ações da Controlada indireta EDP Goiás

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de setembro de 2023, por maioria dos acionistas que representam 329.723.712 votos a favor, foi aprovado o grupamento das 329.725.474 ações ordinárias de emissão da EDP Goiás, na proporção de 20.000 ações para 1 ação, sem modificação do valor do capital social, resultando em 16.486 ações ordinárias e sem valor nominal.

Ficou consignado que os acionistas titulares de ações em número que não seja múltiplo de 20.000 ou que sejam titulares de menos de 20.000 ações tinham o prazo de 30 dias a partir da data desta AGE para ajustar suas posições mediante a negociação privada das ações.

Transcorrido o prazo de 30 dias para ajustes de posições, as eventuais frações de ações resultantes do grupamento foram identificadas, separadas e adquiridas pela EDP Goiás para manutenção em Ações em tesouraria, mediante o pagamento de valor proporcional do patrimônio líquido por ação de R\$6,40 com prêmio adicional de R\$3,90, totalizando o valor por ação de R\$10,30.

Em 21 de outubro de 2023 a controlada Santa Leopoldina passou a deter 100% das ações da controlada indireta EDP Goiás.

4.14 Investco - Ações preferenciais resgatáveis

A controlada indireta Investco assinou o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/1997-ANEEL, cujo objetivo é formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (LHE - Jetaodó), nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 5 de julho de 2022, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. Desta forma os acionistas da Investco que são detentores das Ações preferencias resgatáveis de classes “A”, “B” e “C” passam a ter direito a mais 32 parcelas de juros (Nota 27) e consequentemente a liquidação do Capital Social será no final do novo prazo de concessão (Nota 2).

4.15 EDP São Paulo - 6ª Revisão Tarifária Periódica

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.278 de 17 de outubro de 2023, homologou o resultado da 6ª Revisão Tarifária Periódica da controlada EDP São Paulo, aplicada a partir de 23 de outubro de 2023.

O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 6,83%, sendo 6,28% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 7,12% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada quatro anos na EDP São Paulo, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem: (i) os custos de Administração, Operação e Manutenção (CAOM) e (ii) o custo Anual dos Ativos (CAA). Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são definidos com base em projeções para os doze meses subsequentes, assim como na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

O Fator X é calculado em função dos componentes “Pd” (ganhos de produtividade) e “T” (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão perdurar por todo o ciclo, além do componente “Q” (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: “Pd”: 0,640%; “T”: 3,595%; e “Q”: -0,433%.

Na composição da Revisão Tarifária de 2023 destacam-se os componentes de Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta foi de R\$6,5 bilhões e a Base de Remuneração Líquida de R\$4,2 bilhões.

O índice regulatório definido pela ANEEL para as Perdas Técnicas para o próximo ciclo é de 4,19%, sobre a energia injetada. Já para as Perdas Não Técnicas de Baixa Tensão, a trajetória regulatória será de 8,05% para o ano de 2023, com trajetória de redução de 0,36% no ciclo de Revisão Tarifária, sendo 6,98% o valor definido para 2026.

A partir deste resultado, o Ativo Financeiro Indenizável foi ajustado em R\$95.000 decorrente da diferença entre as premissas utilizadas pela EDP São Paulo e o efetivamente utilizado pela ANEEL quando do processo de Revisão Tarifária, principalmente para a atualização do investimento incremental, IPCA versus Banco de Preço.

O montante dos itens financeiros reconhecido pela ANEEL neste processo foi negativo de R\$148.051, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis homologados (energia, transporte e encargos) e os efetivamente incorridos pela EDP São Paulo no período tarifário, e a previsão dos custos futuros.

4.16 CEJA - Redução de capital

A controlada em conjunto CEJA deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 26 de outubro de 2023, pela redução de seu capital social no montante de R\$100.000 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a participação da Controladora no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada ao: (i) recebimento da quitação e liberação das garantias do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0354.1 e respectivos instrumentos acessórios, celebrados entre a controlada e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e (ii) transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da Assembleia, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A.

A redução foi por meio de restituição à Companhia, em moeda corrente, no dia 26 de dezembro de 2023.

4.17 EDP - Energias do Brasil - Rotação de Ativos de Transmissão

Em 31 de outubro de 2023 a Companhia divulgou que, nesta data, foi assinado o contrato de compra e venda com empresa detida pela Actis Assessoria Investimentos Ltda. (“Actis”) para formalizar a alienação de 100% do capital social detido pela Companhia referente 2 ativos de transmissão, sendo eles EDP Transmissão SP-MG (“Lote 18”) e Mata Grande Transmissora, conforme apresentado na nota 18.2, totalizando 439 km de extensão e R\$131 milhões de RAP.

4.18 Blue Sol - Aquisição

A Blue Sol é uma empresa que comercializa e instala placas solares *rooftop* (telhados). Em virtude da pandemia, alterações regulatórias, somada a uma restrição de créditos por instituições financeiras, teve seu negócio diretamente impactado, trazendo redução de 70% em suas vendas.

Em novembro de 2023, por meio da subsidiária Energia I, com objetivo de evitar um pedido de recuperação judicial ou falência pelos então controladores, foi adquirida transitoriamente a totalidade das ações ordinárias da Blue Sol pelo montante de R\$10 (dez reais). As partes envolvidas no processo de compra e venda concordaram que o preço foi estipulado levando em consideração a atual situação financeira da Blue Sol, que inclui elevado grau de endividamento.

Nesta transação, a controlada EDP Ventures alienou os 40% da participação na Blue Sol para a Energia I pelo valor de R\$4 (quatro reais), e a família Colaferro, detentora até então de 60% da participação e controladora, por R\$6 (seis reais). Assim sendo, a controlada Energia I passou a consolidar, provisoriamente, a Blue Sol.

4.19 EDP Smart Serviços - Ativo Mantido para Venda relativo à EDP Smart Soluções

Em 31 de dezembro de 2023 a Controlada EDP Smart Serviços reclassificou todos os ativos e passivos da controlada indireta EDP Smart Soluções a ser vendida como “Ativo não circulante mantido para venda” (Nota 18.3). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, tendo reconhecido uma imparidade no montante de R\$8.644.

Para apuração do valor justo da EDP Smart Soluções foi considerada a Abordagem de Mercado (*Market Approach*). Este método baseia-se nos preços praticados em transações efetivas e nas cotações de venda disponíveis para ativos similares na data de avaliação. Conforme definido pela norma o método utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos - como, por exemplo, um negócio - idêntico ou comparável (Nota 34).

4.20 Alteração na metodologia do cálculo da Renda Não Faturada nas controladas de Distribuição

A metodologia de cálculo da Renda Não Faturada foi ajustada devido às alterações nas resoluções ANEEL 863/19, Resolução 1.000/21 e a energia Injetada da Geração Distribuída. Essas mudanças resultaram em melhorias significativas nos controles, uma vez que os faturamentos de clientes Livres, Alta Tensão, Média Tensão, Iluminação Pública, Avençados e Optantes passaram a ser faturados pelo mercado do Mês Civil. O impacto no exercício de 2023 foi de R\$27.484.

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento		66.659	31.680	360.528	215.211
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	313.558	939.845	1.559.700	3.833.678
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2	1.412.360		1.497.153	119.355
Fundos de investimento	5.3	10	9	17.840	28.952
		1.725.928	939.854	3.074.693	3.981.985
Total		1.792.587	971.534	3.435.221	4.197.196

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Essa exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 39.2.1.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia e suas controladas são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão remuneradas a taxas que variaram entre 94,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 31 de dezembro de 2023, as operações compromissadas lastreadas em Debêntures são referentes à Companhia e suas controladas, e foram remuneradas a taxas que variam entre 85,00% a 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.3 Fundos de investimento

A partir de janeiro de 2018 a Companhia e a controlada EDP Espírito Santo constituíu um Fundo de Investimento Restrito denominado “Discos Renda Fixa Fundo de Investimento Longo Prazo”, administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de diversificar as opções de aplicações financeiras além de obter maior eficiência e melhor rentabilidade com menor nível de risco.

Este fundo possui liquidez diária e remuneração pós-fixada com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFT, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de baixíssimo risco e com alta liquidez. As cotas do fundo estão custodiadas junto ao administrador.

As operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais são classificadas como Equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez imediata com o emissor. A rentabilidade do fundo no exercício foi equivalente a 86,66% do CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
	Nota	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de Investimento	6.1	4.392	4.197	4.173	1.952
Total		4.392	4.197	4.173	1.952

6.1 Fundos de investimento

O montante no Circulante refere-se, substancialmente, aos títulos da controlada EDP Espírito Santo e são decorrentes de aplicação financeira em fundo de investimento, composto por aplicação em instituição financeira, com carteira, substancialmente, composta por LFTs, com rentabilidade equivalente a 86,66% do CDI. O montante no Não circulante refere-se, principalmente, aos títulos da Companhia e são decorrentes de aplicação em Cotas Subordinadas Júnior de fundo de investimento em direitos creditórios, veículo de securitização constituído para financiar a cadeia de fornecedores de empresas pertencentes ao Grupo Econômico da EDP- Energias do Brasil.

7 Contas a Receber

		Consolidado											Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022	
		Valores Correntes						Valores Renegociados							
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida				Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida					
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 7.9)	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			PECLD (Nota 7.9)
Nota															
Circulante															
Consumidores															
Fornecimento faturado	7.2														
Residencial		365.313		325.667	57.066	76.590	326.384	(325.879)	28.030	68.682	20.593	94.072	(112.754)	923.764	726.666
Industrial		77.522		25.236	3.340	3.992	42.657	(32.420)	2.374	2.270	980	5.304	(4.001)	127.254	97.190
Comércio, Serviços e Outras Atividades		132.053		76.705	12.866	20.679	116.562	(96.767)	5.354	12.960	3.641	22.840	(25.882)	281.011	209.270
Rural		67.972		26.815	3.842	6.923	34.611	(26.433)	4.060	5.460	1.802	4.980	(4.993)	125.039	88.913
Poder Público															
Federal		3.037		107	48	43	242	(80)	9	17	1	53	(1)	3.476	2.123
Estadual		5.181		302	60	79	595	(144)	68	56	19	7	(11)	6.212	5.537
Municipal		21.891		5.799	1.359	1.118	2.236	(796)	723	2.405	119	318	(251)	34.921	22.291
Iluminação Pública		5.358		3.505	1.368	694	12.688	(7)	190	737	54	1.117		25.704	28.188
Serviço Público		13.706		6.708	3.399	1.668	2.256	(485)	125	271	68	582	(349)	27.949	15.471
Clientes livres		118.240		190	40	3.288		(3.288)						118.470	129.900
Serviços Cobráveis		2.633		2.222	1.262	1.645	7.583	(4.054)						11.291	6.257
Fornecimento não faturado	7.3	605.726						(4.332)						601.394	501.908
(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(25.688)												(25.688)	(18.075)
Outros créditos	7.4	29.054		4		11	106	(18)						29.157	29.217
		1.421.998	-	473.260	84.650	116.730	545.920	(494.703)	40.933	92.858	27.277	129.273	(148.242)	2.289.954	1.844.856
Concessionárias															
Suprimento de energia elétrica	7.5	218.199		505		421		(421)						218.704	401.319
Energia de curto prazo	7.6	67.089												67.089	9.655
Encargos de uso da rede elétrica	7.7	84.300		188			85	(2)	282					84.853	109.318
Outros créditos		10.135												10.135	20.844
		379.723	-	693	-	421	85	(423)	282	-	-	-	-	380.781	541.136
Clientes															
Eficiência energética			95											95	16.109
Serviços de gerenciamento de assinaturas			1.213	52	3	3	127	(131)						1.267	657
Dispêndios a reembolsar		2.318												2.318	8.104
Geração de vapor														-	11.700
Construção de usina solar														-	2.997
Arrendamentos		3.199	3.946	929	1.678	216	242	(434)						9.776	10.976
Outros clientes		8.275	1	142	485	561	161	(1.199)						8.426	8.602
		13.792	5.255	1.123	2.166	780	530	(1.764)						21.882	59.145
Total Circulante		1.815.513	5.255	475.076	86.816	117.931	546.535	(496.890)	41.215	92.858	27.277	129.273	(148.242)	2.692.617	2.445.131

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Características das Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da coligada Porto do Pecém, relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Para a coligada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vencedos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Clientes

Para as referidas controladas, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinaltura, a receita é reconhecida mediante medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado

A variação observada no exercício refere-se ao aumento do consumo em 31 de dezembro de 2023 frente ao consumo em 2022, sendo na controlada EDP Espírito Santo de 1.089.689MWh (585.057MWh em 31 de dezembro de 2022), o que gerou um impacto de 86,25% no aumento da carga consumida entre os anos e na controlada EDP São Paulo de 24.394.128MWh (22.666.805MWh em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente para a controlada EDP São Paulo houve impacto significativo do aumento da tarifa dos clientes livres que em 2023 ficou em média de R\$136 (R\$106 em 2022).

7.3 Distribuidoras - Fornecimento não faturado

A variação observada na rubrica ocorre nas controladas de distribuição, sendo na controlada EDP Espírito Santo decorrente dos seguintes fatores: (i) à sazonalidade entre os meses, ocasionada pelo clima predominantemente quente, gerando um aumento significativo no consumo de energia, que em 31 de dezembro de 2023 é de 26.664 MWh (10.855 MWh em 31 de dezembro de 2022); (ii) ao aumento de consumo de clientes com Micro e Mini Geração distribuída - MMGD que vem apresentando uma significativa evolução no ano de 2023 e na controlada EDP São Paulo devido (i) à sazonalidade entre os meses, ocasionada pelo clima predominantemente quente, gerando um aumento significativo no consumo de energia, que em 31 de dezembro de 2023 é de 393.331 MWh (388.997 MWh em 31 de dezembro de 2022). Outro fator que impactou as duas distribuidoras foi a alteração dos métodos de cálculo do Fornecimento Não Faturado (Nota 4.20) em dezembro de 2023, que passou a ser feito por calendarização, tendo ocasionado alteração no MWh do Não Faturado em 2023.

7.4 Outros créditos - Consumidores

Do saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$29.157 (R\$29.217 em 31 dezembro de 2022), R\$12.692 (R\$12.692 em 31 de dezembro de 2022) refere-se ao saldo de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a controlada EDP Espírito Santo possui um passivo em 31 de dezembro 2023 no valor de R\$28.558 (R\$28.562 em 31 de dezembro de 2022) (Nota 30).

7.5 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

A redução de suprimentos de energia elétrica refere-se, substancialmente: (i) na controlada EDP Trading à redução dos contratos de comercialização de energia decorre do panorama geral dos preços de energia, os quais atingiram patamares baixos durante o exercício de 2023, provenientes da continuidade do cenário hidroológico favorável no Sistema Interligado Nacional ("SIN") e níveis de reservatórios elevados; e (ii) nas controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo decorrente da redução da carga de energia elétrica comercializada no Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE.

7.6 Concessionárias - Energia de curto prazo

O saldo refere-se às transações com energia elétrica e encargos realizadas no âmbito da CCEE. O aumento no exercício refere-se às controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo devido às transações de MCSD diante de um cenário de sobra de energia em 2023, possibilitando a venda do excedente, enquanto que em 2022 as distribuidoras declararam déficit de energia.

7.7 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

A variação observada no exercício refere-se, principalmente, aos saldos das controladas EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora que foram transferidas para mantido para venda (Nota 18.2).

7.8 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização e de liquidação e a taxa de desconto.

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado							Valores em amortização			Valores em constituição		
	Saldo em 31/12/2022	Apropriação	Amortização (I)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Circulante	Não circulante	IRT (*) 2023			IRT (*) 2024		IRT (*) 2025
CVA													
Compra de energia (ii)	(717.861)	(444.618)	599.544	(71.125)	(634.060)	(532.017)	(102.043)	(450.067)		(246.504)			62.511
Custo da Energia de Itaipu (iii)	354.021	(118.037)	(274.470)	19.573	(18.650)	7.596	(26.246)	19.940		(38.590)			
PROINFA (iv)	62.838	(30.367)	(56.959)	49	(24.439)	(24.044)	(395)	(23.839)		(600)			
Transporte Rede Básica (v)	118.887	127.931	(93.488)	15.885	169.215	117.888	51.327	94.097		75.118			
Transporte de Energia - Itaipu	17.578	18.624	(14.750)	2.095	23.547	15.643	7.904	11.932		11.615			
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER	70.900	23.497	(124.759)	53.970	23.608	11.436	12.172	3.647		19.961			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vi)	183.002	(89.793)	(124.388)	18.033	(13.146)	(1.313)	(11.833)	5.960		(19.106)			
	89.365	(512.763)	(89.007)	38.480	(473.925)	(404.811)	(69.114)	(338.330)		(198.106)			62.511
Itens financeiros													
Sobrecontratação de energia (vii)	183.207	159.332	(58.484)	20.354	304.409	133.131	171.278	202.607		101.802			
Neutralidade da Parcela A (viii)	18.421	(47.727)	(229)	1.001	(28.534)	(1.556)	(26.978)	10.944		(39.701)			223
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (ix)	(168.713)	(123.749)	62.458	6.331	(223.673)	(107.886)	(115.787)	(19.923)		(87.963)			(115.787)
Risco Hidrológico (x)	(362.418)	(368.968)	378.324	(19.150)	(372.212)	(331.057)	(41.155)	(255.661)		(116.551)			
Outros (xi)	215.582	11.940	(166.264)	(62.613)	(1.355)	34.259	(35.614)	(607)		744			(1.492)
	(113.921)	(369.172)	215.805	(54.077)	(321.365)	(273.109)	(48.256)	(62.640)		(141.669)			(117.056)
PIS e COFINS													
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	(8.839)	42.015			33.176	33.176					33.176		
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS	(970.024)	837	959.775	(582)	(9.994)	(9.994)		(9.994)					
	(978.863)	42.852	959.775	(582)	23.182	23.182	-	(9.994)		33.176			-
Total	(1.003.419)	(839.083)	1.086.573	(16.179)	(772.108)	(654.738)	(117.370)	(410.964)		(306.599)			(54.545)
Ativo Circulante		80.687			35.269	35.269							
Ativo Não circulante		72.641			221.357		221.357						
Passivo Circulante		1.039.653			690.007	690.007							
Passivo Não circulante		117.094			338.727		338.727						

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um risco incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" - CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários. As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OIPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de Itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia e suas controladas quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes no exercício

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2022, somava um valor de R\$1.003.419, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023 equivale ao montante de R\$772.108. A variação no exercício, no montante de R\$231.311, foi causada pelos seguintes motivos:

(i) Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$1.086.573 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.

(ii) Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético de 2022 com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras. Adicionalmente, cabe observar que no exercício de 2023, em razão das afliências registradas, houve redução do acionamento das usinas termoeletricas.

(iii) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2023 da controlada EDP São Paulo, realizado em outubro do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$4,98 (R\$5,34 em 2022). No processo tarifário de 2023 da controlada EDP Espírito Santo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa R\$4,97 (R\$5,34 em 2022).

A partir do dia 07 de maio de 2023 ocorreu um reajuste no CUSE de Itaipu, passando de R\$12,67 para R\$16,71 e culminando em uma tarifa de repasse final de R\$16,19 para R\$20,23, para as distribuidoras. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura (TMC). A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da companhia previstos para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado desde janeiro nas distribuidoras foi inferior à TMC, contribuindo para redução do saldo.

(iv) PROINFA: A variação no exercício analisado decorre da redução do valor das quotas do PROINFA, quando comparado com a cobertura tarifária definida nos processos tarifários de 2022. A publicação das quotas do PROINFA de 2023 foi definida pela REH nº 3.147/22.

(v) Transporte rede básica: O saldo observado no exercício refere-se ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST) do ciclo 2023/2024, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2023/2024 foram definidas pela REH nº 3.217/23.

(vi) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: A publicação das quotas da CDE a serem recolhidas pelas Distribuidoras em 2022 foram definidas pela Resolução Homologatória nº 3.004/22. Em 2023, as cotas homologadas pela REH nº 3.175/23 foram menores do que as consideradas na cobertura, ocasionando a redução do saldo no exercício (Nota 30.2).

(vii) Sobrecontratação de energia: A sobrecontratação para o exercício está atrelada aos seguintes fatores: (i) saída de consumidores livres e especiais; (ii) aumento da Micro e Mini Geração distribuída - MMGD; (iii) aumento da alocação das cotas de Itaipu; e (iv) ausência de efetividade dos mecanismos de cessão de energia, devido à sobrecontratação generalizada das distribuidoras.

(viii) Neutralidade da Parcela A: No exercício em análise houve uma redução de mercado no qual EDP São Paulo está inserida em relação aos mercados de referência processos tarifários de 2022, levando a uma maior arrecadação dos Encargos setoriais. As diferenças foram repassadas aos consumidores no processo tarifário de 2023.

(ix) Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pelas distribuidoras, referente à parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária das distribuidoras.

(x) Previsão de Risco Hidrológico - Antecipação: Os valores em apropriação no exercício em análise referem-se à cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que faz frente aos custos do GSF para as usinas hidroelétricas de Itaipu, Cotas e Repetição CCEAR. Essa previsão é baseada na expectativa de GSF para os próximos 12 meses, além do PLD de referência no momento do processo tarifário.

(xi) Outros: O montante observado no exercício refere-se, substancialmente, às provisões de Bandeiras Tarifárias. No final do exercício de 2022 estava em vigência a Bandeira Verde que permanece vigente em 31 de dezembro de 2023 (Nota 34.8).

Para as controladas de distribuição o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas suas revisões tarifárias. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a taxa correspondente para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., afetando positivamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$2.177 (R\$2.790 negativamente em 2022). Para as controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart Serviços o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, afetando positivamente o resultado do exercício em R\$8.457 (R\$4.053 positivamente em 2022).

	Consolidado					Aquisição de empresa (Nota 4.18)	Ativo mantido para venda (Nota 18.3)	Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	PECLD esperada Ao longo da vida	Revisão de risco (I) PECLD de perdas	Resultado				
Consumidores								
Residencial	(453.829)	(104.323)	10.373	80.071				(467.708)
Industrial	(44.886)	(6.082)	(9.304)	20.380				(39.892)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(135.502)	(21.995)	(8.208)	34.300				(131.405)
Rural	(36.622)	(7.503)	3.596	8.012				(32.517)
Poder Público	(1.442)	(18)	(717)	879				(1.298)
Iluminação Pública	(15)	(288)	98	198				(7)
Serviço Público	(948)	(133)	212	20				(849)
Clientes livres	(3.010)		(278)					(3.288)
Serviços Cobráveis	(5.083)		1.011					(4.072)
Não faturado	(3.073)	(1.259)						(4.332)
	(684.410)	(141.601)	(3.217)	143.860		-	-	(685.368)
	(1.194)		652					(542)
Concessionárias								
Clientes	(4.895)	(445)	(309)		(543)		4.428	
Total	(690.499)	(142.046)	(2.874)	143.860		(543)	4.428	(687.674)
Circulante	(640.824)							(645.132)
Não circulante	(49.675)							(42.542)

(I) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado. Seguem abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

	31/12/2023				31/12/2022			
	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		EDP São Paulo		EDP Espírito Santo	
	Consumo regular	Consumo irregular	Consumo regular	Consumo irregular	Consumo regular	Consumo irregular	Consumo regular	Consumo irregular
	Clientes ativos				Clientes ativos			
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%	n/a
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%	n/a
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%	n/a
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%	n/a
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a

	31/12/2022				31/12/2023			
	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		EDP São Paulo		EDP Espírito Santo	
	Consumo regular	Consumo irregular	Consumo regular	Consumo irregular	Consumo regular	Consumo irregular	Consumo regular	Consumo irregular
	Clientes ativos				Clientes ativos			
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%	n/a
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%	n/a
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%	n/a
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%	n/a
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

9.2 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Consolidado

O montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$308.624 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

9.3 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do saldo de R\$291.990, R\$94.494 refere-se à controlada Enerpeixe que realizou reparações de PIS e COFINS pela mudança do regime cumulativo para não-cumulativo no período de setembro de 2011 a dezembro de 2015, gerando um crédito R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$89.232 (R\$83.439 em 31 de dezembro de 2022), onde houve atualizações monetárias de R\$26.164 (R\$20.371 em 31 de dezembro de 2022) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2022). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

9.4 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$485.174 (R\$420.824 em 31 de dezembro de 2022), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$448.615 (R\$349.292 em 31 de dezembro de 2022) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.5 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$234.948 (R\$97.631 em 31 de dezembro de 2022), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$210.391 (R\$83.673 em 31 de dezembro de 2022), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.6 Parcelamentos

9.6.1 Controladora

9.6.1.1 REFIS

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Controladora						Valor de adesão - REFIS
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Conversão em Renda		
Parcelamentos - REFIS							
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	2.092		48.790
PIS	6.677	1.335	2.126	10.138	454		10.592
Total dos tributos	37.431	7.486	11.919	56.836	2.546		59.382
Redução Programa REFIS							(7.471)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal							(11.933)
Total							39.978

9.6.2 Consolidado

9.6.2.1 REFIS

A controlada EDP Espírito Santo, juntamente com a Companhia, também formalizou junto à RFB a adesão ao "REFIS IV" (Nota 9.6.1.1). Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados consolidados:

	Consolidado						Valor de adesão - REFIS
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Conversão em Renda		
Parcelamentos - REFIS							
COFINS	2.925	585	2.681	6.191	3.742		15.050
CSLL	4.442	888	4.093	11.308	10.822		33.317
INSS	8.548	3.021	10.256	22.495	13		5.257
IRPJ/ IRRF	4	1	8	13	190		605
Multa		223	192	415			
Total dos tributos	15.919	4.718	17.230	40.422	20.011		60.433
Redução Programa REFIS							(11.578)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal							(12.099)
Total							36.756

9.6.2.2 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em decorrência da apuração de débitos originados de recálculo dos tributos, as controladas de distribuição e a Enerpeixe aderiram, em agosto de 2017, ao PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, as controladas aderiram à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas. As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados consolidados:

	Consolidado				Total de Parcelamento	Conversão em Renda	adesão - REFIS
	Principal	Multa	Juros				
Parcelamentos - PERT							
PIS	37.010	7.401	10.649				55.060
COFINS	166.807	33.361	47.259				247.427
CSLL	63.432	12.686	16.017				92.135
IRPJ/ IRRF	155.787	31.158	38.304				225.249
Redução Programa PERT	423.036	84.606	112.229				(105.668)
Total							514.203

9.6.3 Movimentação dos parcelamentos

A movimentação dos parcelamentos e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	REFIS	REFIS (II)	PERT	Total
Valor de adesão	39.978	76.734	514.203	590.937
Ajuste na consolidação REFIS/PERT (i)	791	1.934	(5.218)	(3.284)
Atualização de Juros - Consolidação 2011	8.707	11.422		11.422
Ativo a compensar		3.640		3.640
Depósito Judicial a favor da companhia		17.284		17.284
Conversão em renda a favor da União	(5.689)	(24.140)		(24.140)
Amortização	(60.924)	(97.003)	(353.543)	(450.546)
Atualização	23.583	33.236	124.215	157.451
Reversão de atualização da conversão em renda		(2.892)		(2.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.446	20.215	279.657	299.872

(i) O montante de R\$6.446 na Controladora refere-se a depósito judicial visando a suspensão da exigibilidade do débito de IRPJ e CSLL decorrente do processo administrativo da empresa incorporada Magistra Participações S.A., o qual foi incluso no REFIS Federal em 2013 e homologado em março de 2017 pela Receita Federal, que supostamente equivocou-se ao equiparar tipos de depósitos.

(ii) Do valor total consolidado da dívida do REFIS em 31 de dezembro de 2023 de R\$20.215 (R\$25.505 em 31 de dezembro de 2022): (i) R\$6.446 (R\$12.012 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à Companhia, que foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC; e (ii) R\$13.769 (R\$13.493 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à controlada EDP Espírito Santo, que possuem depósitos judiciais ativos de R\$17.284 (R\$17.310 em 31 de dezembro de 2022), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Do valor total da dívida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 de R\$6.446 (R\$12.012 em 31 de dezembro de 2022), restam 22 parcelas de R\$293 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

10 Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Passivo	Ativo	Passivo	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
PIS e COFINS	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	10.1	270	210	112.160
Imposto sobre serviços	10.2	105.694	203.646	293.495
Total	105.964	203.856	112.160	139.427

11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber (Nota 14) e de empréstimos a pagar (Nota 28), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladas em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Passivo	Ativo	Passivo	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
PIS e COFINS	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	10.1	270	210	112.160
Imposto sobre serviços	10.2	105.694	203.646	293.495
Total	105.964	203.856	112.160	139.427

	Controladora		Consolidado	
	Passivo	Ativo	Passivo	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
PIS e COFINS	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	10.1	270	210	112.160
Imposto sobre serviços	10.2	105.694	203.646	293.495
Total	105.964	203.856	112.160	139.427

Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)

Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)

EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027	292	(7.864)	(2.769)
Energest	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			353
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027	854	484	987
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			761
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027	1.369	1.569	14.849
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2019 a 31/12/2027	188		9.445
EDP Smart Soluções	Controlada (**)	01/01/2020 a 01/01/2027	25		916
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			49
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027	276		2.356
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027	158		1.005
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2027	52	15	414
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2027	216	136	1.627
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027	49	39	467
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027	226	192	2.243
EDP Goiás	Controlada	01/01/2023 a 31/12/2027			11
Mata Grande Transmissora	Controlada (**)	01/01/2022 a 31/12/2027	14	12	137
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027	14		34
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2027	17	8	236
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2019 a 31/12/2027		5	19
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2027	114	102	
Enerpeixe	Controlada	01/07/2018 a 31/12/2027	916		273
Enerprev	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027			

10.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos reconhecidos apresentam as seguintes naturezas:

	Controladora		Consolidado	
	Passivo	Ativo	Passivo	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Compromissos futuros (Nota 15)		112.160	139.427	87.172
Receitas sobre reconhecimento dos custos incorridos (CPC 47) na EDP Smart Soluções				
Receita de construção nas controladas de transmissão				
Atualização monetária dos depósitos judiciais	270	210		
Total	270	210	112.160	139.427

10.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 109/22, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10.2.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	Passivo Não circulante	Resultado	Passivo Não circulante	Resultado
Nota	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Prejuízos Fiscais			977	
Base Negativa da Contribuição Social			351	
Diferenças Temporárias			1.328	
Compra vantajosa	10.2.1.1	55.153	151.230	96.077
Mais valia		48.444	50.748	2.304
Outras		2.097	1.668	(429)
Total diferenças temporárias		105.694	203.646	97.952
Total		105.694	203.646	99.280

Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	289.876	279.372	10.950	22.984		
Benefício pós-emprego	135.738	126.870	8.868	(17.323)		
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	225.410	206.577	27.332	26.562		
Consumidores - ajuste a valor presente	456	1.197	(741)	949		
Gastos Pré-operacionais	3.446	20.509	(5.142)	6.065		
Compra vantajosa	10.2.1.1		55.153	151.230	96.077	
Mais valia	6.512	7.684	55.496	483.111	8.404	3.580
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)	7.493	4.554	104.980	(314.760)	895	162.540
Uso do bem público - CPC 25	168.791	180.354	44.063	47.176	(8.450)	7.686
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICP 01 (R1)			711.821	596.619	(115.202)	(126.892)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

			Controladora								Receitas (Despesas)			
			Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras	
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		2023	2022	2023	2022
Relacionamento			Duração		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)														
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026					115			126	60	2.532	2.052	
Energest	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026											52	
EDP Trading	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026					79	45				553	533	
Investco	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026					286					308	260	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2015 a 31/12/2026						66				997	828	
Lajeado	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026						14				260	225	
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026					265	245				3.799	2.823	
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026						44				635	451	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (**)	01/01/2015 a 31/12/2026					13	13				197	184	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026					3	3				45	37	
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026					14	14				205	188	
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026					4	1				32	4	
Mata Grande Transmissora	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2026					1	1				12	10	
EDP Goiás	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2026					11	9			40	157	159	
EDP Smart Soluções	Controlada (**)	01/01/2015 a 31/12/2026						21					311	
Enerpeixe	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026								116	15			
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026					4	13			72	55		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026						17				3	6	
Opções de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)														
EDP São Paulo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026					554						554	
Energest	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026												
EDP Trading	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026					67						67	
EDP Espírito Santo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026					547						(547)	
Porto do Pecém	Coligada (*)	15/06/2017 a 30/06/2026					337						(337)	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (**)	18/06/2020 a 30/06/2026					32							
EDP Smart Serviços	Controlada	06/06/2018 a 30/06/2026					4							
Contrato de prestação de serviços (c)														
EDP Portugal	Controladora	Indeterminado	8.513	10.881				66.007	61.894	1.216	1.238	(23.991)		894
EDP Renováveis	Parte Relacionada	Indeterminado	9									295		
EDP Valor	Parte Relacionada	Indeterminado						6.636	5.804			(1.120)		
Porto do Pecém	Coligada (*)	22/12/2023 a 21/06/2024					283					283		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)														
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023					1.898	2.912				10.154	14.766	
Mata Grande Transmissora	Controlada (**)	01/02/2022 a 31/12/2023					71	41		21		552	259	
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/02/2022 a 31/12/2023					57	50				538	360	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2023					64	110				938	1.035	
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023					106	213				1.158	1.219	
EDP Goiás	Controlada	01/02/2022 a 31/12/2023					171					2.167	702	
Energest	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023											357	
EDP Smart Soluções	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2023					417						1.423	
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023					141					898	771	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2019 a 31/12/2023					708					7.086	5.554	
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023					215			100		740	1.049	
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023					1.658	5.754				9.715	18.602	
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023					495	596				2.383	3.549	
Enerpeixe	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023						3					37	
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023										1.961	767	
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023					13			33		39		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023						5				363	174	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023					112	154				824	839	
			8.522	10.881	9.564	16.867	72.643	67.698	2.888	2.932	58.954	93.424	894	-
			191.637	10.881	800.322	575.255	72.643	67.698	2.888	2.932	58.954	93.424	57.865	37.563

			Consolidado								Receitas (Despesas)			
			Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras	
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		2023	2022	2023	2022
Relacionamento			Preço praticado (R\$/MWh)		Duração		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Empréstimos a receber														
Contratos de mútuo - 3% a 100% do CDI														
Blue Sol Participações	Controlada (***)	02/05/2023 a 31/10/2024					55.134							
Blue Sol Participações	Controlada (***)	01/01/2019 a 01/12/2023												174
						-	-	-	55.134	-	-	-	-	174
Contas a receber (Nota 7)														
Suprimento de energia elétrica														
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	140,76	01/01/2017 a 31/12/2046			1.045						9.579	1.234	
São Manoel	Controlada em conjunto		01/01/2017 a 31/12/2046				3.664						37.225	
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046			1						44	21	
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046			1						51	13	
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									49	20	
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									21	20	
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									73	50	
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046			26						40		
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046											2.030
Central Eólica Srmn IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046											1.652
Encargo de uso da rede														
CEJA	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047			53	64							492
São Manoel	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047			214	194							1.608
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047			33	35							309
						1.373	3.957	-	-	-	-	-	9.857	44.674
Fornecedores (Nota 26)														
Suprimento de energia elétrica														
CEJA	Controlada em conjunto	209,02	01/01/2015 a 31/12/2044					842	749			(7.172)	(6.610)	
CEJA	Controlada em conjunto	285,80	01/01/2015 a 31/12/2044					1.299	890			(10.735)	(9.969)	
São Manoel	Controlada em conjunto	142,03	26/04/2018 a 31/12/2047					208	213			(1.797)	(1.698)	
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038					4.189	4.355			(49.092)	(43.797)	
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(238)	(155)	
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023						2.497				(32.273)	
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023						2.940				(38.001)	
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023						1.220				(16.037)	
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023						1.782				(21.106)	
Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.786	1.597			(19.228)	(13.262)	
Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.786	1.597			(18.470)	(19.695)	
Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.806	1.615			(17.605)	(18.425)	
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.806	1.615			(17.712)	(17.146)	
Central Eólica Pereira Barreto V	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.540	1.378			(15.626)	(12.830)	
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022										(11.203)	
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada													

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

					Consolidado										Receitas (Despesas)			
					Ativo				Passivo				Operacionais				Financeiras	
					Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante							
	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022			
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36						
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36						
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36						
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36						
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36						
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	8								41						
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	15								83						
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	15								83						
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	14								72						
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	21								114						
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	8								41						
Central Eólica Boqueirão I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	10								52						
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)																		
EDP Renováveis	Parte Relacionada		29/07/2015 a 31/12/2023			18	18	259										
Contrato revenda de carvão																		
EDP Espanha	Parte Relacionada		01/05/2022 a 31/12/2022											448.102				
				9.627	13.584	717	133	72.902	69.313	1.493	1.474	(16.628)	453.003	894	(433)			
				11.000	17.541	717	55.267	224.333	243.756	163.669	149.576	(351.041)	(319.471)	1.068	(433)			

(**) Em 22 de dezembro de 2023, a companhia alienou a coligada Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.
(**) A EDP Smart Soluções, EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 18).
(**) Em novembro de 2023, a controlada Energia I adquiriu a Blue Sol Participações e, consequentemente, a partir desta data a mesma passa a ser consolidada.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia e suas controladas estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 40.2).
As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.
(a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e as partes relacionadas EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG (*), EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora (*), EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (**), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.
(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.
Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da Companhia. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG (*). O contrato têm vigência até 31 de dezembro de 2026.
Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (**), Investco, Lajeado e EDP Smart Energia, bem como entre a Companhia e EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora (*), EDP Transmissão SP-MG (*) e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2023 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.
A partir de 07 de fevereiro de 2022 foram firmados aditivos com objetivo de incluir a EDP Goiás como parte do contrato.
Os percentuais de rateio devem ser revisitos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) **Contratos de Prestação de serviços**
Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados.
Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.
EDP Portugal
Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP - Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contrapartes.
EDP Goiás, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão, CEJA, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG (*) e EDP Transmissão Litoral Sul
Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.
Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços, referente à operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG (*) no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.

Com a transferência dos ativos do Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), da EDP Trading para a EDP Goiás, esses contratos foram encerrados para serem celebrados com a EDP Goiás, no lugar da EDP Trading. A transferência dos ativos do COGT e dos contratos de prestação de serviços de operação remota foram aprovados pela ANEEL em 15 de dezembro de 2022 por meio do Despacho nº 3.588/2022.
(d) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.
O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (**), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG (*). O contrato mantém o critério de rateio regulatório.
Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora (*), EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de BackOffice tem vigência até 31 de dezembro de 2023.
(*) EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 18.2).
(**) Em 22 de dezembro de 2023, a companhia alienou a coligada Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada (Nota 18.1).

11.1 Controladora direta e final
A controladora final da Companhia é a EDP - Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.
11.2 Remuneração dos administradores
11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia
Entre os anos de 2016 e 2022, a Companhia instituiu os planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concederem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre eles, possuíam o benefício-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2023 da Companhia o montante de R\$361 (R\$2.237 em 2022) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações dos planos III, V e VI foram antecipadas em maio de 2023 devido ao cumprimento do regulamento do plano, referente a OPA (Nota 4.7). Os demais planos já haviam sido outorgados em seus vencimentos, não restando, portanto, saldos em 31 de dezembro de 2023.
11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	2023				2022			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	10.618	1.778	237	12.633	7.582	1.755	237	9.574
Benefícios de curto prazo (b)	207			207	217			217
Benefícios - Previdência privada	173			173	132			132
Remuneração baseada em ações (Nota 11.2.3)	11.993			11.993	3.474			3.474
Total	22.991	1.778	237	25.006	11.405	1.755	237	13.397

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais (não aplicável ao Conselho Fiscal).
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamentoso, vales alimentação e refeição e seguro de vida.
Em relação às ações outorgadas, o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, o resultado de 2023, é de R\$4.918 (R\$2.085 em 2022).
11.2.3 Remuneração baseada em ações
As ações do Plano de Remuneração III, V e VI foram exercidas, conforme nota 33.3.2.1.
11.2.4 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora				2022			
	2023		2022		2023		2022	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	4,00	4,83	3,00	4,08	4,08	4,00	3,00	4,00
Valor da maior remuneração individual	533	5.971	79	526	3.581	79		
Valor da menor remuneração individual	382	3.402	79	376	2.100	79		
Valor médio da remuneração individual	445	4.760	79	430	2.851	79		

12 Estoques

	Consolidado					
	2023		2022		2021	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Matéria prima e insumos para produção de energia	12.1					
Carvão				129.345		
Diesel				3.648		
Cal				245		
Outros			9.116	3.248		
			9.116	136.486		
Material de almoxarifado	12.1		98.339	93.821		
Resíduos e sucatas			52.840	57.039		
Kit fotovoltaico	12.3		84.701	673		
Estoque de Produtos em Elaboração	12.2		167.985	2.035		
Outros			3.165	44		
(-) Perda estimada na realização dos estoques			(11.145)	(14.376)		
			395.885	139.236		
Total			405.001	275.722		

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderação móvel.
Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nas rubricas de: (i) Ativos da concessão, nas controladas de distribuição, pelo montante, em 31 de dezembro de 2023, de R\$90.035 (R\$94.275 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) Imobilização, nas controladas de geração, serviços e transmissão, pelo montante, em 31 de dezembro de 2023, de R\$28.538 (R\$74.007 em 31 de dezembro de 2022).
12.1 Matéria prima e insumos para produção de energia e Material de almoxarifado
A variação observada nas rubricas, refere-se, principalmente, aos saldos da coligada Porto do Pecém que foram transferidos para mantido para venda e posteriormente alienados (Nota 4.6.4).

12.2 Estoque de Produtos em Elaboração

O aumento no exercício refere-se principalmente, à controlada EDP Smart Serviços, decorrente dos custos de construção das usinas solares que para o exercício de 2023 houve um aumento na quantidade de projetos em andamento quando comparado com 2022, sendo que, a maioria desses projetos ainda não tiveram todo o seu custo reconhecido, além das obras ainda estarem em andamento.
12.3 Kit fotovoltaico
Representa os estoques da controlada EDP Smart Serviços e é composto por kits fotovoltaicos (painéis solares, *combiners* e inversores) que são dispositivos que compõe o sistema de energia solar fotovoltaico, armazenados com objetivo de construir usinas solares para os novos negócios da Companhia.
O aumento exercício refere-se à aquisição de painéis solares e módulos fotovoltaicos para utilização na construção de usinas solares.

13 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora						
	2023		2022		2021		2020
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixas	
Depósitos judiciais	32	16.461	290	1.285	(152)	(242)	17.642
Outros cauções		392			(350)		42
Total		16.853	290	1.285	(502)	(242)	17.684
Circulante		350					4
Não circulante		16.503					17.684
	Consolidado						
	2023		2022		2021		2020
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	
Depósitos judiciais	32	465.031	53.782	42.509	(13.722)	(12.537)	491.140
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		17.243		2.179	(145)		19.277
Outros cauções	13.4	9.254	3.726	683	(5.767)	(2.050)	5.846
Total		491.528	57.508	45.371	(27.634)	(12.537)	516.263
Circulante		19.782					4.156
Não circulante		471.746					512.107

13.1 Adição
Do saldo de R\$57.508, R\$53.782 no consolidado de depósitos judiciais, refere-se, substancialmente: (i) na controlada EDP Espírito houve adição de diversos processos cíveis que totalizaram o montante de R\$17.928; (ii) R\$12.786 refere-se ao cumprimento de sentença, após o laudo pericial homologado desfavorável para a controlada EDP São Paulo, no qual resultou na mudança de risco possível para provável (Nota 32.1.1.2); (iii) R\$2.816 ao depósito judicial por cumprimento de condenação para a controlada EDP São Paulo após sentença proferida. Atualmente a companhia aguarda julgamento do recurso; (iv) R\$2.034 à oferta à título de indenização prévia, para possibilitar a emissão provisória da controlada EDP São Paulo na posse das áreas para execução dos trabalhos necessários à construção da Subestação Água Chata.
13.2 Resgate
Do saldo de R\$27.634, R\$21.722 de depósitos judiciais, refere-se, substancialmente, à controlada EDP Espírito Santo decorrente do levantamento favorável, ocasionando a substituição do depósito judicial por seguro garantia nos autos da ação cautelar ajuizada objetivando a suspensão do crédito tributário.

13.3 Baixa

O saldo de R\$12.537 no consolidado de depósitos judiciais, refere-se, substancialmente, às baixas de depósitos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas decorrente de casos encerrados.

13.4 Outros cauções - Adição e Resgate

As movimentações de adições de R\$3.726 e resgates de R\$5.767 no Consolidado referem-se, substancialmente, às aplicações em papéis com vencimento, ocasionando aplicações e resgate dentro do ciclo em que os montantes estão caucionados.

14 Dividendos - Ativos e Passivos

Os dividendos e os JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.
Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.
Controladora
Foi aprovada em AGOE, realizada em 11 de abril de 2023, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com distribuição de R\$1.021.437, a ser distribuído da seguinte forma: (i) constituição de Reserva Legal no valor de R\$51.072; (ii) Juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$651.239, imputáveis aos dividendos já contabilizados em 31 de dezembro de 2022; (iii) dividendos no valor de R\$152.457; e (iv) R\$166.669 em Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de investimentos, conforme orçamento de capital, para o exercício de 2023. Os JSCP e dividendos foram pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em 24 de maio de 2023.
Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do exercício:

Ativo	Controladora						Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Complementares	Adicionais	Exercícios anteriores	JSCP	Recebimentos Reversão	
Enerpeixe					2.356		2.356
EDP Trading	13.242	13.279	37.414		22.999	(13.098)	35.378
EDP São Paulo	131.312	69.730	381.782		49.844	(325.000)	119.576
EDP Espírito Santo	129.916				97.109	(129.916)	97.109
Lajeado	47.392	39.643	96.136		13.553	(143.528)	53.196
EDP Smart Energia	1.171	4.024		14.000	3.500	(15.171)	7.524
EDP Transmissão Norte 2	-	334					334
EDP Transmissão Aliança	22.712		47.932		31.617	(70.644)	31.617
EDP Transmissão SP-MG	37.029				23.996	(37.029)	23.996
Pecém TM	105		314			(419)	-
Pecém OM	35		104			(139)	-
CEJA	27.560		33.935		29.956	(61.497)	29.954
Celesc	43.305		6.750		58.177	(50.055)	58.177
Porto do Pecém	62.249	2.139				(62.249)	2.139
	516.028	129.149	604.367	14.000	332.207	(908.745)	461.356

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:			
Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal	
EDP Espírito Santo			
ANEEL nº 3.091/22	Ago/22 a Jul/23	23.660	
ANEEL nº 3.241/23	Ago/23 a Jul/24	25.272	
EDP São Paulo			
ANEEL nº 3.129/22	Out/22 a Set/23	14.239	
ANEEL nº 3.278/23	Out/23 a Set/24	19.793	
Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:			

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Descontos tarifários	Ressarcimento	Saldo em 31/12/2023
Subsídio Baixa Renda	26.725	175.923	(159.257)	43.391
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	59.132	381.564	(369.874)	70.822
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	1.325	8.990	(9.555)	762
Subsídio Rural	17.456	21.756	(28.285)	10.927
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10	(23.970)	57.599	(48.298)	(14.669)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	7.476	2.029	(7.158)	2.347
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(3.208)	1.369	(1.443)	(3.282)
Subsídio SCEE (MMGD)		3.955	(7.089)	(3.134)
	84.936	653.185	(630.957)	107.164

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Parcela mensal	23.641	18.317	41.958	34.660
Parcela de ajustes homologados	19.572	17.719	37.291	25.596
Parcela de ajustes a homologar	(14.180)	(1.293)	(15.473)	(2.045)
Saldo subsídio baixa renda	14.911	28.478	43.389	26.725
	43.944	63.220	107.164	84.936

16.2 EDP São Paulo - Modicidade tarifária - baixa renda
Através do Termo de Notificação nº 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais conectadas à rede de distribuição pelo sistema delta a três fios, alterando a classificação de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo a 2002.

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação que impedia o faturamento mensal na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 e 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando foram identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social.

Conforme acordado com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009 até 31 de dezembro de 2023, foi restituído o montante de R\$19.550 (R\$19.507 em 31 de dezembro de 2022), restando um saldo a restituir no montante de R\$10.205 (R\$10.258 em 31 de dezembro de 2022), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada. Como o acordo com a ANEEL e ARSESP estabeleceu que as restituições seriam realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas no cadastro resultam em dificuldades intransponíveis para a controlada, com vistas a identificar a atual localização do cliente para efetuar a devolução.

A regulamentação prevê o direito de a controlada reaver valores faturados na condição de baixa renda a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$8.060 (R\$8.060 em 31 de dezembro de 2022), valor este que, ainda conforme acordado com a ANEEL, deve ser recebido à medida em que as devoluções aos consumidores fossem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

Diante da impraticabilidade cadastral de identificar os consumidores com direito ao crédito, a controlada EDP São Paulo encaminhou a correspondência CT-EDP-SP-063-2022, de 04 de agosto de 2022, à ARSESP, sugerindo que como o faturamento original das unidades consumidoras foi realizado considerando a tarifa cheia da classe residencial, enquanto que, para a restituição, a controlada EDP São Paulo recalculou o faturamento das mesmas unidades consumidoras aplicando a tarifa da classe residencial baixa renda, restando o saldo a devolver de R\$10.255, que seja processado no DMR - Diferença mensal de Receita, de maneira que a controlada EDP São Paulo possa receber o montante de R\$7.148, a título de subvenção econômica, enquanto que a diferença, no montante de R\$3.107 seria transferida para a conta de modicidade tarifária.

A controlada EDP São Paulo continua na expectativa de uma resposta da ARSESP.

16.3 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico (Nota 39.2.3) no ACR, o saldo do Ativo Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF, das competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizados linearmente.

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

Controladas	Períodos de amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Lajeado	Jan/2015 a Mar/2029	16.885	(2.702)	14.183
Investco	Jan/2015 a Mar/2029	300	(48)	252
Total		17.185	(2.750)	14.435
Circulante		2.750		2.750
Não circulante		14.435		11.685

16.4 Contribuição de Iluminação Pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP das controladas de distribuição, que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

16.5 Credores diversos - consumidores e concessionárias

O aumento dos credores diversos refere-se, substancialmente, ao impacto causado pelos ingressos de MWh atrelados aos Micro e Minigeradores - MMGD na compra de energia ocasionando um aumento significativo em 2023 de R\$36.204 (R\$13.666 em 31 de dezembro de 2022) na controlada EDP Espírito Santo e R\$13.032 (R\$6.016 em 31 de dezembro de 2022) na EDP São Paulo.

16.6 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

16.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57 revogado pelo Decreto nº 10.810/21)), aplicado pela controlada EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardada determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do Não circulante para o Circulante.

16.8 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Edifícios	2.106	511	(2.178)	2.148		(77)	2.510
Veículos	1.587		(1.701)	1.701			1.587
Total Circulante	3.693	511	(3.879)	3.849	-	(77)	4.097
Edifícios	11.161	2.687		(2.148)	1.379	(79)	13.000
Veículos	3.696			(1.701)	624		2.619
Total Não circulante	14.857	2.687	-	(3.849)	2.003	(79)	15.619
	18.550	3.198	(3.879)	-	2.003	(156)	19.716

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Transfe-rências	AVP	Aquisição de empresas (Nota 4.18)	Transferência para Ativo Mantido para Venda (Nota 18)	Baixa	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	5.388	1.130	(3.201)	4.343	172	359		(4.341)		3.850
Edifícios	16.139	675	(18.364)	17.023	26		(374)	(69)		15.056
Equipamentos de informática	161		(172)	43	7					-
Máquinas e equipamentos	6.145	1.134	(6.534)	5.662	30		(5.303)			39
Veículos	3.246		(4.441)	3.604			(352)	(174)		3.017
Total Circulante	31.079	2.939	(32.712)	30.675	235	359	(6.029)	(174)	(4.410)	21.962
Terrenos	28.222	3.189		(4.343)	1.527	922		(1.817)		27.700
Edifícios	70.857	315		(17.023)	9.357		(782)	320		63.044
Equipamentos de informática	77		(43)	6						40
Máquinas e equipamentos	11.115		(5.682)	1.854			(7.307)			4.921
Veículos	7.459	977		(3.604)	609		(520)			4.921
Total Não circulante	117.730	4.481	-	(30.675)	13.353	922	(8.609)	-	(1.497)	95.705
	148.809	7.420	(32.712)	-	13.588	1.281	(14.638)	(174)	(5.907)	117.667

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Controladora			
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2024	2.510	11,07%	1.587	13,81%
Total Circulante	2.510		1.587	
2025	2.242	11,07%	1.409	13,81%
2026	1.994	11,07%	1.210	13,81%
2027	1.775	11,07%		
2028	1.579	11,07%		
2029	1.405	11,07%		
2030 até 2042	4.005	11,07%		
Total Não circulante	13.000		2.619	

	Consolidado							
	Terrenos		Edifícios		Equipamentos de informática		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2024	3.850	8,06%	15.056	8,04%	39	4,65%	3.017	8,88%
Total Circulante	3.850		15.056		39		3.017	
2025	4.069	8,06%	13.334	7,93%	40	4,65%	2.618	8,50%
2026	2.824	8,06%	11.464	7,93%			2.299	8,50%
2027	2.535	8,06%	8.325	8,40%			4	4,60%
2028	2.275	8,06%	6.693	8,46%				
2029	2.041	8,06%	6.006	8,46%				
2030 até 2042	13.956	8,06%	17.222	8,46%				
Total Não circulante	27.700		63.044		40		4.921	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	29.464	19.716	208.006	117.667
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(2.725)	(1.824)	(19.241)	(10.884)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 24.1.1).

16.9 Parcela de ajuste

O saldo total no Consolidado de R\$27.936 (R\$27.532 em 31 de dezembro de 2022) no Circulante e Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2023/2024 para as transmissoras, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada nos próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da controladas, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.11).

16.10 Outros - Passivo circulante consolidado

O aumento observado no exercício no consolidado refere-se, principalmente: (i) o valor de R\$17.062 da controlada indireta Blue Sol; e (ii) o valor de R\$ 14.142 na Companhia, referente aos derivativos (nota 39.1.3) que serão liquidados em janeiro de 2024.

17 Títulos a receber

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"	22.702	3.329	124.412	57.593	19.531	65.061		
(i) AVP - Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"	(3.601)		(53.409)	(29.589)	(3.601)	(20.472)		
Total	19.101	3.329	71.003	28.004	15.930	44.589		

Investco

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada Investco no montante original de R\$43.964, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$29.585 (R\$31.333 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Coligada Porto do Pecém

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis da classe "B" emitidas pela coligada Porto do Pecém no montante original de R\$60.000 (nota 4.6.3), onde, de acordo com o artigo 7º do Estatuto Social da Porto da Pecém, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento do principal semestrais e dividendos trimestrais à partir de 15 de agosto de 2024 (juros), de IPCA + 15% a.a sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2023 na controladora de R\$60.519 e no consolidado de R\$44.589 contempla o montante original e os juros até agosto de 2027, ambos descontados a valor presente pela taxa de 9,68% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Porto de Pecém na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Porto do Pecém não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

18 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Em 2023 ocorreu a classificação dos ativos EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora (Nota 18.2) e da controladora indireta EDP Smart Soluções (Nota 18.3) como mantidos para venda.

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme previsto no CPC 31.

18.1 Coligada Porto do Pecém

A Administração da Companhia visou estrategicamente a alienação da participação no investimento da coligada Porto do Pecém. Portanto, a partir de 30 de junho de 2023, por referirem-se a ativos cuja alienação do controle foi considerada altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço, apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda.

O montante registrado foi mensurado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda conforme nota 4.6.2.

Em 20 de setembro de 2023 a Companhia assinou o contrato de compra e venda com as empresas Mercurio GF I Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura e Cactus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Nota 4.6.4).

Com a conclusão do processo de alienação de 80% da coligada em 22 de dezembro de 2023, o montante de R\$461.631 foi registrado na rubrica de Perda na alienação de investimentos e o ativo deixou de integrar o ativo mantido para venda e consequentemente o consolidado da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$461.631 após ajuste de preço referente a variações da Dívida Líquida e de Capital de Giro. Ainda, existe a possibilidade de adicional preço de alienação com premissas e definições em cenários que, por se tratarem de condições futuras de natureza incerta e que não estão sob o controle da Companhia, não contemplam a perda, conforme definições do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Assim sendo, com a conclusão da alienação e consequente perda de controle, de acordo com o CPC 36, a EDP - Energias do Brasil:

(i) desconheceu os ativos e passivos da coligada do balanço patrimonial consolidado, incluindo a reversão da perda por imparidade reconhecida quando da classificação para ativo não circulante como mantido para venda; (ii) procedeu à remensuração da participação restante de 20%, tendo por base o valor da transação, sendo esta participação considerada para o Grupo EDP - Energias do Brasil como uma participação minoritária com influência significativa, dada a natureza da operação entre os compradores e a vendadora; e (iii) reconheceu um prejuízo de R\$44.662 no consolidado.

Segue abaixo o resumo das informações financeiras relativas à coligada alienada em 31 de dezembro de 2023:

18.1.1 Balanço patrimonial

Porto do Pecém			Porto do Pecém		
ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	256.781	1.233.100	Fornecedores	62.152	109.270
Concessionárias	170.987	146.786	Imposto de renda e Contrib. social a recolher		22.153
Imposto de renda e Contrib. social a compensar	22.572	10.652	Outros tributos a recolher	11.957	17.381
Outros tributos compensáveis	96.639	114.834	Dividendos	10.695	62.249
Títulos e valores mobiliários		1.952	Empréstimos e financiamentos	453.768	318.288
Estoque	161.178	201.677	Provisões	5.743	5.425
Outros créditos	25.957	40.424	Outras contas a pagar	15.919	23.528
Total do Ativo Circulante	734.114	1.749.425	Total do Passivo Circulante	560.234	558.295
Não circulante			Não circulante		
Imposto de renda e Contrib. social a compensar	3.392	3.392	Tributos diferidos	23	15
Tributos diferidos	238.631	267.452	Empréstimos e financiamentos	1.035.946	1.105.936
Caúções e depósitos vinculados	1.950	1.941	Provisões	18.381	22.819
Outros créditos	3.799	89	Outras contas a pagar	8.170	16.772
	247.772	272.874		1.062.520	1.145.542
Investimentos	9.582		Patrimônio líquido		
Imobilizado	1.541.212	1.678.240	Capital social	508.505	2.368.999
Intangível	11.657	13.063	Reservas de lucros	413.078	292.601
Total do Ativo Não circulante	1.810.223	1.964.177	Outros resultados abrangentes		(1)
			Prejuízos acumulados		(651.834)
Total do Ativo	2.544.337	3.713.602	Total do passivo e patrimônio líquido	2.544.337	3.713.602
A apuração da perda na alienação está demonstrada abaixo:					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.1 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto												
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Controladora		Outras	Transferência (Notas 4.6.3 e 18)	Saldo em 31/12/2023	% Participação direta	
						Outros resultados abrangentes					31/12/2023	31/12/2022
Investimentos												
EDP São Paulo	982.597			478.302	(322.061)	(33.802)				1.105.036	100,00	100,00
EDP Espírito Santo	1.369.219			376.627	(114.246)	12.783				1.644.383	100,00	100,00
Lajeado	228.828			163.679	(151.723)	17				240.801	55,86	55,86
Lajeado (Mais Valia)	87.494			(2.663)			(1.586)			83.245	55,86	55,86
Mata Grande Transmissora (Nota 18.2)	10.611	42.800		3.351					(56.762)	-	100,00	100,00
EDP Transmissão Aliança	519.116			60.491	(85.129)					494.478	90,00	90,00
EDP Transmissão SP-MG (Nota 18.2)	399.321			88.706	(28.231)				(459.796)	-	100,00	100,00
EDP Transmissão Norte 2		3.501		1.405	(333)					4.573	100,00	-
Enerpeixe	392.695			5.530	(2.772)					395.453	60,00	60,00
EDP Trading	389.018			148.961	(39.134)					498.845	100,00	100,00
EDP Smart Energia	58.259			31.683	(22.141)					67.801	100,00	100,00
CEJA	519.145		(100.000)	94.648	(69.178)					444.615	50,00	50,00
CEJA (Mais Valia)	147.901			(6.723)						141.178	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão	279.850			(2.009)						277.841	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.359			(54)						1.305	50,00	50,00
Porto do Pecém (Nota 18.1)	1.995.413	9.546	(1.363.872)	372.634	(2.139)				(898.381)	113.201	20,00	100,00
Porto do Pecém (Mais Valia)	-			-						-	20,00	100,00
Pecém TM (Nota 4.6.3)	5.432		(5.554)	436	(314)					-	-	50,00
Pecém OM (Nota 4.6.3)	3.705		(3.992)	391	(104)					-	-	50,00
Resende	21.165			(18)						21.147	100,00	100,00
EDP Smart Serviços	305.210	353.750		(23.370)		769				636.359	100,00	100,00
Mabe	-									-	50,00	50,00
Celesc(*)	861.207			192.966	(75.183)	(30.291)				948.699	29,90	50,00
São Manoel	589.126			(9.601)						579.525	33,334	33,334
EDP Ventures	34.178	11.500		(22.819)						22.859	100,00	100,00
Santa Leopoldina	186.745	96.500		(46.226)		48				237.067	100,00	100,00
Energia Solar II	1									1	100,00	100,00
Energia I	1								(1)	-	100,00	100,00
Energia II	1									1	100,00	100,00
	9.387.597	517.597	(1.473.418)	1.906.327	(912.688)	(50.476)	(1.586)		(1.414.940)	7.958.413		
Direito de Concessão (Nota 19.1.1)												
EDP São Paulo	8.383		(1.457)							6.926		
Enerpeixe	1.606		(115)							1.491		
Lajeado	52.833		(5.271)							47.562		
	62.822	-	(6.843)	-	-	-	-		-	55.979		
Total dos Investimentos	9.450.419	517.597	(1.480.261)	1.906.327	(912.688)	(50.476)	(1.586)		(1.414.940)	8.014.392		
Provisão para passivo a descoberto												
Energia I	-			(27.462)					1	(27.461)	100,00	100,00
Mabe	(38)			(292)						(330)	50,00	50,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(38)	-	-	(27.754)	-	-	-		1	(27.791)		
Investimento líquido	9.450.381	517.597	(1.480.261)	1.878.573	(912.688)	(50.476)	(1.586)		(1.414.939)	7.986.601		

(*) O montante de R\$948.699 refere-se ao investimento na Celesc no período findo em 31 de outubro de 2023.

	Saldo em 31/12/2022		Baixas (Notas 4.6.3 e 4.16)		Equivalência patrimonial		Consolidado Dividendos/ JSCP		Outros resultados abrangentes		Transferência (Nota 4.6.3)		Saldo em 31/12/2023	
	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital volante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Investimentos														
EDP - Energias do Brasil														
Celesc			861.207				192.966	(75.183)		(30.291)			948.699	
Pecém TM (Nota 4.6.3)			5.432		(5.832)		714	(314)					-	
Pecém OM (Nota 4.6.3)			3.705		(4.074)		473	(104)					-	
Porto do Pecém (Nota 4.6.3)			-								113.201		113.201	
CEJA			519.145		(100.000)		94.648	(69.178)					444.615	
CEJA (Mais Valia)			147.901				(6.723)						141.178	
Cachoeira Caldeirão			279.850				(2.009)						277.841	
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)			1.359				(54)						1.305	
São Manoel			589.126				(9.601)						579.525	
EDP Trading														
BBCE			1.498										1.498	
EDP Goiás														
Sicobol Juriscredelg			532										532	
Total dos Investimentos			2.409.755		(109.906)		270.414	(144.779)		(30.291)			113.201	2.508.394
Provisão para passivo a descoberto														
Energia I														
Blue Sol (Nota 4.18)			(4.032)				(5.336)				9.368		-	
Mabe			(38)				(292)						(330)	
Total de Provisão para passivo a descoberto			(4.070)		-		(5.628)	-		-	9.368		(330)	
Investimento líquido			2.405.685		(109.906)		264.786	(144.779)		(30.291)	122.569		2.508.064	

19.1.1 Direito de concessão
Conforme o ICP 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 25.1.3).

19.2 Participação direta dos investimentos																		
	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Companhia	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital volante	Capital social integralizado	Capital volante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	7.358.605	6.595.606	6.253.569	5.613.009	1.105.036	982.597	6.026.203	5.691.600	478.302	525.245
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	7.019.621	6.189.013	5.375.238	4.799.794	1.644.383	1.369.219	5.170.845	4.989.581	376.627	560.493
Energest					55,86	100,00	55,86	100,00								206.443		129.655
Lajeado	113.690		113.690		50,00	50,00	50,00	50,00	1.482.840	1.429.438	778.936	738.389	703.904	691.049	747.889	749.958	348.890	310.826
CEJA	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.629.327	1.826.467	740.098	788.168	889.229	1.038.299	338.638	315.195	189.285	169.966
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	1.716.637	1.745.146	1.057.548	1.090.654	659.089	654.492	329.162	315.141	9.216	(11.281)
Cachoeira Caldeirão	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00	1.379.487	1.397.133	823.803	837.769	555.684	559.703	174.769	163.746	(731)	(731)
EDP Trading	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00	3.328.385	3.579.882	2.829.540	3.190.864	498.845	389.018	3.046.909	3.314.744	148.960	55.755
EDP Smart Energia	4.531		4.531		100,00	100,00	100,00	100,00	873.781	728.456	805.981	670.196	67.800	58.260	572.252	348.667	31.682	23.334
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	1.407.299	764.392	770.939	459.181	636.360	305.211	363.035	132.090	(23.371)	(34.782)
Porto do Pecém (Nota 18.1)	500	79	2.368.998		33,00	5,00	20,00	100,00	2.544.337	3.713.602	1.622.754	1.703.837	921.583	2.009.765	953.441	1.390.778	276.837	(651.834)
Pecém TM (Nota 4.6.3)			1.682				50,00	50,00		15.730		5.049	10.681	25.430	23.986	1.606	883	
Pecém OM (Nota 4.6.3)			3.527				50,00	50,00		9.807		2.506	7.301	7.802	7.845	1.046	294	
São Manoel	803.341		803.341		33,334	33,334	33,334	33,334	3.740.269	3.812.428	2.001.728	2.045.086	1.738.541	1.767.342	446.946	418.165	(28.801)	(43.710)
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00	2.202	4.060	2.862	4.137	(660)	(77)		(506)	(858)	
Resende	21.573		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00	21.198	21.216	51	51	21.147	21.165		(18)	(17)	
EDP Transmissão Aliança	148.051		148.051		90,00	90,00	90,00	90,00	2.550.327	2.527.678	2.000.907	1.950.882	549.420	576.796	354.012	344.131	67.211	87.313
EDP Transmissão SP-MG (Nota 18.2)	33.001		33.001		100,00	100,00	100,00	100,00	2.848.855	2.737.586	2.389.101	2.338.267	459.754	399.319	411.939	501.765	88.666	148.115
EDP Transmissão Norte 2					100,00	100,00	100,00	100,00	67.112		62.540		4.572		54.974		1.405	
Celesc(*)	5.141	6.391	5.141	6.391	29,90	33,11	29,90	33,11	3.417.178	3.105.004	215.987	221.828	3.201.191	2.883.176			654.078	361.025
EDP Ventures	6.501		6.501		100,00	100,00	100,00	100,00	29.861	40.355	7.002	6.176	22.859	34.179			(22.820)	(3.552)
Mata Grande Transmissora (Nota 18.2)	8.830		8.830		100,00	100,00	100,00	100,00	133.988	121.730	77.236	110.923	56.752	10.807	12.629	37.274	3.145	(2.205)
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	2.463.155	2.248.873	2.226.088	2.162.128	237.067	186.745			(46.226)	(58.128)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cachoeira Caldeirão
Fiscais
Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$R\$15.065 em 30 de setembro de 2023 (R\$14.074 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente aguarda o julgamento.
São Manoel
Cíveis
A São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena. Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

Fiscais
Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$8.749 em 31 de dezembro de 2023 (R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022). A São Manoel aguarda o julgamento.

20.1.3 Compromissos contratuais e Garantias

20.1.3.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais				239		405
Obrigações de compra						
Compra de Energia			8.121	9.111	60.657	68.080
Encargos de conexão e Transporte de Energia	74					
Materiais e serviços	99.631	90.577	31.657	36.684	34.995	32.950
Prêmio de risco - GSF			79.694	79.694		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.075.030	1.113.360	105.745	125.072	328.088	348.397
	1.174.735	1.203.937	225.217	250.800	423.740	449.822

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais				230		408
Obrigações de compra						
Compra de Energia			9.248	10.383	70.300	77.551
Encargos de conexão e Transporte de Energia	72					
Materiais e serviços	102.114	91.158	32.443	37.891	36.433	36.400
Prêmio de risco - GSF			241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.418.538	1.708.463	117.337	160.618	417.088	516.270
	1.520.724	1.799.621	400.644	450.738	523.821	630.629

20.1.3.2 Garantias

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
Garantias	Tipo de Garantias		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauconado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos		1.600.142	1.635.009	396.020	444.724
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa		305.301	304.976		184.703
Ações judiciais	(i) Depósito cauconado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.					48.556
Compra de energia	(i) Depósito cauconado; (ii) Fiança bancária; (iii) Fiança corporativa; (iv) Recebíveis; e (v) Seguro garantia.		823			
Executante construtor	Seguro garantia		823			
Outros	Recebíveis			1.861	2.741	1.175
			1.906.266	1.940.808	397.881	447.465
					796.907	784.851

20.2 Colligada

A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da Celesc.

A Celesc é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Celesc foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 127,51MW de capacidade e a Celesc Distribuição S.A, que atende mais de 3,3 milhões de clientes, para 285 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCQAS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Celesc, extraídas das: (i) informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023, divulgadas ao mercado em 10 de novembro de 2023; e (ii) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, divulgadas ao mercado em 29 de março de 2023, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela Celesc entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

20.2.1 Demonstrações financeiras individuais condensadas

Balanco Patrimonial

	30/09/2023	31/12/2022	Passivo	30/09/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	35.664	48.205	Dividendos e JCP a Pagar	219.880	157.602
Tributos a recuperar	56.052	44.331	Obrigações Fiscais	10.050	34.799
Dividendos a receber	241.147	209.296	Outros passivos circulantes	4.378	3.974
Outros ativos circulantes	686	623		234.308	196.375
	333.549	302.455			
Não circulante			Não circulante		
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	208	217	Provisões	34.384	25.453
Outros ativos não circulantes	86.777	77.443	Outros passivos não circulantes	268	
	86.985	77.660		34.652	25.453
Investimentos	3.031.850	2.720.813	Patrimônio líquido	3.187.480	2.883.176
Imobilizado	495	138	Total do passivo e patrimônio líquido	3.456.440	3.105.004
Intangível	3.561	3.938			
Total do Ativo	3.456.440	3.105.004			

Demonstração do Resultado

Despesas e Receitas operacionais			30/09/2023	30/09/2022
Resultado das participações societárias			(16.550)	(12.489)
Resultado financeiro			490.913	454.942
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos			(5.768)	(5.176)
			(523)	(87)
Resultado líquido do exercício			468.072	437.190

20.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios - Não circulante

20.2.2.1 Risco de perda provável

	30/09/2023		31/12/2022	
	Ativo		Ativo	
	Passivo	Depósito Judicial	Passivo	Depósito Judicial
Trabalhistas		4.816	2.298	4.686
Cíveis	557	6.468	575	3.027
Fiscais	25.409	51.760	19.222	47.578
Regulatórias	8.418	23.727	3.358	22.111
Total Não circulante	34.384	86.771	25.453	77.402

20.2.2.1.1 Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

20.2.2.1.2 Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

20.2.2.1.3 Fiscais

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

20.2.2.1.4 Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESO ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

20.3 Combinação de negócios

Blue Sol

A transação foi classificada como uma combinação de negócios e, portanto, está no alcance do escopo do CPC 15 - Combinação de negócios.

A Blue Sol apresentou na aquisição, Patrimônio Líquido negativo de R\$23.420 (Nota 19.1), sendo que a Administração da Companhia considerou neste momento, o perdão dos mútuos a pagar com a própria Companhia, com a controlada EDP Ventures, e do mútuo a receber da família Colaferro, além da não realização de tributos diferidos ativos, gerando um prejuízo adicional de R\$1.412.

A situação financeira da Blue Sol foi agravada (i) pela alta taxa de juros do Brasil que atingiu em 2022 o patamar de 13,75% a.a. e sem manteve elevada durante 2023, (ii) pelo advento da Lei nº14.300 que consolidou o marco regulatório da Geração Distribuída, e (iii) pela restrição de crédito no exercício, trazendo uma redução de 70% no volume de vendas quando comparado ao ano de 2022. Assim sendo, a Administração da Companhia julgou que o *goodwill* gerado na operação de aquisição de controle societário da Blue Sol não era recuperável e, dessa forma, foi reconhecida a imparidade de R\$24.832 em 31 de dezembro de 2023 (Nota 35).

21 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2022	Transferência dos ativos da concessão	Valor justo (Nota 21.1)	Baixas	Reclassificação
Ativo financeiro indenizável	5.706.847	1.356.412	351.058	(40.683)	(53.111)
Total Não circulante	5.706.847	1.356.412	351.058	(40.683)	(53.111)

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 1.003/22; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

21.1 Valor justo

Do montante de R\$351.058 na rubrica de valor justo, refere-se: (i) R\$95.000 refere-se ao ajuste realizado por meio do laudo de avaliação, devido à revisão tarifária da controlada EDP São Paulo que homologa em 23 de outubro de 2023 (Nota 4.20), e que foi composto através da variação entre a base blindada do ciclo anterior mais a base incremental, comparada ao montante levantado pela empresa avaliadora; e (ii) R\$256.058 decorre do efeito inflacionário do exercício nas controladas de distribuição. A taxa IPCA acumulada em 2023 é de 4,40%, enquanto em 2022 foi de 5,60%.

22 Ativos da concessão

	Consolidado						Ganhos/ Perdas da RTP e RT (Nota 4.11) (*)		Transferência do Ativo Mantido para Venda (Nota 18.2.1) Outros (*)		Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Transfe-rência para o Intangível	Transferência para o Ativo financeiro indenizável	Adições (Nota 35)	Remune-ração	Juros Capita-lizados RAP	Margem de Construção				
Distribuição (Nota 22.1)	1.048.666	(328.124)	(1.356.412)	1.642.842		19.520				(4.305)	1.022.187
Transmissão (Nota 22.2)	7.135.301			559.419	842.864 (704.753)		66.677	14.685	(2.801.905)	48.267	5.160.555
	8.183.967	(328.124)	(1.356.412)	2.202.261	842.864 (704.753)	19.520	66.677	14.685	(2.801.905)	43.962	6.182.742
Circulante	700.042										497.570
Não circulante	7.483.925										5.685.172

(*) R\$48.267 apresentado na coluna de Outros refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das controladas de transmissão; e R\$4.305 refere-se ao saldo de reclassificação e reversão das controladas de distribuição.

(**) RTP - Revisão Tarifária Periódica e RT - Reajuste Tarifário.

22.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 101/22, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,085% para a controlada EDP São Paulo e 0,851% para a controlada EDP Espírito Santo, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 21) ou como Intangível (Nota 25), conforme a forma de remuneração.

22.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacadas a seguir:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	48%	25%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondicionamento de redes em final de vida útil	21%	16%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	16%	16%
Combate a perdas	15%	43%
	100%	100%

22.2 Transmissão

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47. O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas apresentadas na nota 34.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Recebimento de RAP

O recebimento de RAP refere-se à antecipação das obras.

Reajuste e Revisão tarifária

Conforme mencionado na nota 4.11, foi homologado o reajuste e revisão tarifária das controladas de transmissão.

23 Propriedades para investimentos

O montante em 31 de dezembro de 2023 refere-se, substancialmente, à controlada EDP Goiás adquirida em 2022, atinente aos Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à controlada indireta EDP Goiás, com anuência da CELGPAR, de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia.

24 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses recursos, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.2 Movimentação do Imobilizado											
	Controladora										
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação (Nota 24.2.2)	Baixas	Reversão	Baixas	Reversão	Valor líquido em 31/12/2023		
Imobilizado em serviço											
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.541			(1.922)					17.619		
Máquinas e equipamentos	5.743			(1.495)					4.493		
Veículos	222			(76)					146		
Móveis e utensílios	4.803			(417)					4.400		
Total do Imobilizado em serviço	30.309	-		(3.910)					26.658		
Ativos de direito de uso											
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.984	3.198		(1.276)		(156)			13.750		
Veículos	4.758			(1.190)					3.568		
Total Ativos de direito de uso	16.742	3.198		(2.466)		(156)			17.318		
Imobilizado em curso											
Edificações, obras civis e benfeitorias	769	10.678		(35)					11.412		
Máquinas e equipamentos	12.690	1.912		(224)	(6.100)				8.278		
Total do Imobilizado em curso	13.459	12.590		(259)	(6.100)				19.690		
Total do Imobilizado	60.510	15.788		(6.376)	(6.100)	(156)			63.666		
Consolidado											
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Transfe-rência para imobilizado em serviço	Transfe-rência para ativo financeiro indenizável	Depre-ciação (Nota 24.2.2)	Baixas	Ativo Mantido para Venda (Nota 18)	Reclas-sificação	Re- de empresas versão	Aquisição de empresas	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em serviço											
Terrenos	187.045		(133)		(10.318)	(7.703)					168.891
Reservatórios, barragens e adutoras	1.163.924		1.199	(44.553)							1.120.570
Edificações, obras civis e benfeitorias	683.440		4.938	(39.854)	(201.167)	10.551			644	458.552	
Máquinas e equipamentos	2.037.134		146.226	(186.288)	(4.597)	(1.239.446)	(700)		65	752.394	
Veículos	2.095		379	(662)	(257)				242	1.797	
Móveis e utensílios	10.613		462	(471)	(250)	(862)	(520)		857	9.829	
Total do Imobilizado em serviço	4.084.251	-	153.071	(271.828)	(15.165)	(1.449.435)	9.331	-	1.808	2.512.033	
Ativos de direito de uso											
Terrenos	32.289	4.319		(935)				(6.158)		29.515	
Edificações, obras civis e benfeitorias	66.706	990		(9.194)	746	(865)		251	1.260	59.894	
Equipamentos de informática	275									275	
Máquinas e equipamentos	16.384			(5.015)	(11.369)					-	
Veículos	9.575	2.111		(3.375)	(920)	(755)				6.636	
Total Ativos de direito de uso	125.229	7.420	-	(18.519)	(174)	(12.989)	-	(5.907)	1.260	96.320	
Imobilizado em curso											
Terrenos	19.836	236								20.205	
Reservatórios, barragens e adutoras	-	1.199	(1.199)							-	
Edificações, obras civis e benfeitorias	852	12.775	(4.973)			2.829				11.483	
Máquinas e equipamentos	141.738	52.461	(100.362)		(6.100)	(40.720)	1.596			48.613	
Adiantamento a fornecedores	3.328				(1.104)	149				2.373	
A ratear	1.326					(400)				926	
Outros	43.077	12.567	(848)		(2.089)	(26.323)	(12.297)			14.087	
Ativos destinados a arrendamentos operacionais											
Terrenos	871					32				903	
Máquinas e equipamentos	180.734	328.646	(45.822)		(384)	(65)	17.126			480.235	
Outros	37.640					(238)	(2.590)			34.812	
Adiantamento a fornecedores	18.008	2.341				(15.565)				4.784	
Total do Imobilizado em curso	447.410	410.225	(153.071)	-	(8.573)	(68.450)	(9.120)	-	-	618.421	
Total do Imobilizado	4.656.890	417.645	-	(290.347)	(23.912)	(1.530.874)	211	(5.907)	3.068	3.226.774	
24.2.1 Ingressos											
O valor de ingressos no consolidado refere-se, substancialmente, em máquinas e equipamentos: (i) R\$15.781 da controlada EDP Smart Serviços relativo ao avanço das obras dos projetos de geração solar e projetos de inovação, mobilidade elétrica e aquisição de computadores; e (ii) R\$205.761 da controlada indireta EDP Smart SPE V concernente ao avanço das obras dos projetos de geração distribuída;(iii) R\$133.413 nas trezes controladas indiretas SPEs (Nota 1.1) relativo ao avanço das obras dos projetos de geração solar e projetos de inovação, mobilidade elétrica e aquisição de computadores; e (iv) R\$12.614 da controlada Enerpeixe referente aos gastos com a modernização do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) da usina e com gastos de estruturas civis para adequação à nova legislação de segurança de barragens.											
24.2.2 Baixas											
O valor de baixas no Consolidado, refere-se: (i) à Companhia e decorre dos gastos com os projetos descontinuados das controladas Santa Leopoldina, Resende e perdas com leilões de transmissão; e (ii) na coligada Pecém referente a máquinas e equipamentos.											

27 Debêntures
27.1 Composição do saldo de Debêntures

Controladora											
31/12/2023											
31/12/2022											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											
Encargos											
Principal											

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

												Consolidado									
												31/12/2023					31/12/2022				
												Encargos		Principal		Não circulante	Encargos		Principal		Total
												Circulante	Circulante	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		5.742		133.662	29.792	169.196	6.791		82.239	112.463	201.493
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal				(271)	(103)	(374)			(807)	(807)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		12.720		300.000		312.720	10.267		300.000	310.267	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(55)		(55)			(268)	(268)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		8.833		580.539	589.372	8.586			577.179	585.765	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal				(2.883)	(2.883)				(4.796)	(4.796)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral		24.612		400.000	424.612	26.575			400.000	426.575	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal				(554)	(554)				(904)	(904)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		3.089		270.000	273.089	3.760			270.000	273.760	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal				(570)	(570)				(806)	(806)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		18.063		206.041	14.054	238.158	19.513		178.670	140.404	338.587
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal				(734)	(138)	(872)			(1.138)	(1.138)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		4.700		200.000	204.700	6.825			200.000	206.825	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(44)		(44)			(215)	(215)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		14.622		817.617	832.239	14.393			750.932	765.325	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal				(991)	(991)				(1.615)	(1.615)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		20.914		116.668	233.333	370.915	22.649		350.000	372.649	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal				(266)	(223)	(489)			(798)	(798)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		1.330		150.000	300.000	451.330	2.002		450.000	452.002	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal				(1.017)	(1.017)				(1.479)	(1.479)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		5.149		450.000	455.149	6.267			450.000	456.267	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal				(917)	(917)				(1.237)	(1.237)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	15ª emissão em 15/09/2023	15/09/2023 a 25/09/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2026 e juros semestral		17.273		600.000	617.273						-
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.347)					Amortização mensal				(950)	(950)						-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 160/22	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		3.064		22.260	25.324	3.571		18.800	26.013	48.384	
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(27)		(27)			(63)	(28)	(91)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		2.689		150.000	152.689	901			150.000	150.901	
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal				(99)		(99)			(296)	(296)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		1.749		200.000	201.749	4.327			200.000	204.327	
(-) Custos de emissão	Lajeado						05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal				(290)	(290)				(494)	(494)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 160/22	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		3.278		255.000	258.278	3.962			255.000	258.962	
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal				(259)	(259)				(93)	(93)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 160/22	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		10.078		275.000	285.078	11.307			275.000	286.307	
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal				(408)	(408)				(651)	(651)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Ceesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	24.492		67.938	1.462.569	1.554.999	23.063		92.163	1.425.340	1.540.566
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal				(6.706)	(14.256)	(20.962)			(6.863)	(20.962)	(27.825)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 160/22	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	-		26.019				60.841	1.025.714	1.112.574	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal				-		-			(4.247)	(37.138)	(41.385)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 160/22	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	-		11.088				525.000		536.088	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal				-		-			(558)		(558)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Santa Leopoldina	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	210.310		700.000	910.310		93.285		700.000	793.285	
(-) Custos de emissão	Santa Leopoldina				(404)		19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal				(16)		(16)			(210)	(210)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Goiás	Instrução CVM nº 160/22	366.666	1	366.666	1ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	178		73.335	293.331	366.844					-
(-) Custos de emissão	EDP Goiás						22/12/2023 a 22/12/2028			Amortização mensal				(1.121)	(2.500)	(3.621)					-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Goiás	Instrução CVM nº 160/22	183.334	1	183.334	2ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2030	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,40% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	90		26.190	157.144	183.424					-
Total geral												392.975	-	2.136.755	6.312.320	8.842.050	211.866	93.285	1.200.889	7.729.203	9.235.243
(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no <i>rating</i> da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o <i>rating</i> da EDP Espírito Santo foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Baa3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.																					
(ii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no <i>spread</i> anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no <i>rating</i> da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o <i>rating</i> da Companhia foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "A2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.																					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das 10ª e 11ª emissões da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo respectivamente, que estão mensurada a valor justo considerando opção irrevogável de mensuração no reconhecimento inicial decorrente de contratação de derivativo de swap, com a finalidade de evitar descasamento de mensuração entre os instrumentos financeiros e das 7ª e 9ª emissões das controladas de distribuição, mensuradas a valor justo considerando expediente de aplicação de *hedge* de valor justo.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionados acima em 31 de dezembro de 2023 na Companhia é de R\$2.860.077 (R\$3.828.458 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado R\$4.677.443 (R\$3.982.513 em 31 de dezembro de 2022).

27.2 Movimentação das debêntures

	Controladora					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	
Circulante						
Principal	18.800	(24.499)		26.088		1.871
Juros	3.571	(3.917)	3.485	(75)		3.064
Custo de transação	(63)			(28)	64	(27)
	22.308	(28.416)	3.485	25.985	64	1.871
Não circulante						
Principal	26.013			(26.013)		-
Custo de transação	(28)			28		-
	25.985	-	-	(25.985)	-	-

	Controladora					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	
Circulante						
Principal	1.212.713		(833.054)		1.681.772	(60.372)
Juros	211.866		(792.450)	907.111	96.976	(30.528)
Custo de transação	(11.824)	(132)	108	(22.730)	6.468	18.771
	1.412.755	(132)	(1.625.504)	907.219	1.756.018	(84.432)
Não circulante						
Principal	7.803.045	1.675.000		(1.685.463)	51.907	(1.570.966)
Juros	93.285			(93.285)		
Custo de transação	(73.842)	(28.755)	-	22.730	53.808	-
	7.822.488	1.646.245	-	-	(1.756.018)	51.907

27.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora		Consolidado
	Circulante	Não circulante	
2024	25.297	2.529.730	25.297
2025		3.309.987	
2026		1.421.104	
2027		608.363	
2028		920.624	
2029		28.092	
2030 até 2042	-	26.150	6.312.320
Total	25.297	8.842.050	

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, Santa Leopoldina e EDP Goiás encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

Para a 4ª emissão:

(i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) Pedido de autoliquidación;

(iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autoliquidación, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;

(v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;

(vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação;

(vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas;

(viii) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do *rating* da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;

(ix) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

(x) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

Controladas

EDP São Paulo

(i) EDP São Paulo (9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado¹, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado(*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;

(iii) EDP São Paulo (12ª, 13ª e 14ª emissões): Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração; e

(iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP Espírito Santo

(i) EDP Espírito Santo (7ª e 8ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado(*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5;

(ii) EDP Espírito Santo (10ª e 11ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado¹, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(iii) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000; e

(iv) EDP Espírito Santo (12ª emissão): A companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento delas ("Resgate Antecipado Obrigatório"), caso o Poder Concedente não tenha se manifestado formalmente sobre a prorrogação do Contrato de Concessão da Emissora até 17 de outubro de 2024 (inclusive) ("Não Renovação da Concessão"), sendo certo que o prazo máximo para realização do Resgate Antecipado Obrigatório será até 17 de janeiro de 2025.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

(i) EDP São Paulo (12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (11ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000;

(ii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a (a) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$ 100.000 e (b) após 31 de dezembro de 2025 (exclusive), R\$ 200.000 (duzentos mil reais); e

(iii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

Enerpeixe

(i) Enerpeixe (3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$ 30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas; e

(iii) Enerpeixe (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$85.000.

Lajeado

(i) Lajeado (5ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Lajeado (5ª emissão): descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuízamento, de boa-fé, pela controlada de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos;

(iii) Lajeado (5ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a controlada cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuízamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e

(iv) Lajeado (6ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuízamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.

EDP Transmissão Aliança

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

(ii) EDP Transmissão SP-MG (4ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro ou (3) após a Exoneração da Fiança, quando a Emissora estiver em descumprimento do ICSD Ajustado mínimo de 1,20;

(III) EDP Transmissão SP-MG (4ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$95.000.

EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão) e EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto foi efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial.

Santa Leopoldina

(i) Santa Leopoldina (1ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

EDP Goiás

(i) EDP Goiás (1ª emissão): enquanto a Fiança estiver em vigor, não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 dias úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

Índice Financeiro/Período

Menor ou igual a 3,50x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

Menor ou igual a 4,00x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027

Menor ou igual a 4,25x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030

Menor ou igual a 4,50x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante

Após a liberação da Fiança, não observância, pela Emissora, do Índice Financeiro menor ou igual a 4,50x, a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano correspondente ao ano da liberação da Fiança;

(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$120.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000.

(iii) enquanto a Fiança estiver em vigor, término antecipado da concessão de qualquer Controlada da Garantidora pelo Poder Concedente, em relação ao qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que implique, em todos os casos aqui previstos, no término definitivo da concessão de qualquer Controlada da Garantidora, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 30% da receita líquida consolidada da Garantidora no último exercício social e desde que cause um Efeito Adverso Relevante na Garantidora;

(iv) se a Garantidora, enquanto a Fiança estiver em vigor, deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de cumulativamente (a) no mínimo, 50% mais 1 ação do capital votante da companhia; e (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da companhia ("Alteração de Controle"), exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, (A) em primeira convocação, no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; e (B) em segunda convocação, (a) no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; ou (b) no mínimo, 50% mais uma das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas desde que estejam presentes, no mínimo, 30% das Debêntures em Circulação, sendo o item (b) aplicável exclusivamente no caso em que as Debêntures em Circulação sejam dadas por: no mínimo, 250 Debenturistas (CPF's ou CNPJ's distintos);

¹ O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

² A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

28 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

28.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

											Controladora											
											31/12/2023					31/12/2022						
											Encargos		Principal			Total	Encargos		Principal			Total
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante		Não circulante	Circulante	Não circulante	Total		
Moeda nacional																						
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Energias do Brasil	600.000	27/10/2023	600.000	27/10/2023 a 28/02/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente	CDI + 1,25% a.a.	Principal e juros no final		13.090		600.000		613.090					-		
											13.090	-	600.000	-	613.090	-	-	-	-	-	-	
											Consolidado											
											31/12/2023					31/12/2022						
											Encargos		Principal			Total	Encargos		Principal			Total
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante		Não circulante	Circulante	Não circulante			
Moeda nacional																						
BNDES - FINEM / N° 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.		59		11.353		11.412	59		12.332	10.433	22.824	
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação					(3)		(3)			(8)	(3)	(11)	
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		128.087		300.000		428.087	75.637		300.000		375.637		
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024				Amortização mensal do custo de transação					(58)		(58)			(158)	(158)		
BNDES - FINEM / N° 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.		2.114		42.954	27.851	72.919	2.969		40.909	67.292	111.170	
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação					(144)	(31)	(175)			(265)	(177)	(442)	
BNDES - FINEM / N° 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil		29		11.382		11.411	58		10.019	12.746	22.823	
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação					(2)		(2)					-	
BNDES - FINEM / N° 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.		2.838		41.361	34.871	79.070	3.832		41.523	75.378	120.733	
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação					(113)	(28)	(141)			(211)	(114)	(325)	
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	300.000	15/01/2021	300.000	15/01/2021 a 17/01/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,13% a.a.	Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais	Nota Promissória					-	19.904		300.000		319.904		
Notas Promissórias (2ª Emissão)	EDP Espírito Santo	350.000	30/11/2021	350.000	30/11/2021 a 30/11/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato						-	51.463		350.000		401.463		
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		30/11/2021	(734)	30/11/2021 a 30/11/2023				Amortização mensal do custo de transação						-			(310)		(310)		
Notas Comerciais (1ª Emissão)	Porto do Pecém	1.500.000	20/09/2022	1.500.000	20/09/2022 a 11/07/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,0, apurado semestralmente	CDI + 2,40% a.a.	Principal e juros mensais	a. Cessão fiduciária de recebíveis e conta vinculada b. Caixa mínimo seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000.000,00 apurado semestralmente c. Manter Conta Reserva de 1 PMT					-	12.360		309.882	1.112.070	1.434.312		
(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(10.714)	20/09/2022	(10.714)	20/09/2022 a 11/07/2027				Amortização mensal do custo de transação						-			(3.953)	(6.134)	(10.087)		
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investco					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão		7.224	22.428		38.009	67.661	7.550	20.396		43.678	71.624		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Smart Serviços	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a.	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil					-	1.134		23.428		24.562		

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

										Consolidado					
										31/12/2023			31/12/2022		
										Encargos		Principal		Encargos	
										Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	23.207		200.000		223.207
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal a partir setembro/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	5.802		50.000		55.802
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a. até 12/11/2023 e CDI + 1,25% a.a. a partir 13/11/2023	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	4.147		250.000		254.147
BNDES / Nº 21.2.0390.1	EDP Trading	250.000	30/11/2021	75.000	30/11/2021 a 15/12/2035	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Da EDP -Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5 de 2021 até 2024, 4,00 de 2025-2027, 4,25 de 2028-2030, 4,50 de 2031-2035, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 5,927366% a.a.	Juros no período de carência trimestral até 08/2022, após segue mensal. Principal e juros mensais a partir de 09/2022	a.Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	263		11.068	61.521	72.852
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-		5.825		5.825
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	25.000	09/11/2023	25.000	09/11/2023 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,25% a.a.	Principal e juros no final	Aditivo à Opr. nº 2435 - Fiança Corporativa da EDP Energias	439		25.000		25.439
(-) Custo de transação	EDP Trading	2.611	30/11/2021	2.611	30/11/2021 a 15/12/2035				Amortização mensal do custo de transação				(378)	(2.031)	(2.409)
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Energias do Brasil	600.000	27/10/2023	600.000	27/10/2023 a 28/02/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente	CDI + 1,25% a.a	Principal e juros no final	Sem garantia	13.090		600.000		613.090
CCB BRASIL -511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	304		5.664	27.386	33.354
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(48)	(271)	(319)
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	18		411	2.398	2.827
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(41)	(48)
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	30		674	3.931	4.635
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(61)	(71)
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28		720	4.202	4.950
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(9)	(55)	(64)
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	32		731	4.263	5.026
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(56)	(66)
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26		571	3.618	4.215
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(46)	(53)
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	54		1.201	7.604	8.859
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(15)	(96)	(111)
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28		633	4.065	4.726
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(46)	(53)
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	42		948	6.248	7.238
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031				Amortização mensal do custo de transação				(12)	(92)	(104)
Empréstimos diversos	Blue Sol	16.501	a partir de 01/03/2022	16.401	01/03/2022 a 31/05/2027	Capital de Giro		de 31,21% a.a. até 18,86% a.a. e CDI + 10,95% a.a. até CDI + 7,00% a.a.	Principal e juros mensais	Direito Creditórios e conta vinculada			13.917		13.917
Total moeda nacional											187.861	22.428	1.567.765	223.113	2.001.167
Moeda estrangeira											134.128	96.033	1.394.008	1.939.314	3.563.483
4131 Itaú - SWAP	EDP Smart Serviços	25.565 USD	08/04/2022	25.565 USD	08/04/2022 a 25/03/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 3,733% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap	-		3.679	133.989	137.668
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	-		12.308		732.050
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap	16.756		311.920		328.676
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	172.413 USD	08/12/2023	172.413 USD	08/12/2023 a 08/12/2025	Refinanciamento do Funding de aquisição	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 6,27% a.a.	Principal no final e Juros semetral	Fiança Corporativa da EDP Energias	3.053		834.707		837.760
4131 Itaú - SWAP	EDP Espírito Santo	83.318 USD	18/07/2023	83.318 USD	18/07/2023 a 07/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida		USD + 6,788% a.a.	Juros semestral e Principal parcela única no final		12.473		405.738		418.211
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Espírito Santo	60.815 USD	30/08/2023	60.815 USD	30/08/2023 a 14/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida		USD + 7,0570% a.a.	Juros semestral e Principal parcela única no final		6.984		297.557		304.541
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Espírito Santo	61.287 USD	29/11/2023	61.287 USD	29/11/2023 a 29/11/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida		USD + 6,659% a.a.	Principal no final e Juros semetral	Sem garantia	1.646		296.709		298.355
Total moeda estrangeira											40.912	-	608.629	1.538.002	2.187.543
Total geral											228.773	22.428	2.176.394	1.761.115	4.188.710

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão demonstrados na nota 39.1.3.

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.

(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.

(v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$105.629 (R\$111.833 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, exceto para as controladas EDP Smart Serviços e Santa Leopoldina, cujas dívidas em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor justo na data de 31 de dezembro de 2023, sendo classificado tal devido ao fato de terem, no reconhecimento inicial, sido mensurados ao valor justo por meio do resultado, e o resultado líquido, incluindo juros, reconhecidos no resultado. A Administração da Companhia e de suas controladas faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos. As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionados acima, em 31 de dezembro de 2023 na Companhia é de R\$2.048.525 (R\$3.648.650 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado R\$3.255.376 (R\$3.948.651 em 31 de dezembro de 2022).

28.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante				
Principal	-	600.000		600.000
Juros	-	-	13.090	13.090
	-	600.000	13.090	613.090

	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação e cambial	Variação de monetária	Aquisição de empresas (Nota 4.24)	Transferência para Passivo Mantido para Venda líquido em (Nota 18)
Circulante										
Principal	1.532.869	863.867	(3.189.967)	3.398.925	(2.413)	(8.902)	(56.596)	13.917	(374.483)	2.177.217
Juros	150.115	(443.250)	470.663	112.879	(15.591)				(46.043)	228.773
Custo de Transação	(4.872)	(426)	(17.302)				12.239		9.538	(823)
	1.678.112	863.441	(3.633.217)	470.663	3.494.502	(18.004)	(8.902)	12.239	(56.596)	2.405.167
Não circulante										
Principal	3.029.963	613.700	(3.398.925)	(88.627)	43.862	(9.937)			1.573.933	1.763.969
Juros	104.626		102.418	(112.879)	(22.964)				(48.773)	22.428
Custo de Transação	(7.508)	(22.842)	17.302						10.194	(2.854)
	3.127.081	590.858	-	102.418	(3.494.502)	(111.591)	43.862	-	(9.937)	1.763.543

28.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado		
	Nacional	Estrangeira	Total
Vencimento Circulante			
2024	2.052.335	352.832	2.405.167
	2.052.335	352.832	2.405.167
Não circulante			
2025	81.677	1.538.002	1.619.679
2026	16.490		16.490
2027	25.047		25.047
2028	30.976		30.976
2029 até 2032	86.492		86.492
2034 até 2036	4.859		4.859
	245.541	1.538.002	1.783.543
Total	2.297.876	1.890.834	4.188.710

29 Benefícios pós-emprego

As controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência das controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Investco EDP Goiás contratarem atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo as últimas efetuadas para a data-base de 31 de dezembro de 2023.

As controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das demonstrações financeiras, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A controlada indireta EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o período de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PSAP Bandeirante	55.500	36.839	171.328	172.698
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	202	202	15	
Assistência médica e seguro de vida	44.927	42.378	562.087	526.339
Contribuição definida	83	147	207	413
	100.712	79.566	733.637	699.450

29.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Enerprev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Os planos da controlada EDP Goiás são administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

29.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Saldaio, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

- (i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldaio, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é da EDP São Paulo; e
- (ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupos de Custeio BD e CV:

- Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é partitória entre a controlada e os participantes.
- Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo.

A EDP São Paulo contribui para estes grupos de custeio, no exercício com o montante de R\$1.122 (R\$1.160 em 2022).

EDP Espírito Santo

- Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.
- Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado partitariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Espírito Santo. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à EDP Espírito Santo. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP Espírito Santo.

EDP Goiás

- Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A EDP Goiás tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da EDP Goiás na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a EDP Goiás assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da EDP Goiás possuem as seguintes características:

- (i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

- (ii) Eletra01 - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no exercício anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

29.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência. As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar ao do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades difitas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e assistidos do mesmo plano.

Com base neste conceito, para a EDP São Paulo a avaliação atuarial realizada em 30 de setembro de 2023 identificou que cada grupo de custeio do plano PSAP Bandeirante (BSPS, BD e CV) representaria uma submassa no plano e, por sua vez, deveriam ser controlados de forma segregada, resultando em uma posição superavitária para a submassas de custeio BD e custeio CV nos montantes de R\$81.391 e R\$4.080 respectivamente e uma posição deficitária para a submassas de custeio BSPS nos montantes de R\$226.506, resultando em um montante líquido deficitário atualizado de R\$141.035.

Para a EDP Espírito Santo, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2023 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

Para a EDP Goiás, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2023 demonstrou que, no plano de benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

29.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

EDP São Paulo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.249.973)	1.137.743	(97.307)	(209.537)
Custo do serviço corrente	939			939
Custo dos juros	(104.185)	94.842	(9.692)	(19.035)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	(55.638)	(17.405)	21.828	(51.215)
Contribuições pagas pela controlada		52.020		52.020
Contribuições pagas pelos empregados	(1.276)	1.276		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.410.133)	1.268.476	(85.171)	(226.828)

A perda atuarial no valor presente das obrigações no montante de R\$51.215, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2023, decorre dos efeitos da redução na taxa de desconto considerando a situação atual de mercado e ao retorno dos ativos do plano inferior a projeção realizada no estudo atuarial de 2022, considerando os efeitos inflacionários do exercício.

As contribuições da EDP São Paulo esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$55.500.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2023, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$241.308 (R\$207.506 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(181.310)	320.433	(140.782)	-
Custo do serviço corrente	(57)			(57)
Custo dos juros	(6.199)	13.568	(7.463)	(94)
Ganhos/(perdas) atuariais	(17.967)	1.418	65.516	48.967
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(205.533)	335.419	(82.729)	48.816

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espírito Santo para os próximos 12 meses.

Para estes planos o saldo de ganho atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$48.967 (ganho atuarial de R\$136 em 31 de dezembro de 2022). O ganho atuarial apurado em 2023 deve-se ao reconhecimento do benefício econômico futuro proveniente da reserva especial e do fundo previdencial de revisão de plano atribuídos a patrocinadora.

EDP Goiás

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(12.242)	11.798	(444)
Custo do serviço corrente	12		12
Custo dos juros	(1.059)	1.016	(43)
Ganhos/(perdas) atuariais	(850)	960	73
Contribuições pagas pela companhia			175
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(13.964)	13.774	(227)

As contribuições da EDP Goiás esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$184.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2023, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$78 (R\$126 perda em 31 de dezembro de 2022).

29.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento Circulante	EDP São Paulo PSAP		EDP Espírito Santo Plano I Plano II	
	2024		2024	
		90.348	14.424	6.566
Não circulante		90.348	14.424	6.566
2024				
2025		93.516	14.423	6.724
2026		96.580	14.375	6.873
2027		100.157	14.278	7.015
2028		103.277	14.128	7.145
2029 a 2033		565.853	66.489	37.091
		959.383	123.693	64.848
Total		1.049.731	138.117	71.414

29.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP São Paulo 2023 2022		EDP Espírito Santo 2023 2022		EDP Goiás 2023
Custo do serviço	(939)	(922)	57	53	(12)
Custo do serviço corrente	19.035	22.648	94	83	43
Custo dos juros	18.096	21.726	151	136	31
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado					
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido	17.405	(27.434)	(1.418)	(4.242)	(960)
Reajustes sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	8.526	68.218	9.891	4.926	763
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	47.112	(107.404)	8.076	(4.843)	87
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(21.828)	23.744	(65.516)	4.021	37
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	51.215	(42.876)	(48.967)	(136)	(73)
Total	69.311	(21.150)	(48.816)	-	(42)

29.1.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado	EDP São Paulo 31/12/2023 31/12/2022		EDP Espírito Santo 31/12/2023 31/12/2022	
		Alocação %		Alocação %	
Títulos de dívida					
Ações	Colado	98,13%	96,16%	88,67%	83,36%
Imóveis	Colado		3,30%	10,94%	16,26%
Outros	Colado		0,16%		0,17%
Total	Não colado	1,87%	0,38%	0,39%	0,21%
		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

29.1.1.6 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	
	PSAP		Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Participantes ativos	186	205		154		177
Participantes assistidos						
Com benefícios diferidos	81	82		14		14
Aposentados e pensionistas	881	868	621	160	627	160
	962	950	621	174	627	174
Total	1.148	1.155	621	328	627	351

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29.2.4 Despesas líquidas
Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Notas		EDP Espírito Santo		Investco	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Custo do serviço						
Custo do serviço corrente			1.305	1.660	49	59
Custo dos juros	36		53.986	49.278	118	119
			55.291	50.938	167	178
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado						
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido						
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência			(1.047)	20.103	18	(271)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras			30.646	(40.675)	(77)	(76)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes			29.599	(20.572)	(59)	(347)
Total			84.890	30.366	108	(169)

29.2.5 Participantes
Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	EDP Espírito Santo						Investco			
	Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados		Assistência Médica			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Participantes ativos	4	4	60	81	55	76	931	883	26	27
Participantes assistidos										
Aposentados e pensionistas			2.667	2.711	1.342	1.337	34	33		
Total	4	4	2.727	2.792	1.397	1.413	965	916	26	27

29.2.6 Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica		Outros benefícios a aposentados		Seguro de Vida		Assistência Médica	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Análise de sensibilidade								
Pressupostos Centrais								
Taxa de desconto								
Aumento em 0,5%			460.218		10.267	88.116	1.215	
Redução em 0,5%			527.955		12.545	96.930	1.335	
Mortalidade								
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real			525.152		13.554	91.333	1.276	

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	EDP Espírito Santo			
	2023		2022	
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	10,48% a.a.	9,5% a.a.	9,5% a.a.	9,54% a.a
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,71% a.a. em 2023, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2032;	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	Custos médicos: 3,5% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
	EDP Espírito Santo			
	2022		2023	
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	9,57% a.a.	9,86% a.a.	9,86% a.a.	9,92% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,71% a.a. em 2022, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2031;	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	Custos médicos: 3,5% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
	Investco			
	2022		2023	
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	9,5% a.a.	9,5% a.a.	9,5% a.a.	9,86% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,710% em 2023 decrescendo até 5,570% em 9 anos, em escala linear	9,71% a.a. em 2022, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2031	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação	n/a	3,5% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

30 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, como segue:

	Consolidado				Ativo mantido para venda		Saldo em	
	Nota	31/12/2022	Adições	Atualização Monetária	Transfe-rências	para venda (Nota 18)	31/12/2023	31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento e Programa de eficiência energética (P&D e PEE)	30.1	53.785	120.542	3.702	(138.808)	8.178	(2.971)	44.428
Conta de desenvolvimento energético - CDE	30.2	21.429	1.895.239		(1.876.195)	(8.178)		32.295
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		6.330	25.543		(27.661)			4.212
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)		31.454			(4)			31.450
Bandeiras tarifárias (CCBT)		(3.131)			3.131			
Outros encargos		2.670	29.109		(29.712)		(328)	1.739
Total		112.537	2.070.433	3.702	(2.069.249)	-	(3.299)	114.124
Circulante		110.439						110.435
Não circulante		2.098						3.689

30.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia e suas controladas, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e suas controladas têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC para as obrigações de investimento pela Companhia e suas controladas e por IGP-M para os montantes destinados ao PROCEL até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20 e os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa nº 920/21.

Por meio do Despacho nº 904 de 31 de março de 2021, a ANEEL regulamentou o Artigo 1º da Lei nº 14.120/21 que destina os recursos não utilizados de P&D e PEE, geridos pela ANEEL para a CDE.

O saldo líquido em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$44.428 (R\$53.785 em 31 de dezembro de 2022), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

30.2 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuidos pela ANEEL. Em 2021, foi determinado pela ANEEL, via RNE nº 885/21 a destinação de parte dos recursos de CDE à Conta COVID.

Os valores a repassar à CDE, anuidos pela ANEEL estão demonstrados na tabela abaixo:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo			
	Montante total	Valor cota mensal	Competência	Montante total	Valor cota mensal	Competência
Despacho - ANEEL nº 939/21						
CDE Conta-covid	141.415	11.785	A partir do processo tarifário ordinário de 2021	87.916	7.326	A partir do processo tarifário ordinário de 2021
Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.175/23						
CDE - Encargo de uso	987.485	82.612	Janeiro de 2023 a Março de 2023	616.053	51.538	Janeiro de 2023 a Março de 2023
		82.183	Abril de 2023 a Dezembro de 2023		51.271	Abril de 2023 a Dezembro de 2023
CDE - GD	44.577	3.715	A partir do processo tarifário ordinário de 2023	35.662	2.972	A partir do processo tarifário ordinário de 2023
Despacho - ANEEL nº 510/23						
CDE - Escassez hídrica	31.425	2.619	A partir do processo tarifário ordinário de 2023	24.904	2.075	A partir do processo tarifário ordinário de 2023
Despacho - ANEEL nº 1.120/23 (*)						
CDE - Eletrobras	15.907			12.292		

(*) O Despacho ANEEL nº 1.120 de 24 de abril de 2023 aprova os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 02 de maio de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da CDE; e (ii) as distribuidoras inadimplentes com suas obrigações intrassetoriais terão seus repasses retidos até a adimplência dos débitos, nos termos do Submódulo 5.2 do PRORET.

31 Uso do Bem Público - UBP

O UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidroelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Enxerpeixe e Investco calculados até o final dos contratos de concessão ou outro período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente.

O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto nos contratos de Concessão ou então, outro prazo quando indicado no contrato de Concessão para os empreendimentos em operação que tiveram a sua modalidade alterada para concessão onerosa.

	Consolidado		Valor anual da parcela		Taxa de Juros		Taxa de Desconto		Prazo de Amortização	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Usina	IGP-M	IGP-M	IGP-M	IGP-M	IGP-M	IGP-M	IGP-M
Controladas										
Investco	70.890	76.802	UHE Luiz Eduardo Magalhães	1.045	1.045	6,00%	6,00%	2032		
Enxerpeixe	425.553	453.650	UHE Peixe Angical	6.900	6.900	6,00%	6,00%	2036		
	496.443	530.452								
Circulante	44.135	46.082								
Não circulante	452.308	484.370								

O valor justo total das obrigações relacionadas com o UBP, foram registrados em contrapartida do Intangível (Nota 25.1.2) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente. Segue abaixo movimentação do exercício:

	Consolidado				Saldo em			
	Saldo em 31/12/2022	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2023		
Circulante								
Uso do Bem Público	46.082	64	(849)	(47.388)	46.226	44.135		
	46.082	64	(849)	(47.388)	46.226	44.135		
Não circulante								
Uso do Bem Público	484.370	40.803	(26.639)		(46.226)	452.308		
	484.370	40.803	(26.639)	-	(46.226)	452.308		

32 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	32.1	58.556	27.941	39.029
Licenças Ambientais	32.2			25.822
Desmantelamento	18.1			33.380
Total		58.556	27.941	64.851

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

32.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos vinculados a litígios

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

32.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora				Ativo			
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Depósito Judicial	31/12/2022
Trabalhistas	32.1.1.1	11.472	526	(2.949)	(1.866)	10	7.193	2.576
Cíveis	32.1.1.2	15.962	24.987	(3.477)	(1.249)	14.121	50.344	8.406
Fiscais	32.1.1.3	-	22	(27)		5	-	
Outros	32.1.1.5	507	529	(14)	(3)	1.019		
Total Não circulante	27.941	26.064	(6.467)	(3.118)	14.136	58.556	10.982	11.265

	Consolidado				Ativo			
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Ativo Mantido para Venda (Nota 18)	Saldo em 31/12/2023	Depósito Judicial
Trabalhistas	32.1.1.1	149.698	31.338	(34.391)	(23.947)	(1.574)	150.849	45.170
Cíveis	32.1.1.2	382.095	93.714	(87.702)	(22.815)	(56.620)	380.228	115.918
Fiscais	32.1.1.3	55.145	19.962	(4.949)	(3.744)		111.795	33.216
Regulatórios	32.1.1.4	30.733					34.558	
Outros	32.1.1.5	53.777	4.616	(2.470)	(637)	(24.018)	35.554	
Total	671.448	149.630	(129.512)	(51.143)	154.773	(82.212)	712.984	194.304
Circulante							39.029	
Não circulante							673.955	194.304

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na Companhia e no Consolidado é de R\$61.414 em 31 de dezembro de 2023 (R\$82.108 em 31 de dezembro de 2022).

32.1.1.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Goiás e EDP Transmissão Litoral Sul

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial. Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Smart Serviços

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

32.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

- Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A, Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto descumprimento contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$85.770 (R\$73.248 em 31 de dezembro de 2022).

Investeo

- Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 32.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$85.227 (R\$131.748 em 31 de dezembro de 2022). A redução refere-se, principalmente, à decisão favorável à Companhia em um processo de ação indenizatória de mineração, que foi estimado em R\$34.383 em dezembro de 2022.

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

- Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 da EDP Espírito Santo é de R\$151.263 (R\$129.197 em 31 de dezembro de 2022) e da EDP São Paulo é de R\$339.954 (R\$290.324 em 31 de dezembro de 2022).

- Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 da EDP Espírito Santo é de R\$28.237 (R\$24.114 em 31 de dezembro de 2022) e da EDP São Paulo é de R\$31.310 (R\$26.738 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investeo e Enerpeixe

- Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar os quais foram deferidos. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela Turma especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$41.297 (R\$35.268 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo

- Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE , durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interps Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$33.126 (R\$28.290 em 31 de dezembro de 2022).

EDP São Paulo

- Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassou os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,5 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da Companhia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$138.066 (em 31 de dezembro de 2022).
- Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretendeu a EDP São Paulo a anulação dos autos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §3º e §4º da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correletas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos autos de infração mencionados na inicial e do julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Irregularizados, a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra arrazoados. Ao continuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advocatícios.

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram inadmitidos, razão pela qual interpusemos os competentes Agravos de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguem conclusos com o Ministro Relator para julgamento. Houve uma redução no valor, uma vez que o acórdão da Apelação, que inicialmente reformou a sentença, reduziu a multa para 1/3 do valor inicialmente arbitrado. Quanto ao risco, o ARExT da controlada provido para determinar o retorno dos autos ao TJSP para julgar a Apelação de acordo com o entendimento do STF, favorável à EDP São Paulo (inconstitucionalidade da Lei Municipal, que fundamentou a autuação da Concessionária). O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$16.124 (R\$106.610 em 31 de dezembro de 2022).

32.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendariais de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$25.072 (R\$23.989 em 31 de dezembro de 2022). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$40.609 (R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022) para a EDP São Paulo e R\$164.520 para a EDP Espírito Santo (R\$153.527 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

- Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$142.408 (R\$129.066 em 31 dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$141.364 (R\$132.741 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.
- Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e credtamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2022 e 2021 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de credtamento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$212.750 em 31 de dezembro de 2023 (R\$222.585 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão do encerramento com êxito, de um dos processos judiciais. Os demais casos, a EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas relativas à suposta isenção indevida de ICMS nas faturas dos clientes classificados como rurais (2013, 2014) em 31 de dezembro de 2023 o valor é de R\$11.491 (R\$10.646 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.
- Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$38.944 em 31 de dezembro de 2023 (R\$36.512 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo aguarda o julgamento da ação judicial.
- Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$45.753 (R\$41.480 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de dezembro de 2023 de R\$103.370 (R\$111.285 em 31 de dezembro de 2022), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A EDP São Paulo apresentou as defesas, tendo incluído alguns dos processos no Programa de redução de litigiosidade fiscal da Receita Federal, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.
- Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entndê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela afínente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$61.315 (R\$79.266 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.
- Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$93.943 (R\$134.301 em 31 de dezembro de 2022). A redução no valor da contingência se deu em razão da alteração de risco para remoto de alguns processos, os quais discutem a taxa de fiscalização de obras, em razão de decisões favoráveis. A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos ano-calendaris de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$15.972 (R\$14.631 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Processo administrativo relativo a homologação parcial pela Receita Federal, dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0001568-45.2012.4.03.6100, que por decisão definitiva assegurou a possibilidade de deduzir, do lucro tributável, as despesas decorrentes do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), afastando o limite imposto pelo Decreto nº 5/91, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$18.353. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$40.609 em 31 de dezembro de 2023 (R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo aguarda o julgamento.

EDP Espírito Santo

- Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$185.465 (R\$200.269 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda julgamento.
- A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a controlada EDP Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Devido o encerramento de dois processos houve uma redução no montante, essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2023 importam em R\$9.009 (R\$8.955 em 31 de dezembro de 2022) e atualmente aguardam decisão administrativa.
- Diversas Prefeituras: A controlada EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados em 31 de dezembro de 2023 totalizam o montante de R\$135.643 (R\$124.041 em 31 de dezembro de 2022). Deste montante, destaca-se o valor de R\$105.469 (R\$99.898 em 31 de dezembro de 2022) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$20.796 (R\$85.798 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão da alteração do prognóstico de risco em razão de decisões desfavoráveis. Adicionalmente, a EDP Espírito Santo apresentou as defesas e aguarda julgamento.
- Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$4.688 (R\$4.417 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Adicionalmente, o saldo apresentado em Depósito Judicial em 31 de dezembro de 2023 deve-se, principalmente, ao processo nº 2009.50.01.010131-6, no valor de R\$69.807 (R\$63.246 em 31 de dezembro de 2022), referente a execução Fiscal que visa à cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

EDP Trading

Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$4.620 (R\$13.327 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Trading obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos aguardam julgamento.

Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/PI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$3.950 em 31 de dezembro de 2023 (R\$26.862 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Trading obteve reconhecimento favorável de parte do montante, resultando na alteração do prognóstico parcial. Atualmente o processo aguarda julgamento.

Lajeado

Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da Receita Federal do Brasil - RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesa com áglio gerado na aquisição de participação societária de valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$68.440 (R\$154.431 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão da decisão favorável, a qual cancelou a cobrança da multa majorada, encerrando a discussão na esfera administrativa, além da exclusão da multa de ofício com os juros e encargos incidentes sobre ela, referente à discussão judicial. Atualmente, a Lajeado aguarda o julgamento na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).

Discussão judicial objetivando o cancelamento da multa isolada no importe de 75% sobre o crédito não homologado pela Receita Federal do período de 2003 e 2004, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$15.570. A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Discussão administrativa federal, relativa à compensação de IRPJ e CSLL não homologada pela RFB do período de 2013, e aplicação de multa isolada de 50% sobre essa compensação, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$5.253. A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$9.311 (R\$8.568 em 31 de dezembro de 2022). A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Enerpeixe

Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$210.700 (R\$178.497 em 31 de dezembro de 2022). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico alterado em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 736). A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$72.986 (R\$66.642 em 31 de dezembro de 2022). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. A contingência foi quitada com benefício econômico, em razão da inclusão do débito no Programa de Regularização Fiscal estadual (R\$5.504 em 31 de dezembro de 2022). A Enerpeixe quitou o débito e, em 31 de dezembro de 2023, aguarda o encerramento do processo.

Discussões na esfera administrativa, relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ dos exercícios de 2003 a 2006. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$6.442. A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

32.1.2.4 Regulatórias

EDP Espírito Santo

Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo encontra-se judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito.

32.1.3 Risco de perda remota

Execução judicial envolvendo processos de natureza trabalhista, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 na Controladora é de R\$3.646 (R\$2.736 em 31 de dezembro de 2022) e nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Transmissão Norte, EDP Transmissão Norte 2, EDP Smart Serviços, Investeo, EDP Trading e EDP Goiás é de R\$97.956 (R\$132.378 em 31 de dezembro de 2022).

32.2 Licenças Ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2023 no Circulante e Não circulante de R\$49.003 (R\$74.082 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, UTE e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação dos empreendimentos, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MOSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção dessas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares, além de permitir ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

A Companhia mantém compromisso e processos de melhoria contínua no que diz respeito às questões ambientais, buscando excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações, estando alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. A EDP mantém, ainda, metas nos horizontes 2022 e 2025 com relação direta com 9 dos 17 ODS, incluindo objetivos diretamente ligados a temática ambiental, como o ODS 13 que trata de alterações climáticas e o ODS 15, sobre proteção da vida terrestre. Para fazer a gestão do tema, contamos com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), em linha com a Norma ISO 14.001, com atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio.

A Companhia e suas controladas desenvolvem projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

(i) Água e fluentes: Com foco na preservação e uso eficiente de recursos hídricos, a Companhia e suas controladas contam com sistema de captação de água pluvial nos telhados dos Centros de Serviços da Distribuição (CSD), Poá (SP), Carapina (ES), São Mateus (ES), Linhares (ES), Cachoeiro (ES) e na sede da EDP São Paulo em São José dos Campos.

(ii) Resíduos: Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia e suas controladas segregam, armazenam, tratam e descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada, respeitando os requisitos legais aplicáveis. As distribuidoras utilizam óleo vegetal nos transformadores de distribuição que são adquiridos e reformados, e possuem contrato de recuperação de transformadores que ajudam na redução do consumo de recursos naturais para a fabricação de novos equipamentos, incentivando a economia circular.

(iii) Biodiversidade: A Companhia e suas controladas estabelecem, em sua política ambiental, os compromissos relativos à biodiversidade e serviços ecossistêmicos e à gestão dos impactos de suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. As principais iniciativas desenvolvíveis continuamente envolvem o acompanhamento aéreo e fluvial das represas das usinas, monitoramento de fauna e flora das áreas de usina e das faixas de servidão (linhas e redes) em zona rural da distribuição e transmissão. Na Distribuição são realizadas análises durante o planejamento de projetos, a partir de conhecimentos prévios em campo, para que seja avaliada a presença de unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação permanente e vegetação nativa nos processos de implantação de linhas. As análises têm como objetivo encontrar alternativas com o menor impacto possível ou soluções para mitigá-las.

(iv) Atualmente a Companhia mantém o Plano Estratégico Climático 2021-2025 (PEC 21-25). Esse plano visa dar maior clareza sobre as ações de mitigação que serão feitas para cumprir as metas climáticas do Grupo, um aprofundamento nos cenários climáticos e estratégicos para gestão dos riscos e oportunidades climáticas e planos de ação para melhoria da performance em índices de sustentabilidade relacionados com o tema. A Companhia possui metas de redução das emissões aprovadas pela ciência (SBTi targets).

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no exercício foram de R\$34.314 (R\$16.090 em 2022)

33 Patrimônio Líquido

33.1 Capital social

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 11 de abril de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$500.000, mediante capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de agosto de 2023, deliberou o resgate e posterior cancelamento de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação no mercado, sem modificação do capital social da Companhia (Nota 4.7). Em decorrência da deliberação foi aprovado: (i) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para alterar o número total de ações de emissão da Companhia em decorrência do cancelamento das 21.494.341 ações; e (ii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a alteração indicada no item (i) e o cancelamento das 14.570.809 ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 9 de agosto de 2023.

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$6.002.716 (R\$5.502.716 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 545.100.118 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias na Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	% participação		Quantidade de ações	% participação	
Acionista						

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas sem justa causa ou por aposentadoria dos beneficiários dos programas durante o período de carência, fizeram jus a um número de ações de incentivo e/ou de ações de retenção, conforme o caso, proporcional ao número de meses do período de carência transcorridos até a data de desligamento, restando o direito ao recebimento das demais ações outorgadas não plenamente adquiridas automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Segue abaixo o resumo e a movimentação dos planos de remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Planos	Data da aquisição	Qtde. de ações adquiridas pelos colaboradores		Preço unitário (R\$)	Valor total das ações adquiridas	
Plano de remuneração II	junho/2017		44.113	13,37		590
Plano de remuneração II	agosto/2017		27.747	14,26		396
Plano de remuneração III	junho/2018		83.240	13,75		1.144
Plano de remuneração IV	junho/2019		57.892	18,68		1.081
Plano de remuneração V	junho/2020		71.256	16,71		1.191
Plano de remuneração V	junho/2020		12.000	16,71		201
Plano de remuneração VI	agosto/2021		71.645	18,69		1.339
Total			367.893			

Planos	Plano de incentivo			Plano de retenção		
	Quantidade de ações em 31/12/2022	Baixa	Exercidas	Quantidade de ações em 31/12/2023	Baixa	Exercidas
Plano de remuneração III	33.3.2.2	66.743 (3.270)	(63.473)	-	139.138 (12.727)	(126.411)
Plano de remuneração IV		3.445 (3.445)		-	10.176 (10.176)	
Plano de remuneração V	33.3.2.3	92.631 (10.387)	(82.244)	-	133.074 (11.968)	(121.106)
Plano de remuneração VI	33.3.2.4	107.004 (14.440)	(92.564)	-	159.295 (29.849)	(129.446)
		269.823 (31.542)	(238.281)	-	441.683 (64.720)	(376.963)

33.3.2.2 Plano de remuneração III
Para o Plano de remuneração III foram concedidas aos beneficiados 189.884 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

33.3.2.3 Plano de remuneração V
Para o Plano de remuneração V foram concedidas aos beneficiados 203.350 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

33.3.2.4 Plano de remuneração VI
Para o Plano de remuneração VI foram concedidas aos beneficiados 222.010 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

33.3.3 Reserva de retenção de lucros
A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.
A variação no exercício refere-se, principalmente: (i) R\$500.000 decorrente da efetivação do aumento de capital da Companhia, conforme deliberado em AGOE; e (ii) R\$19.099 decorrente do cancelamento das ações em tesouraria (Nota 33.1).

33.3.4 Dividendos adicionais propostos
Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em Assembleia Geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.
O montante de R\$152.457 deliberado na AGOE da Companhia foi pago em maio de 2023 (Nota 14).

33.3.5 Outros resultados abrangentes
A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias			
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas	(546.220)	(50.476)	(596.696)
	(546.220)	(50.476)	(596.696)

33.4 Ações em tesouraria
A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução no patrimônio líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital.
Em 07 de março de 2023 a Companhia comunicou ao mercado o encerramento do Programa de recompra (Nota 4.8).
O Programa de Recompra teve como objetivo aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor de negociação das ações da Companhia não refletia o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.
A Companhia recomprou 15.287.400 ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do Programa de Recompra.

33.5 Participações de não controladores
O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.164.240 (R\$1.169.848 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 19.1).
A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 é composta por: (i) R\$565.738 correspondente à Lajeado; (ii) R\$387.706 correspondente à Investo; (iii) R\$265.859 correspondente à Enerpaix; e (iv) R\$55.773 correspondente à EDP Transmissão Aliança.
As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Investo	Enerpaix	Lajeado	EDP Transmissão Aliança	Total
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	120.577	121.475	394.550	222.299	848.901
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.874)	(14.710)	61.225	(3.294)	36.347
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(111.445)	(78.871)	(354.314)	(239.209)	(783.839)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.258	27.894	91.461	(20.204)	101.409

O saldo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 inclui R\$451.376 referente às partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, conforme detalhado abaixo.

33.6 Partes beneficiárias
A Lajeado, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.
Essas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.
O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.
O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as atividades operacionais dos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.
Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.
Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Lajeado entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

34 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.
A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

- **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.
- **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.
- **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.
- **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.
- **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
- **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida a Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 35).
- **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Geração

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Transmissão

- **Receita de construção da Infraestrutura de construção**
A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.
As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 está entre 23,72% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.
- **Referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulamentar para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.**
Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.
- **Receita de Operação & Manutenção (O&M)**
A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.
As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 equivalem a 5,00% a 218,00%.
Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de *mark up* para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.
- **Remuneração dos Ativos da concessão**
O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5,00% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos. As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

Comercialização
A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 15).

Clientes

- **Vendas à vista e vendas financiadas**
A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.
- **Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada**
As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.
- **Arrendamentos financeiros e operacionais**
Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do exercício contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o exercício do arrendamento.

Fornecimento	Nota	Controladora		RS		Nº de consumidores		Consolidado		MWh		RS		
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022			
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022			
Residencial	7.2 e 34.1			3.356.469	3.248.863	7.523.213	6.892.500	2.481.807	2.734.590					
Industrial				16.512	16.721	1.031.149	1.201.536	388.878	536.550					
Comercial				285.698	281.829	3.123.067	2.990.786	1.084.369	1.207.699					
Rural				188.464	193.075	1.055.173	1.001.858	291.632	279.911					
Poder público				22.795	22.297	594.257	549.112	235.184	248.347					
Iluminação pública				6.593	6.380	566.653	627.070	116.582	192.149					
Serviço público				3.543	3.379	350.113	432.632	135.973	157.696					
Consumo próprio				446	457	15.479	14.249							
			-	-	3.880.520	3.773.001	14.259.104	13.709.743	4.734.425	5.356.942				
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado														
Consumidores cativos														
Residencial										3.106.284	2.813.158			
Industrial										364.752	393.480			
Comercial										1.307.011	1.222.550			
Rural										374.212	349.998			
Poder público										219.102	200.727			
Iluminação pública										144.403	134.438			
Serviço público										104.230	144.031			
Consumidores livres	34.3			2.221	1.881	13.471.066	12.737.009	2.353.020	2.006.532					
		-	-	2.221	1.881	13.471.066	12.737.009	7.973.014	7.264.914					
Não faturado														
Fornecimento	7.3 e 34.2													
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição										44.077	(81.510)			
										56.669	(59.106)			
										100.746	(140.616)			
Resultados de ativos financeiros setoriais														
CVA	8									(573.569)	(1.046.945)			
Itens financeiros - RTE										(118.783)	(104.158)			
Itens financeiros - Outros										(32.805)	665.188			
PIS/COFINS										1.002.627	518.644			
										277.470	32.729			
Suprimento - Faturado	34.4							10.694.319	12.126.985	1.202.040	2.608.115			
Energia de curto prazo	7.6							1.520.334	2.148.301	373.870	164.509			
Comercialização	34.5									4.156.293	3.184.387			
Receita de construção	22									2.331.907	2.036.378			
Remuneração dos Ativos da concessão	22									842.864	730.566			
Atualização do ativo financeiro indenizável	21									351.058	384.236			
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	34.6									286.468	215.572			
Serviços cobráveis										32.996	23.055			
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	34.8									702.617	642.697			
Arrendamentos e aluguéis										218.136	206.281			
Compromissos futuros										(1)	54.172			
Parcela Variável - IPCA	4.11									186.177	253.292			
Outras receitas operacionais	34.7	6.236	4.642							118.802	526.481			
Receita operacional bruta		6.236	4.642	3.882.741	3.774.882	39.944.823	40.722.038	23.888.882	23.543.710					
(-) Deduções à receita operacional														
Tributos sobre a receita														
ICMS										(2.210.031)	(2.290.582)			
PIS/COFINS		(442)	(178)							(1.693.964)	(1.711.364)			
ISS		(127)	(64)							(3.135)	(2.409)			
		(569)	(242)			-	-	-	-	(3.907.130)	(4.004.355)			
Encargos do consumidor														
P&D										(120.542)	(110.952)			
CDE										(1.895.239)	(1.939.144)			
RGR										(1)	(3.330)			
PROINFA - Consumidores Livres										(118.690)	(136.343)			
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH										(25.543)	(33.435)			
Outros encargos										(29.109)	(28.496)			
										-(2.189.123)	(2.251.700)			
		(569)	(242)			-	-	-	-	-(6.096.253)	(6.256.055)			
		5.667	4.400	3.882.741	3.774.882	39.944.823	40.722.038	17.792.629	17.287.655					

34.1 Fornecimento - Faturado

A variação observada no exercício refere-se, principalmente, às controladas de distribuição: (i) ao preço da energia que em 2022 foi impactado pela bandeira tarifária de escassez hídrica, enquanto em 2023 a bandeira vigente é a verde (Nota 34.8); (ii) impacto na tarifa de energia em relação a 2022 devido ao processo tarifário nas controladas; (iii) impacto da aplicação da LC nº 194/2022 (Nota 4.3); e (iv) impacto da Micro e Mini Geração distribuída - MMGD.

34.2 Fornecimento não faturado

A variação observada no exercício refere-se principalmente: (a) controlada EDP São Paulo: (i) o preço da energia foi impactado pela oscilação da bandeira tarifária em 2022, enquanto que em 2023 a bandeira foi verde durante todo o exercício; (ii) a diminuição também se deve aos MWh apurados, sendo que em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em 26.664MWh contra um saldo negativo de 10.855MWh no ano anterior; e (b) na EDP Espírito Santo a variação é decorrente do aumento da receita no exercício devido ao volume de MWh de Micro e Mini Geração distribuída - MMGD que em 2023 foi de 26.334MWh comparado a 2022 de 7.220MWh. Em ambas controladas de distribuição, pela alteração dos métodos de cálculo do Não Faturado (Nota 4.20) em dezembro de 2023, que passou a ser feito por calendarização e ocasionou mudança no MWh do Não Faturado no referido exercício.

34.3 Consumidores livres

A variação refere-se a controlada EDP Espírito Santos que apresentou aumento de 13,0% no número de clientes livres em função das migrações de diversos clientes cativos para o mercado livre da controlada. Adicionalmente, no mês de dezembro de 2023 houve um impacto positivo de 2,1% no aumento de clientes livre na classe comercial.

34.4 Suprimento - Faturado

A redução de R\$1.406.075 de suprimento faturado deve-se, substancialmente: (i) à controlada Enerpeixe decorrente da redução do preço médio dos contratos de venda entre os períodos no ACL, ocasionando o impacto financeiro, mesmo com um volume de energia maior em relação ao exercício anterior; (ii) à controlada EDP Espírito Santo devido à redução da quantidade de energia comercializada em 2023 quando comparado ao mesmo exercício em 2022, atrelado ao preço que em 2023 é de R\$69,84 (R\$277,04 em 2022); (iii) à controlada EDP São Paulo decorrente da redução da comercialização de energia no MVE.

34.5 Comercialização

O aumento refere-se a controlada EDP Trading e decorre do panorama geral dos preços de energia, os quais atingiram patamares altos durante o exercício, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no Sistema Interligado Nacional - SIN e níveis de reservatórios elevados.

34.6 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O aumento de R\$70.896 observado na rubrica de Receita de O&M refere-se, principalmente, às transmissoras que no exercício de 2023 estão

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado							
	2022							
	Custos				Despesas operacionais			
	Com energia	Da	De	Prestado a	Gerais e			
	Nota	elétrica	produção	operação	terceiros	PECLD	administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	35.1	6.916.376						6.916.376
Encargos de uso da rede elétrica	35.2	1.290.764						1.290.764
Custo da matéria prima consumida	35.3		318.786					318.786
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão		(3.269)						(3.269)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	35.4			440.573	6.783		203.426	650.782
Material				48.994	13.268		8.269	70.531
Serviços de terceiros	35.5			336.852	10.957		235.876	583.685
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviços	35.6			287.652	4.815		39.462	1.204.486
Depreciação - Ativos de direito de uso				4.655			8.563	13.218
Amortização				258.701	400		174.825	78.665
PECLD / perdas líquidas						159.814		512.591
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas								159.814
Arrendamentos e aluguéis				5.869	(45)		(695)	52.637
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens								52.637
Custo com construção da infraestrutura	22				1.987.620			133.527
Outras		5.200	608	45.346	73.028		46.808	10.910
Total		8.209.071	319.394	1.428.642	2.096.826	159.814	716.534	1.480.225

35.1 Energia elétrica comprada para revenda	Consolidado		
	Nota	2023	2022
Contratos de compra de energia por disponibilidade	35.1.1	1.796.792	1.071.711
Contratos de compra de energia por quantidade PROINFA		1.222.854	915.788
Contratos de compra de energia por cotas	35.1.2	567.259	604.321
Energia de curto prazo	35.1.3	65.429	132.557
Energia de Itaipu Binacional	35.1.4	679.311	988.265
Encargo de Energia de Reserva - EER	35.1.5	363.222	222.436
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	35.1.6	60.810	237.112
Contratos de comercialização de energia	35.1.7	2.770.967	3.236.114
Outros	35.1.8	27.148	12.338
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(6.083)	(10.562)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(672.862)	(669.048)
		7.025.547	6.916.376

35.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade
O aumento observado no montante de compra de energia por disponibilidade refere-se, substancialmente, às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, deve-se, principalmente, ao reajuste na receita de venda dos contratos por disponibilidade e início de suprimento das usinas do 26º Leilão de Energia Nova em janeiro 2023, associado ao aumento dos custos relativos às exposições dos vendedores ao mercado de curto prazo da CCEE, que são assumidos pelos compradores participantes desta modalidade de contrato.

35.1.2 Contratos de compra de energia por cotas
A redução observada no montante de compra de energia por cotas refere-se, substancialmente, às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e decorre das condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas e aumento da produção das hidrelétricas, associado à descolização das usinas da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE após a privatização.

35.1.3 Energia de curto prazo
A redução observada na rubrica de energia de curto prazo refere-se, principalmente, às controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo decorrente do encerramento em 2022 das cessões de compra no MCSD de Energia Nova e de Operações de MVE.

35.1.4 Energia de Itaipu Binacional
A variação decorre, substancialmente, das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, principalmente, à redução na tarifa de repasse da potência contratada de Itaipu Binacional que foi de US\$ 16,19/kW ao mês em 2023 (US\$24,73/kW ao mês em 2022), associada à redução dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica, quando comparado a 2022.

35.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER
O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. Nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, no exercício de 2023, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas.

35.1.6 Encargos de Serviço do Sistema - ESS
A redução do ESS no exercício deve-se, principalmente, ao acionamento de usinas térmicas fora da ordem de mérito e importação de energia oriunda da Argentina e Uruguai pelo baixo nível dos reservatórios, elevando o custo do ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo SIN, nos primeiros meses de 2022.

35.1.7 Contratos de comercialização de energia
A variação refere-se à controlada EDP Trading que apresentou uma redução nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão da melhoria do cenário hidrológico atual, quando comparado ao exercício de 2022.

35.1.8 Outros
A variação do saldo observado na rubrica refere-se, principalmente, à controlada EDP São Paulo decorrente da cobrança dos valores da Redução Voluntária de Consumo, conforme DSP ANEEL nº 397/22.

35.2 Encargos de uso da rede elétrica
O aumento no exercício deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa TUST na controlada EDP São Paulo, que passou por revisão tarifária do agente regulador em julho de 2023.

35.3 Custo da matéria prima consumida
A redução na rubrica refere-se, substancialmente, à, coligada Porto do Pecém, ocasionada pela baixa de estoque da venda de carvão em maio de 2022 e da provisão de perda estimada na realização dos estoques em 2023.

35.4 Pessoal e Administradores	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal				
Remuneração	21.829	22.408	298.634	282.501
Encargos	8.615	7.355	108.917	101.234
Previdência privada - Corrente	857	703	14.334	13.039
Despesas rescisórias	(2.243)	6.022	17.691	24.447
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	4.943	5.187	53.745	55.511
Outros benefícios - Corrente	6.315	6.168	114.277	112.240
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(136)	(105)	1.349	1.729
(-) Créditos de tributos recuperáveis			(5.929)	
Outros	1.339	1.281	9.957	17.301
	41.519	49.019	613.975	608.002
Administradores				
Honorários e encargos	15.507	12.792	38.875	34.230
Benefícios dos administradores	7.303	5.727	14.670	8.550
	22.810	18.519	53.545	42.780
	64.329	67.538	667.520	650.782

35.5 Serviços de terceiros	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços de consultoria	54.129	53.892	107.666	87.696
Serviços comerciais			158.943	142.332
Serviços de manutenção	1.332	872	156.148	133.675
Serviços de limpeza e vigilância	935	966	34.129	27.442
Serviços de informática	18.161	18.773	87.560	82.209
Serviços de publicação e publicidade	3.664	9.027	8.838	20.357
Serviços de transporte	4.106	3.980	18.164	15.746
Serviços Compartilhados	(34.650)	(47.264)	5	2
(-) Crédito de PIS/COFINS			(29.699)	(23.133)
Outros	10.141	10.630	107.294	97.359
	57.818	50.876	649.048	583.685

35.6 Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço
A variação na rubrica de Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço na controladora e consolidado refere-se, principalmente pelo o impacto de R\$577.195, decorrente da redução ao valor recuperável do ativo não circulante mantido para venda referente à coligada Porto do Pecém, conforme CPC 31 que, em regra geral, determina que a Companhia deve avaliar os ativos classificados como mantidos para venda pelo menor entre o valor contábil e o valor justo líquido de custos de venda (Notas 4.6.2 e 18.1).

36 Resultado financeiro

Receitas financeiras	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	5 e 13	111.840	46.530	339.988	343.572
Energia vendida				155.509	176.039
Depósitos judiciais	13	1.285	795	42.509	27.185
Contratos de mútuo	11	56.971	37.563	174	
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8			8.710	4.339
Juros e multa sobre tributos	9	11.910	4.655	46.042	85.854
Remuneração das ações preferenciais		6.619	5.465		
Arrendamentos e aluguéis	16.8			24	
Outros juros e variações monetárias				5.212	967
Operações de swap e hedge	39.1.3		8.918		8.918
Variações em moeda estrangeira	39.1.3	894		79.099	87.388
Ajustes a valor presente	36.2			122.539	749
(-) Juros capitalizados	22			(259)	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(46.686)	(43.977)	(84.299)	(87.305)
Outras receitas financeiras		185	571	10.238	18.776
		143.018	60.520	725.745	666.223
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	28.2	(13.090)	(4.094)	(632.521)	(374.439)
Debêntures	27.2	(5.420)	(19.139)	(1.187.788)	(1.095.581)
Variações em moeda estrangeira	39.1.3		6.973		6.973
Operações de swap e hedge	39.1.3			(248.589)	(331.216)
Ajustes a valor presente	28.2			(15.405)	(5.261)
(-) Juros capitalizados	22			19.520	17.003
Juros e variações monetárias					
Juros e multa sobre tributos	9	(586)	(834)	(33.185)	(50.169)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8			(24.889)	(1.159)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	32.1.1	(14.136)	(4.241)	(154.773)	(94.181)
Uso do bem público	36.1			(13.379)	(57.064)
Benefícios pós-emprego	29.1.1 e 29.2.1			(73.276)	(73.201)
Arrendamentos e aluguéis	16.8	(2.003)	(2.060)	(13.612)	(15.477)
Energia Livre				(1.003)	(2.263)
Outros juros e variações monetárias				(8.303)	(8.799)
Variações em moeda estrangeira				670	(1.656)
Operações de swap e hedge	39.1.3		(8.918)		(8.918)
Ajustes a valor presente				(57)	(2.790)
Outras despesas financeiras		(3.979)	(1.095)	(28.776)	(34.626)
		(38.821)	(33.408)	(2.415.366)	(2.132.824)
Total		104.197	27.112	(1.689.621)	(1.466.601)

36.1 Uso do bem público - UBP
A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se, principalmente, ao indexador IGP-M, que foi de 3,36% negativo no acumulado em 2023 (5,45% positivo em 2022) nas controladas Enxerpeixe e Investo.

36.2 Ajustes a valor presente
A variação refere-se, principalmente, pelo reconhecimento inicial da "PNB" da coligada Porto do Pecém (Nota 4.15).

37 Imposto de renda e contribuição social

Nas controladas EDP Smart Soluções, EDP Smart SPE V, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, EDP Transmissão Norte 2 e EDP Transmissão Litoral Sul o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado referem-se ao regime de tributação de lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido. Em 2023, houve alteração do regime de apuração de Lucro Real trimestral para anual das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo (Nota 4.5).

Resultado antes dos tributos sobre o lucro
Alíquota
IRPJ e CSLL
Ajustes para refletir a alíquota efetiva
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes
Doações
Perdas indedutíveis
Resultados de equivalência patrimonial
Juros sobre o capital próprio
Juros sobre as ações preferenciais
Outras
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos
(Adição) Reversão de diferenças permanentes
Efeito tributário de créditos extemporâneos
Ajuste lucro presumido
Incentivos fiscais
SUDAM / SUDENE
Outras
Despesa de IRPJ e CSLL
Alíquota efetiva

37.1 IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos
O aumento na rubrica refere-se, principalmente, à provisão de perda na coligada Porto do Pecém onde a Companhia não constituiu os impostos diferidos ativos

37.2 Perdas indedutíveis
A variação no consolidado refere-se substancialmente a coligada Porto do Pecém, decorrente da baixa de tributos diferidos sobre no montante de R\$85.795, devido ao reconhecimento do imparidade (Nota 4.24).

37.3 SUDAM e SUDENE
A controlada EDP Espírito Santo e a coligada Porto do Pecém são contempladas junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Já a controlada Enxerpeixe obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM o Laudo Constitutivo nº 23/17, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, também por um período de 10 anos.

Segue abaixo a relação dos exercícios abrangidos por tais incentivos:

	Período	
EDP Espírito Santo	2018 a 2027	
Enxerpeixe	2017 a 2026	
Porto do Pecém	2016 a 2025	
Essas subvenções governamentais são reconhecidas no resultado do exercício. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.		
Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas conforme requerido pelo CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais.		

38 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação. A Companhia instituiu Plano de Remuneração Baseado em Ações, plano este que concede outorga futura de ações da Companhia aos seus beneficiários. Assim, para o cálculo do resultado por ação diluído, foram considerados os valores estimados destas outorgas na data de encerramento destas demonstrações financeiras.

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.172.585	1.021.437
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	565.979
Resultado básico por ações (reais/ação)	2,07178	1,80473
Resultado diluído		
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.172.585	1.021.437
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do exercício disponível para as ações considerando o potencial incremento das ações ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção	11.617	2.011
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas ajustado	1.184.202	1.023.448
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	565.979
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	691	712
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas ajustado (mil) (*)	566.670	566.691
Resultado diluído por ações (reais/ação)	2,08976	1,80601

(*) O número de ações ordinárias de 2022 não contempla as ações em tesouraria.

39 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consultacionais nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

39.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

39.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

			Controladora			
			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	Nível 2	1.725.928	939.854	1.725.928	939.854
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	4.392		4.392	
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3					
Derivativos outros		Nível 2	24.131	8.918	24.131	8.918
			1.754.451	948.772	1.754.451	948.772
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento						
Títulos a receber	17	Nível 2	66.659	31.680	66.659	31.680
Empréstimos a receber	11	Nível 2	90.104	31.333	90.104	31.333
Cauções	13	Nível 2	338.573	316.408	338.573	316.408
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	42	392	42	392
			18.086	27.748	18.086	27.748
			513.464	407.561	513.464	407.561
			2.267.915	1.356.333	2.267.915	1.356.333
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3					
Derivativos outros		Nível 2	24.131	8.918	24.131	8.918
			24.131	8.918	24.131	8.918
Custo amortizado						
Fornecedores	26	Nível 2	613.090		613.090	
Debêntures	27	Nível 2	45.691	42.471	45.691	42.471
Empréstimos e financiamentos			24.924	48.043	25.297	48.293
Moeda nacional		Nível 2	18.847		19.716	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	778.083	180.380	779.325	179.944
Arrendamentos e alugueis	16.8	Nível 2	802.214	189.298	803.456	188.862

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

39.1.1.1 Contrato de compromisso futuro
Em 2023, a Companhia e suas controladas alteraram a classificação de valor justo dos compromissos futuros do Nível 3 para o Nível 2 considerando estabilidade dos dados observáveis nas curvas de mercado, como cotações de preços futuros da energia da DCIDE(R).

39.1.1.2 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**
Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
Se a Companhia e as controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

39.1.1.3 Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Companhia e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir signifcativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

39.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das controladas e das contrapartes, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 28), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente aos contratos com o BNDES, uma vez que estes contratos possuem características próprias.
As operações com instrumentos financeiros da Companhia e das controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Uso do Bem Público, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou

informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;
(ii) Debêntures e Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;
(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual das controladas;
(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e
(v) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

39.1.2.1 Mensuração a valor justo
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e às controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e suas controladas:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

39.1.3 Instrumentos financeiros derivativos
Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.
Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.
As operações com derivativos nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, sendo reavaliado a valor justo na data do balanço. As controladas não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.
Em 31 de dezembro de 2023, as operações com derivativos no consolidado referem-se a Controladora e às controladas EDP Smart Serviços, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Santa Leopoldina. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

										Controladora							
										31/12/2023		2023		31/12/2022		2022	
Companhia	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado			
NDF																	
EDP - Energias do Brasil		Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	75.020	430.879		-		(8.918)	(8.918)	(8.918)			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	11.536	66.255		-		1.427		1.427	1.427			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	11.536	66.255		-		1.427		1.427	1.427			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	11.536	66.255		-		1.427		1.427	1.427			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	11.536	66.255		-		1.427		1.427	1.427			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	12.978	74.537		-		1.605		1.605	1.605			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	12.978	74.537		-		1.605		1.605	1.605			
EDP - Energias do Brasil		Itaú	Compra	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD	5,8000	8.471	49.131	(4.132)	(4.132)	(4.132)			-			
EDP - Energias do Brasil		Itaú	Compra	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD	5,845	15.024	87.816	(14.889)	(14.889)	(14.889)			-			
EDP - Energias do Brasil		Itaú	Compra	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD	5,925	4.866	28.832	(5.110)	(5.110)	(5.110)			-			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD	5,80	924	5.359	947	947	947				-			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD	5,8450	7.916	46.268	7.845	7.845	7.845				-			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD	5,8450	6.199	36.233	6.143	6.143	6.143				-			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD	5,8450	909	5.315	901	901	901				-			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD	5,880	2.202	12.951	2.238	2.238	2.238				-			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD	5,880	932	5.481	947	947	947				-			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD	5,9250	1.663	9.851	1.746	1.746	1.746				-			
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD	5,9250	3.204	18.982	3.364	3.364	3.364				-			
Total NDF							24.131 (24.131)		-		- 8.918 (8.918)		-		-		

										Consolidado							
										31/12/2023		2023		31/12/2022		2022	
Companhia	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado			
Swap de dívida																	
EDP São Paulo	Safra	12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a./CDI + 1,50% a.a.		700.000	832.422	(750.796)		81.626	(10.378)	765.325	(755.701)	9.624	(25.778)			
EDP Espírito Santo	Itaú	12/02/2021 a 15/07/2025	IPCA + 3,26% a.a. / CDI + 1,15% a.a.		500.000	589.371	(534.535)		54.836	(9.492)	539.910	(537.552)	2.358	(18.422)			
EDP Smart Serviços	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	07/04/2021 a 12/04/2022	USD + 0,62% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	17.986	100.000				-				-	(18.487)			
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000				-				-	(13.716)			
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	16/08/2022 a 16/11/2022	USD + 3,18% a.a. / CDI + 1,00% a.a.	16.284	85.000				-				-	(1.044)			
Santa Leopoldina	Itaú BBA	01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	64.941	350.000	330.635	(451.875)		(121.240)	(62.097)	337.717	(396.860)	(59.143)	(59.143)			
Santa Leopoldina	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a.	150.000	849.870				-	(118.376)	766.325	(962.266)	(195.941)	(195.941)			
Santa Leopoldina	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	08/12/2023 a 08/12/2025	USD + 6,2700% a.a. / CDI + 1,23% a.a.	172.414	845.000	835.801	(856.249)		(20.448)	(20.448)				-			
EDP Smart Serviços	Itaú BBA	08/04/2022 a 29/03/2023	USD + 3,733% a.a. / CDI + 1,59% a.a.	25.565	120.000				-	(4.948)	137.668	(133.123)	4.545	4.545			
EDP São Paulo	XP Investimentos	15/06/2022 a 15/08/2025	IPCA + 5,91% a.a./CDI + 0,15% a.a.		329.605	236.760	(230.005)		6.755	(582)	330.858	(332.212)	(1.354)	(1.354)			
EDP Espírito Santo	XP Investimentos	15/06/2022 a 15/07/2025	IPCA + 5,91% a.a. / CDI + 0,19% a.a.		240.865	172.963	(168.164)		4.799	604	241.737	(242.954)	(1.217)	(1.217)			
EDP Espírito Santo	Itaú BBA	18/07/2023 a 07/07/2025	USD + 6,788% a.a. / CDI + 1,30% a.a.	83.318	400.000	418.241	(426.234)		(7.993)	(7.993)				-			
EDP Espírito Santo	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	29/11/2023 a 29/11/2024	USD + 6,6590% a.a. / CDI + 1,15% a.a.	61.287	300.000	304.492	(313.769)		(9.277)	(9.277)				-			
EDP Espírito Santo	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo	30/08/2023 a 14/07/2025	USD + 7,057% a.a. / CDI + 1,18% a.a.	60.815	300.000	298.374	(303.976)		(5.602)	(9.277)				-			
Total swap de dívida							4.019.059 (4.035.603)		(16.544)		(252.264) 3.119.540 (3.360.668)		(241.128)		(330.557)		

NDF															
Porto do Pecém	Bradesco	Compra	11/10/2022 a 30/06/2023	BRL/USD	5,4855	38	207		-			(1)	(1)		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	01/10/2021 a 31/05/2022	BRL/USD	5,6315	608	3.424		-				-	(77)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD	5,8600	85	497		-				-	(75)	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	30/08/2022 a 05/09/2022	BRL/USD	5,1810	399	6.854		-				-	(507)	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	03/10/2022 a 28/02/2023	BRL/USD	5,3855	2.146	11.555		-			(84)	(84)		
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD	5,5380	460	2.548		-			(58)	(58)		
EDP Smart Serviços	XP Investimentos	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD	5,4825	13.968	76.577		-			(1.011)	(1.011)		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD	5,5187	907	5.006		-			(97)	(97)		
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	07/11/2022 a 03/04/2023	BRL/USD	5,2460	212	1.110		-		28		28		
EDP Smart Serviços	Itaú	Compra	30/11/2023 a 05/01/2024	BRL/USD	4,9377	5.614	27.722	(40)	(40)				-		
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	75.020	430.879		-		(8.918)		(8.918)	(8.918)	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	11.536	66.255		-		1.427		1.427	1.427	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	11.536	66.255		-		1.427		1.427	1.427	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	11.536	66.255		-		1.427		1.427	1.427	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	11.536	66.255		-		1.427		1.427	1.427	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	12.978	74.537		-		1.605		1.605	1.605	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD	5,7435	12.978	74.537		-		1.605		1.605	1.605	
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 30/11/2023	BRL/USD	5,8000	8.471	49.131	(4.132)	(4.132)	(4.132)				-	
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 30/11/2023	BRL/USD	5,845	15.024	87.816	(14.889)	(14.889)	(14.889)				-	
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 30/11/2023	BRL/USD	5,925	4.866	28.832	(5.110)	(5.110)	(5.110)				-	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 27/12/2023	BRL/USD	5,80	924	5.359	947	947	947				-	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD	5,8450	7.916	46.268	7.845	7.845	7.845				-	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD	5,8450	6.199	36.233	6.143	6.143	6.143				-	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD	5,8450	909	5.315	901	901	901				-	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD	5,880	2.202	12.951	2.238	2.238	2.238				-	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD	5,880	932	5.481	947	947	947				-	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD	5,9250	1.663	9.851	1.746	1.746	1.746				-	
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD	5,9250	3.204	18.982	3.364	3.364	3.364				-	
Total NFD							24.131 (24.171)		(40)		- 8.946 (10.169)		(1.223)		(659)
Total geral							4.043.190 (4.059.774)		(16.584)		(252.264) 3.128.486 (3.370.837)		(242.351)		(331.216)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os impactos dos ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Liquidação	Patrimônio Líquido	Efeito no resultado			Saldo em 31/12/2023
				Juros provisionados	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	
Swap							
Risco de taxa de juros e moeda							
Empréstimos	(4.545)	(403)		4.648		300	-
Debêntures	(9.411)	(158.453)		140.742		(120.894)	(148.016)
Risco cambial							
Empréstimos	255.084	(314.317)		165.651	5.501	52.641	164.560
	241.128	(473.173)	-	311.041	5.501	(67.953)	16.544
Hedge de fluxo de caixa							
Risco de taxa de juros e moeda							
NDFs	1.222	(17)	(1.165)				40
Risco cambial							
NDFs	1		(1)				-
	1.223	(17)	(1.166)	-	-	-	40
Total	242.351	(473.190)	(1.166)	311.041	5.501	(67.953)	16.584

39.1.3.1 Contratos de swap

Os contratos de swap são utilizados como hedge, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.

Santa Leopoldina

Em 14 de janeiro de 2022, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em USD do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, que tem vigência até 16 de janeiro de 2024. Essa operação foi liquidada antecipadamente.

Em 1º de fevereiro de 2022, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Itaú (Nota 27).

Em 8º de dezembro de 2023, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio do seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em USD do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, que tem vigência até 08 de dezembro de 2025.

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + Spread para taxa de juros CDI + Spread da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 27). A referida divida está mensurada a valor justo por meio de resultado para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.

Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + Spread para taxa de juros CDI + Spread da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 27). O swap foi declarado como hedge de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.

EDP Smart Serviços

Em 06 de abril de 2022, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano de dólar americano à taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 28). A controlada liquidou o derivativo no dia 29 de março de 2023.

EDP Espírito Santo

Em 18 de julho de 2023, a controlada EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Itaú (Nota 27).

Em 30 de agosto de 2023, a EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

Em 29 de novembro de 2023, a companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como Swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 16).

39.1.3.2 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting

Os contratos de NDFs - hedge accounting são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

EDP Smart Serviços

Desde 2020, a controlada adotou metodologia de hedge accounting, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de hedge accounting classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

39.1.3.3 Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- (i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- (iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de hedge accounting; e
- (v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

• Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantêm-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

39.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia e suas controladas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia e suas controladas. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

39.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 27 e 28, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA, Dólar e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente, no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.

Em relação aos indexadores de divida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dividas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas Santa Leopoldina, EDP Espírito Santo e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dividas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de swap e NDF com o objetivo de hedge econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.

A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 15). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço forward. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta o risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP - Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP - Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é

um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança (Value at Risk) que considera uma curva forward de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

39.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

	Controladora									
	Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)	
	Até 1 ano	2 a 5 anos	Até 1 ano	2 a 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	313.558	2.333		2.333	547	1.082	(561)	(1.136)	
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.412.360	137.122		137.122	34.168	68.168	(34.212)	(68.468)	
Títulos e valores mobiliários	CDI	4.392	268	1.225	6.704	8.197	3.580	8.080	(2.836)	(5.072)
Empréstimos a receber	CDI	338.573	27.269	28.929		56.198	15.053	30.525	(14.644)	(28.886)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.068.883	166.992	30.154	6.704	203.850	53.348	107.855	(52.253)	(103.562)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(613.090)	(11.631)			(11.631)	(2.176)	(4.545)	2.716	5.244
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(613.090)	(11.631)			(11.631)	(2.176)	(4.545)	2.716	5.244
Debêntures	IPCA	(25.324)	(1.801)			(1.801)	(129)	(310)	128	256
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(25.324)	(1.801)	-	-	(1.801)	(129)	(259)	128	256

	Consolidado									
	Aging cenário provável		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)	
	Até 1 ano	2 a 5 anos	Até 1 ano	2 a 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.559.700	61.598		61.598	15.402	30.812	(15.400)	(30.461)	
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.497.153	137.801		137.801	34.324	68.475	(34.370)	(68.790)	
Cauções e depósitos vinculados	CDI	24.486	901	175		1.076	266	531	(267)	(535)
Títulos e valores mobiliários	CDI	24.079	1.977	1.936	6.704	9.716	3.795	8.513	(3.047)	(4.720)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.105.418	201.377	2.111	6.704	210.192	53.787	108.331	(53.084)	(104.506)
Debêntures	CDI	(5.468.160)	(425.332)	(471.336)	(5.832)	(902.500)	(186.736)	(375.623)	197.642	393.677
Empréstimos e financiamentos	CDI	(1.599.772)	(49.114)			(49.114)	(622)	(9.636)	17.852	27.323
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(7.067.932)	(474.446)	(471.336)	(5.832)	(951.614)	(187.358)	(385.259)	215.494	421.000
Swap - Ponta Passiva	CDI	(4.035.603)	(694.078)	(1.826.481)		(2.520.559)	(133.801)	(266.889)	137.047	274.915
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(4.035.603)	(694.078)	(1.826.481)	-	(2.520.559)	(133.801)	(266.889)	137.047	274.915

Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(116.423)	(3.279)	(301)		(3.580)	(600)	(1.191)	609	1.228
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(116.423)	(3.279)	(301)	-	(3.580)	(600)	(1.191)	609	1.228
Compromissos futuros	PLD	1.664.611	(544.110)		742.970	198.860	(518.032)	(1.033.165)	512.236	1.027.368
Instrumentos financeiros ativos	PLD	1.664.611	(544.110)	742.970	-	198.860	(518.032)	(1.033.165)	512.236	1.027.368
Compromissos futuros	PLD	(1.228.563)	544.110	(505.979)		38.131	442.892	886.559	(444.442)	(888.108)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	(1.228.563)	544.110	(505.979)	-	38.131	442.892	886.559	(444.442)	(888.108)
Swap - Ponta Ativa		436.048	-	236.991		-	236.991	(146.600)	67.794	139.280
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	(2.187.543)	(745.513)	(1.749.578)	-	(2.495.091)	(623.757)	(1.247.527)	623.782	931.984

Debêntures	IPCA	(3.409.288)	(329.880)	(375.279)		(705.159)	(76.411)	(154.772)	74.520	147.207
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	(108.418)	(20.187)	(24.712)	(17.957)	(62.856)	(7.663)	(15.822)	7.207	13.990
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(75.830)	(6.690)	(15.829)	(2.647)	(25.166)	(3.494)	(7.141)	3.349	6.560
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(3.593.536)	(356.757)	(415.820)	(20.604)	(793.181)	(87.568)	(177.735)	85.076	167.757
Swap - Ponta Ativa	IPCA	1.831.516	(187.772)	(110.332)		(298.104)	(34.303)	(69.161)	33.757	66.977
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	1.831.516	(187.772)	(110.332)	-	(298.104)	(34.303)	(69.161)	33.757	66.977

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a.; TJLP entre 6,3% e 6,9% a.a.; Dólar entre R\$2,42 e R\$7,26 e IPCA entre 3,6% e 8,7% a.a.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

- Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;

- (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) ao ACL; (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSDs com declaração de sobre e venda de energia para o ACL por meio do MVE.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, a participação do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal, ficaram limitadas. Logo, reduziu o volume de realizações nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica nº109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem descontratar energia no mercado regulado. Em 2018 mediante a Resolução Normativa nº 824 de 10 de julho e a Resolução nº 833 de 10 de dezembro do mesmo ano (revogada pela Resolução nº 869 de 28 de janeiro de 2020), foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobre de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais. Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência.

Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2018 em diante.

A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras.

Em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária.

Em agosto de 2022 foi publicado o despacho ANEEL 2.169 que que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição, para os anos de 2016 e 2017, considerando (a) a retirada da avaliação do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 e a adoção do critério de máximo esforço da exposição voluntária aplicada até 2015 e (b) estabelecer os montantes de involuntariedade dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, sem a adoção do critério de 2,5% nos montantes de migração para o Ambiente de Contratação Livre como sobrecontratação involuntária para os anos de 2016 e 2017.

A sobrecontratação de energia, relativa ao exercício de 31 de dezembro de 2023, afetou negativamente os resultados da EDP Espírito Santo em R\$14.870 e da EDP São Paulo em R\$65.145.

No exercício de 2023, as distribuidoras participaram do MVE negociando os montantes de 10,00MWm ao preço médio de R\$69,84/MWh para controlada EDP Espírito Santo e os montantes de 23,27MWm ao preço médio de R\$69,84/MWh para controlada EDP São Paulo.

39.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures com cláusulas restritivas(covenants) normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 27 e 28. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 40.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia e suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

39.2.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em R\$2.067.691 (R\$812.420 positivo em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado foi negativo em R\$329.661 (R\$1.151.942 positivo em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, à previsão de liquidação para o 1º trimestre de 2024 do seu Empréstimo da Lei 4.131, e da sua 4ª Emissão de Debêntures para o 2º Trimestre de 2024, além da liquidação dos Empréstimos e financiamentos e das Debêntures, da controlada Santa Leopoldina, no 1º trimestre de 2024 (captados para a aquisição via leilão de privatização da EDP Goiás, concluído em 07 de fevereiro de 2022), dos quais as debêntures já foram postergadas e nova emissão de empréstimo já foi captada, para fazer frente aos vencimentos (conforme apresentado nos quadros de empréstimos e financiamentos e eventos subsequentes), além da previsão de liquidação das Debêntures da 8ª emissão da controlada EDP Espírito Santo para o 2º trimestre de 2024 e da 10ª emissão de debêntures e da 5ª Emissão de Notas Promissórias da controlada EDP São Paulo para o 1º e 2º Trimestre de 2024, respectivamente. A Companhia entende que tais vencimentos poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação de suas controladas, rotação de ativos, refinanciamento de dívidas e/ou captações de recursos externos.

39.2.3 Risco hidrológico

Geração

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

Distribuição

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as controladas de distribuição utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

39.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• Contas a receber

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia e suas controladas ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos. A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outros. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções, Títulos e Valores Mobiliários

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Classificação da instituição financeira				
AAA	1.725.918	939.817	3.025.819	3.930.949
AA		28	30.972	22.028
A			62	56
	1.725.918	939.845	3.056.853	3.953.033

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

• Ativos da concessão - Transmissão

As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas das controladas de distribuição e incorpora tais ativos nas mesmas. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados às controladas de distribuição os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

• Compromissos futuros

As controladas EDP Trading e EDP Smart Energia mantêm contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

39.2.5 Riscos regulatórios

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS, etc.). O Grupo EDP - Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da companhia. O Grupo EDP - Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos *stakeholders*.

39.2.6 Riscos ambientais

A EDP - Energias do Brasil, atuando em todos os segmentos do setor elétrico, reconhece que o meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a sustentabilidade das operações do Grupo EDP - Energias do Brasil. Por isso, atua promovendo o respeito ao meio ambiente, em busca de um desenvolvimento sustentável, e estabelece os seguintes compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental e a diminuição dos impactos de suas atividades:

- (i) Garantir o atendimento aos requisitos legais quanto à legislação ambiental vigente e a não autorização de realização de quaisquer atividades potencialmente poluidoras sem as devidas autorizações e controles necessários;

- (ii) Identificar e monitorar os aspectos e impactos ambientais e estabelecer controles para aspectos e riscos significativos;

- (iii) Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação;

- (iv) Identificar riscos e oportunidades e implementar medidas buscando a melhoria da qualidade ambiental dos locais onde está inserida, a minimização e a mitigação dos impactos ao meio ambiente;

Como medidas de controle de risco, as companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil possuem:

- (v) Política de sistemas de gestão e sustentabilidade aplicável a todas as companhias; e

- (vi) A totalidade da energia distribuída pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e a energia gerada nas usinas termoeletrica e hidroeletricas (controladas e controladas em conjunto), estão em ativos certificados pela norma ISO 14.001, realizando uma gestão ambiental sistêmica, que garante o atendimento de requisitos legais, e a existência de procedimentos de gerenciamento dos riscos ambientais.

- (vii) A Governança estabelecida para a gestão de riscos socioambientais relacionados às atividades da companhia, que busca uma atuação preventiva e proativa frente aos fatores de risco e dentro da qual são realizadas trimestralmente, reuniões do subcomitê em que: (i) são discutidos os resultados dos indicadores dos processos críticos ESG do exercício avaliado frente ao desvio total definido e outras atividades relevantes ao tema desenvolvidas no exercício; (ii) delibera sobre a necessidade de planos de ação para os indicadores dos fatores de riscos de maior desvio e para os acidentes ambientais e ocorrências socioambientais; (iii) decide sobre as medidas necessárias para suprimir o risco e exposição; (iv) são negociados aportes financeiro, se necessário, para tais medidas; e (v) são formalizadas decisões e endereçadas aos respectivos responsáveis.

39.2.7 Riscos climáticos

Os riscos relacionados à Emergência Climática foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia.

Neste sentido, para mitigação de qualquer impacto financeiro e social, a Companhia possui a Vice-Presidência de Pessoas e ESG, que em conjunto ao Comitê de Sustentabilidade, supervisiona as questões relacionadas às mudanças climáticas no Grupo. O Comitê é responsável por aprovar as políticas e diretrizes relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social e preservação ambiental.

Seus planos de atividades incluem temas como mudança do clima, englobando impactos da precificação de carbono, vulnerabilidade climática e melhoria da performance no *Carbon Disclosure Project* (CDP) Clima que passou a ser incorporado pelo ISE da B3. No exercício de 2022, a Companhia alcançou a pontuação A- no CDP Clima.

A Companhia possui uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil está desenhando planos de resposta aos principais riscos climáticos do referido Grupo com conclusão prevista para 2024.

O Grupo EDP - Energias do Brasil participa ativamente no compartilhamento de experiências que contribuem para aumentar e construir conhecimento sobre o setor energético e questões relacionadas às mudanças climáticas. Desta forma, entre 2020 e 2023, a Companhia coordenou a plataforma "Ação pelo Clima" da Rede Brasil do Pacto Global criada pela ONU, participando ativamente no compartilhamento de boas práticas na gestão climática.

Com o objetivo de diminuir sua exposição aos riscos climáticos, ao passo de minimizar também a sua própria contribuição para o processo de alteração do clima, a Companhia concluiu a venda de 80% da coligada Porto do Pecém em 22 de dezembro de 2023. Esta transação constituiu um importante marco na concretização do objetivo estratégico da Companhia de ser globalmente *coal free* até ao final de 2025. A Companhia manterá 100% da gestão do projeto de hidrogênio renovável de 1,25MW que iniciou operações em dezembro de 2022 no complexo de Pecém e continuará a avaliar o potencial de desenvolvimento de projetos de hidrogênio renovável de maior escala na região.

39.2.8 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinanciar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Dívida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2023 este índice foi de 2,06 vezes.

	Consolidado					
	Nota	31/12/2023	31/12/2022			
Total dos empréstimos e debêntures	27 e 28	13.047.304	14.261.431			
(-) Caixa e equivalentes de caixa		5	(3.435.221)		(4.197.176)	
(-) Títulos e valores mobiliários		6	(4.173)		(1.952)	
(-) Cauções vinculados à dívida			(4.156)		(17.243)	
Dívida líquida			9.603.754		10.045.060	
Total do Patrimônio Líquido			12.064.034		11.895.759	
Total do capital			21.667.788		21.940.819	
Índice de alavancagem financeira - %			44,32		45,78	

40 Compromissos contratuais e Garantias

40.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	Controladora					31/12/2022
	31/12/2023					
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total	Total
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	136.559	85.123	14.052	18.116	253.850	270.585
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.433				13.433	5.760
	149.992	85.123	14.052	18.116	267.283	276.345
	Consolidada					

	31/12/2023				31/12/2022	
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	37.345	16.346	7		53.698	27.941
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.919.313	8.205.197	7.265.349	25.957.391	46.347.250	51.368.535
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.226.058	2.515.932	2.362.738		6.104.728	6.475.393
Materiais e serviços	3.210.790	1.942.314	117.951	25.206	5.296.261	5.780.341
Prêmio de risco - GSF				25.637	25.637	25.605
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	978.898	665.007	159.884	16.690	1.820.479	3.287.548
	10.372.404	13.344.796	9.905.929	26.024.924	59.648.053	66.965.363

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					31/12/2022
	31/12/2023					
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total	Total
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	132.429	91.083	17.251	27.499	268.262	291.526
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.977				13.977	5.921
	146.406	91.083	17.251	27.499	282.239	297.447

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

41 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia elétrica e Clientes.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

41.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se à Controladora, sendo a origem desse lucro, substancialmente, relacionado à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "Holding", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

41.1.1 Demonstração do Resultado

	2023								
	Distri- buição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Trans- missão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	11.197.048	2.001.546	3.046.909	671.819	1.814.024	5.667	-	(944.384)	17.792.629
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(5.915.030)	(233.631)	(2.882.173)	(512.862)				940.508	(8.603.188)
Custo da produção da energia elétrica		(107.232)		(26.029)					(133.261)
Custo de operação	(1.036.767)	(397.318)	(9.038)	(43.009)	(79.132)				(1.565.264)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.669.761)		(129)	(20.917)	(555.068)		(2.630)		(2.248.505)
	(8.621.558)	(738.181)	(2.891.340)	(602.817)	(634.200)	-	(2.630)	940.508	(12.550.218)
Lucro bruto	2.575.490	1.263.365	155.569	69.002	1.179.824	5.667	(2.630)	(3.876)	5.242.411
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(158.719)	(1.311)	(158)	(899)	(148)				(161.235)
Despesas gerais e administrativas	(288.887)	(83.489)	(13.379)	(53.224)	(36.996)	(154.089)	(3.390)	17.383	(616.071)
Ganho na alienação de investimento						(144.454)	(13.078)	21.745	(135.787)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(189.906)	(2.980)	1.232	14	(153.120)	(616.589)	(26.739)		(988.088)
	(637.512)	(87.780)	(12.305)	(54.109)	(190.264)	(915.132)	(43.207)	39.128	(1.901.181)
Resultado das participações societárias		76.261	98.330			1.878.573	173.371	(1.961.749)	264.786
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.937.978	1.251.846	241.594	14.893	989.560	969.108	127.534	(1.926.497)	3.606.016
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	268.335	228.016	12.143	10.027	55.151	143.018	72.706	(63.651)	725.745
Despesas financeiras	(1.038.911)	(510.030)	(91.634)	(10.997)	(417.442)	(38.821)	(371.182)	63.651	(2.415.366)
	(770.576)	(282.014)	(79.491)	(970)	(362.291)	104.197	(298.476)	-	(1.689.621)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.167.402	969.832	162.103	13.923	627.269	1.073.305	(170.942)	(1.926.497)	1.916.395
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(184.639)	(196.501)	(21.473)	(6.502)	(25.662)				(434.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(127.834)	(37.869)	8.330	890	(111.698)	99.280	74.434	(2.044)	(96.511)
	(312.473)	(234.370)	(13.143)	(5.612)	(137.360)	99.280	74.434	(2.044)	(531.288)
Resultado líquido do exercício	854.929	735.462	148.960	8.311	489.909	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)	1.385.107
Atribuível aos acionistas controladores	854.929	529.656	148.960	8.311	483.193	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)	1.172.585
Atribuível aos acionistas não controladores		205.806			6.716				212.522
	2022								
	Distri- buição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Trans- missão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	10.681.181	2.729.687	3.314.744	552.635	1.513.084	4.400	-	(1.508.076)	17.287.655
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(5.612.244)	(621.988)	(3.165.334)	(306.832)				1.497.327	(8.209.071)
Custo da produção da energia elétrica		(286.087)		(33.307)					(319.394)
Custo de operação	(840.410)	(480.469)	(12.232)	(43.825)	(68.128)			16.422	(1.428.642)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.543.876)		(245)	(110.898)	(446.090)			4.283	(2.096.826)
	(7.996.530)	(1.388.544)	(3.177.811)	(494.862)	(514.218)	-	-	1.518.032	(12.053.933)
Lucro bruto	2.684.651	1.341.143	136.933	57.773	998.866	4.400	-	9.956	5.233.722
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(158.836)		(162)	(531)	(285)				(159.814)
Despesas gerais e administrativas	(342.684)	(90.482)	(13.046)	(24.400)	(28.252)	(148.290)	(3.806)	(65.574)	(716.534)
Ganho na alienação de investimento						326.252			326.252
Outras Despesas e Receitas operacionais	(159.924)	(837.350)	(281)	(7.902)	(2.068)	(32.872)	(6.295)	(433.533)	(1.480.225)
	(661.444)	(927.832)	(13.489)	(32.833)	(30.605)	145.090	(10.101)	(499.107)	(2.030.321)
Resultado das participações societárias		58.642	18.621			842.448	135.329	(841.076)	213.964
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	2.023.207	471.953	142.065	24.940	968.261	991.938	125.228	(1.330.227)	3.417.365
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	369.194	122.315	14.714	7.058	58.385	60.520	82.104	(48.067)	666.223
Despesas financeiras	(888.085)	(362.639)	(89.963)	(29.421)	(444.928)	(33.408)	(332.447)	48.067	(2.132.824)
	(518.891)	(240.324)	(75.249)	(22.363)	(386.543)	27.112	(250.343)	-	(1.466.601)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.504.316	231.629	66.816	2.577	581.718	1.019.050	(125.115)	(1.330.227)	1.950.764
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(305.962)	(242.629)	(3.450)	(5.145)	(12.440)				(569.626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(112.612)	(123.213)	(7.612)	(8.880)	(144.456)	2.387	63.435	162.540	(168.411)
	(418.574)	(365.842)	(11.062)	(14.025)	(156.896)	2.387	63.435	162.540	(738.037)
Resultado líquido do exercício	1.085.742	(134.213)	55.754	(11.448)	424.822	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)	1.212.727
Atribuível aos acionistas controladores	1.085.742	(316.771)	55.754	(11.448)	416.091	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)	1.021.438
Atribuível aos acionistas não controladores		182.558			8.731				191.289

41.1.2 Balanço Patrimonial

	31/12/2023								
	Distri- buição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Trans- missão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	3.208.464	1.394.361	1.478.896	991.889	1.714.298	3.235.878	560.961	(358.629)	12.226.118
Ativo não circulante	11.169.762	4.871.166	1.849.489	1.328.696	7.381.845	9.049.524	1.932.056	(12.411.373)	25.171.165
Passivo circulante	5.179.735	1.243.106	1.955.783	613.924	1.160.451	1.168.187	1.394.466	(183.795)	12.531.857
Passivo não circulante	6.449.072	2.454.679	873.757	1.002.501	5.423.653	217.421	866.086	(4.485.777)	12.801.392
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.749.419	2.567.742	498.845	704.160	2.512.039	10.899.794	232.465	(8.100.430)	12.064.034

	31/12/2022								
	Distri- buição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Trans- missão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	3.526.164	2.399.411	1.026.299	538.421	1.189.016	1.691.355	102.562	(1.169.201)	10.304.027
Ativo não circulante	9.238.455	5.413.240	1.553.583	1.012.320	6.573.302	10.203.474	2.286.666	(9.583.875)	26.697.165
Passivo circulante	4.266.040	1.345.897	1.995.662	598.307	1.025.513	878.935	117.857	(1.076.126)	9.152.085
Passivo não circulante	6.146.763	2.504.489	1.195.202	588.963	4.250.702	289.983	2.050.447	(1.073.201)	15.953.348
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.351.816	3.962.265	389.018	363.471	2.486.103	10.725.911	220.924	(8.603.749)	11.895.759

42 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações					2.323.901		2.323.902	
Usinas					7.420.300		7.178.608	
Linhas de Transmissão					39.185	39.185	39.185	39.185
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	49.103	65.000	49.103	65.000	598.405	213.490	371.599	215.685
Responsabilidade civil		336.664		336.664		988.664		888.664
Transportes (materiais)					119.224	21.100	119.224	21.100
Transportes (veículos)	360	360	360	360	720	362.880	720	362.520
Seguro de vida	70.766	(*)	68.355	(*)	531.457	(*)	493.730	(*)
Lucros cessantes						82.107	164.214	82.107
Risco de engenharia					333.175	333.175	308.692	308.692

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
 - (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
 - (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
 - (iv) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.
- O saldo apresentado como Responsabilidade civil no Consolidado, possui, além dos seguros da Companhia, o detalhamento conforme descrito abaixo:
- (i) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil para eros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$ 6.000;
 - (ii) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil obras para projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$10.000;
 - (iii) Enxerpeix: responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$ 50.000;
 - (iv) Pecém: responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$ 50.000;
 - (v) Transmissão SP-MG: responsabilidade civil obras, para subestação e linha de transmissão, com cobertura de até R\$ 50.000;
 - (vi) Transmissão Aliança: responsabilidade civil obras, para subestação e linha de transmissão, com cobertura de até R\$ 50.000; e
 - (vii) EDP São Paulo: responsabilidade civil para aeronáutica, com cobertura de até R\$598.

43 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

43.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Controladora				
		Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Saldo em 31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Títulos a receber e empréstimos a receber		31.333	(7.848)	9.968	(3.349)	60.000
		31.333	(7.848)	9.968	(3.349)	60.000
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	14	558.012	(710.729)			436.611
Debêntures	27	48.293	(28.416)	1.871		3.549
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28	-	600.000			13.090
Ações em tesouraria	33.4	(311.906)	(519.829)			831.735
Arrendamentos e aluguéis	16.8	18.550	(3.879)		2.003	3.042
Capital social	33.1	5.502.716				500.000
		5.815.665	(662.853)	1.871	2.003	1.788.027
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		5.784.332	(655.005)	(8.097)	5.352	1.728.027
						6.854.609

	Controladora					
	Feito não caixa				Saldo em 31/12/2022	
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente		Adições/ baixas
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Títulos a receber e empréstimos a receber	28.145	(2.277)	3.166	2.299		31.333
	28.145	(2.277)	3.166	2.299	-	31.333
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	515.900	(1.193.902)			1.236.014	558.012
Debêntures	236.629	(207.475)	9.532		9.607	48.293
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	105.305	(109.399)			4.094	-
Ações em tesouraria	(90.534)	(225.239)			3.867	(311.906)
Arrendamentos e aluguéis	8.154	(3.571)		2.060	11.907	18.550
	775.454	(1.739.586)	9.532	2.060	1.265.489	312.949
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	747.309	(1.737.309)	6.366	(239)	1.265.489	281.616
	Consolidado					

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Miguel Stilwell Andrade Presidente	João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Vice-Presidente	Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira Conselheiro	Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro Conselheira	Modesto Souza Barros Carvalhosa Conselheiro
Pedro Sampaio Malan Conselheiro	Francisco Carlos Coutinho Pitella Conselheiro	Juliana Rozenbaum Munemori Conselheira	Ana Paula Garrido de Pina Marques Conselheira	

CONSELHO FISCAL				
Adir Pereira Keddi Conselheiro	Arnaldo José Vollet Conselheiro	João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro		

DIRETORIA ESTATUTÁRIA				
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Diretor-Presidente	Dyogenes Rosi Diretor Vice-Presidente de Distribuição	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores		
Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor Vice-Presidente de Clientes	Luiz Otavio Assis Henriques Diretor Vice-Presidente de Geração e Transmissão	Fernanda Nascimento Pires Carsughi Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG		

CONTABILIDADE				
Leandro Carron Rigamontte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptistião Contadora - CRC 1SP328362/O-5			

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EDP - Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 08:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças tratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

Adir Pereira Keddi Conselheiro efetivo	São Paulo, 20 de fevereiro de 2024. Arnaldo José Vollet Conselheiro efetivo	João Antônio De Sousa Araújo Ribeiro Da Costa Conselheiro efetivo
---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
EDP - Energias do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Impacto decorrente da venda de controle na investida Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Notas 18.1 e 35.6)	
Em 30 de junho de 2023, a Diretoria considerou que a alienação de 80% de sua participação societária em Porto do Pecém Geração de Energia S.A. ("Porto do Pecém") era altamente provável, tendo classificado os ativos e passivos da então subsidiária, relacionados a essa participação, em linhas separadas do balanço apresentadas nos grupos de ativos e passivos não circulantes mantidos para venda. Além disso, o investimento remanescente foi ajustado para refletir o valor provável de venda. Como resultado da classificação, a Companhia registrou uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 577.195 mil.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação da transação de alienação da participação societária da Porto do Pecém e análise dos contratos estabelecidos entre as partes, bem como leitura das atas de reunião dos órgãos de governança que deliberaram sobre a alienação da participação societária.
Com a conclusão do processo de alienação em 22 de dezembro de 2023, a Companhia baixou os ativos e passivos mantidos para a venda e, consequentemente, deixou de consolidar a investida. O valor total dessa alienação foi de R\$ 461.631 mil e resultou em uma perda adicional de R\$122.709 mil nas demonstrações financeiras consolidadas.	Adicionalmente, envolvermos nossos especialistas em assuntos técnicos contábeis para avaliar os impactos da transação, bem como analisamos a razoabilidade das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Essas transações foram consideradas não recorrentes e envolveram julgamentos pela Diretoria da Companhia com relação a sua contabilização, período de reconhecimento das perdas, apresentação e divulgação, e por esse motivo foi considerado um dos principais assuntos da nossa auditoria.	Consideramos que os processos e julgamentos adotados pela Administração são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.
Reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura (Notas 15, 34 e 39.1.3)	
As controladas EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. e EDP Smart Energy Ltda. possuem operações de compra e venda de energia futura e tais operações enquadraram-se na definição de instrumentos financeiros derivativos de acordo com o CPC 48 (IFRS9). As variações do valor justo dos contratos de compra e venda de energia no período, a partir da data dos respectivos contratos, são registradas no balanço patrimonial e resultado do exercício.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados à determinação do valor justo na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia futura.
A determinação do valor justo desses contratos para as mensurações iniciais e posteriores demandando o estabelecimento de modelo financeiro com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da Diretoria e podem impactar as demonstrações financeiras, tais como os preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, preços de referência de energia (curva forward) e taxa de desconto.	Com o auxílio de nossos especialistas em valorização de instrumentos financeiros, testamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos contratos de compra e venda de energia futura, tais como os preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, preços de referência de energia (curva forward) e taxa de desconto, comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados.
Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função dos montantes envolvidos e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do valor justo na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia.	Adicionalmente, recalculamos o valor justo dos contratos e avaliamos as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.
Mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível das atividades de distribuição (Nota 21, 22 e 25)	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta saldos de Ativo financeiro indenizável, Ativos da concessão e Intangível (Direito de concessão - Infraestrutura) das atividades de distribuição, nos valores de R\$ 7.320.523 mil, R\$ 1.022.187 mil e R\$ 1.289.323 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos de amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).	Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela Diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.
O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro indenizável, ativos da concessão e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo da concessão, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.
Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável, ativos da concessão e intangível.	Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.
	Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens.
	Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro indenizável, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.
	Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.
	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas utilizados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 7 e 34)	
A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia efetivamente distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica que registra essa estimativa somava R\$ 605.726 mil.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos chaves relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas ainda não faturada. Também envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.
O reconhecimento da receita não faturada é determinado com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, a carga real de energia distribuída no mês e a tarifa vigente, além da utilização de premissas relacionadas às perdas anualizadas.	Em complemento aos testes de controles realizados, descritos acima, testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa de receita não faturada, incluindo testes amostrais sobre a carga real de energia distribuída no mês, confronto das tarifas utilizadas no cálculo com as tarifas vigentes aprovadas pelo órgão regulador e avaliação do índice de perda anualizado determinado pela administração.
Devido à complexidade dos dados utilizados, do alto volume de transações processadas mensalmente e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas e do volume não faturado, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto.	Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da multiplicação da carga líquida do mercado cativo não faturado pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.
	Adicionalmente, confrontamos o volume total não faturado considerado como premissa para a estimativa da administração, com a carga total distribuída líquida menos o volume de energia faturada no mês.
	Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras para avaliar se as divulgações estão consistentes com as informações e julgamentos utilizados pela administração.
	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5



As publicações legais nos jornais são datadas e autenticadas, sem margem para alteração posterior do conteúdo divulgado. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.



DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676